

**CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE JUIZ DE FORA
CÁSSIA APARECIDA BRAZ ARAÚJO**

**DO INTERTEXTO LITERÁRIO,
AO DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR ENTRE
CIDADE DO SONHO E DA MELANCOLIA,
DE GILBERTO DE ALENCAR,
BOCA DE CHAFARIZ,
DE RUI MOURÃO
E A HISTÓRIA DE OURO PRETO.**

Juiz de Fora
2013

CÁSSIA APARECIDA BRAZ ARAÚJO

**DO INTERTEXTO LITERÁRIO,
AO DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR ENTRE
CIDADE DO SONHO E DA MELANCOLIA,
DE GILBERTO DE ALENCAR,
BOCA DE CHAFARIZ,
DE RUI MOURÃO
E A HISTÓRIA DE OURO PRETO.**

Dissertação apresentada ao Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Mestrado em Letras, Área de Concentração: Literatura Brasileira.
Linha de Pesquisa: Literatura de Minas: o regional e o universal.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Moema Rodrigues Brandão Mendes.

Juiz de Fora
2013

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca CES/JF – CES/JF

Araújo, Cassia Aparecida Braz
Do intertexto literário, ao diálogo interdisciplinar entre
Cidade do sonho e da melancolia, de Gilberto de Alencar,
Boca de chafariz, de Rui Mourão e a história de Ouro Preto. /
Cássia Aparecida Braz Araújo. – Juiz de Fora, 2013.
110 f.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Ensino
Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.
Bibliografia: p. 98-100

1. Alencar, Gilberto, 1886-1961. 2. Mourão, Rui, 1977- .
3. Crítica literária. I. Centro de Ensino Superior de Juiz de
Fora. II. Título.

CDD – 809.109

FOLHA DE APROVAÇÃO

ARAÚJO, Cássia Aparecida Braz. **Do intertexto literário, ao diálogo interdisciplinar entre Cidade do sonho e a melancolia, de Gilberto de Alencar, Boca de chafariz, de Rui Mourão, e a História de Ouro Preto.** Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do curso de Mestrado em Letras, Área de Concentração: Literatura Brasileira, do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, realizada no 2º semestre de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Moema Rodrigues Brandão Mendes
Orientadora Acadêmica CES/JF

Prof. Dr. Willian Valentine Redmond
Membro convidado CES/JF

Prof. Dr. Marco Aurélio de Sousa Mendes
Membro convidado UFJF

Examinada em: 03/07/2013.

Dedico ao meu filho, como incentivo,
pois mesmo em meio a lutas e tribulações
é possível vencer.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu Criador, o qual me vivifica a cada dia.

Aos meus familiares, pela paciência e apoio para que eu pudesse realizar meus estudos.

Aos professores do curso, pela dedicação e contribuição à nossa formação, principalmente pelo incentivo para que eu não “desistisse” do mesmo, apesar das dificuldades. À Prof.^a Dr.^a. Thereza Domingues que me direcionou a esta dissertação, bem como à Prof.^a Dr.^a. Moema Rodrigues Brandão Mendes que me orientou à construção dessa, com quem minha formação tem uma grande dívida, pelo exemplo humano demonstrado no acolhimento, incentivo e em sua dedicação incondicional. Agradeço-a ainda a sua atenção e paciência nessa jornada.

Aos professores doutores Marco Aurélio de Sousa Mendes e Willian Valentine Redmond pela valiosa, generosa e rica contribuição no exame da qualificação.

À Mirian pela presteza e disponibilidade na revisão.

Aos colegas do mestrado, pelo auxílio e pelos momentos inesquecíveis vividos na preparação e realização do curso.

À Cida, Bebeta, Betinha, Alice, Soraya, Lucilha, Hernany, Imaculada, Edinho, Telma, Judson, Zilda, Rilsely e aos demais colegas, sempre presentes e amigos, pelo apoio e compreensão.

RESUMO

ARAÚJO, Cássia Aparecida Braz. **Do intertexto literário, ao diálogo interdisciplinar entre *Cidade do sonho e a melancolia*, de Gilberto de Alencar, *Boca de chafariz*, de Rui Mourão, e a História de Ouro Preto**. 2013. 110 f. Dissertação (Mestrado em Letras)-Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

A presente pesquisa fundamentou-se no estudo das teorias intertextuais como fenômeno literário. Esta abordagem destaca o fato de que as obras não se isolam no seu sentido original, mas se complementam independentemente dos interesses dos escritores e da época em que foram escritas. Apesar de haver uma diferença de 65 anos entre a primeira publicação das obras **Cidade do sonho e da melancolia**, de Gilberto de Alencar em 1926, e **Boca de chafariz**, de Rui Mourão em 1991, há nelas a mesma preocupação quanto à preservação das tradições nacionais. Esta análise envolve três momentos: o primeiro perpassa a teoria da micro e da macroanálise das narrativas, o segundo detém-se no cotejo dos romances, a fim de observar as semelhanças e diferenças na construção do tema comum e o terceiro volta-se à importância da antiga Vila Rica, hoje Ouro Preto, como parte da construção histórica de Minas Gerais, justificando, assim, a interdisciplinaridade temática. O desenvolvimento desta investigação valeu-se da modalidade qualitativa, com apoio metodológico de natureza histórica e descritiva do tema, em base bibliográfica e virtual. Os resultados evidenciaram importante presença do diálogo intertextual e interdisciplinar entre os textos ficcionais analisados, com os registros históricos, objeto central desta dissertação.

Palavras-chave: Gilberto de Alencar. Rui Mourão. Intertextualidade. Interdisciplinaridade. Ouro Preto.

ABSTRACT

This research was based on the study of theories as intertextual literary phenomenon. This approach highlights the fact that the works do not go off in its original sense, but complement each other regardless of the interests of writers and the time they were written. Although there is a difference of 65 years between the first publication of the **Cidade do sonho e da melancolia**, Gilberto de Alencar in 1926, and **Boca de chafariz** Rui Mourão in 1991, they have provided the same concern about the preservation of national traditions. This analysis involves three phases: the first goes through the theory of micro and macro analysis of the narratives, the second holds in the collation of the novels, in order to observe the similarities and differences in the construction of the third common theme back to the importance of old Vila Rica, today Ouro Preto, as part of the historical construction of Minas Gerais, thus justifying the interdisciplinarity theme. The development of this research employed the qualitative method, with methodological support of historical and descriptive theme in bibliographic database and virtual. The results showed significant presence of intertextual and interdisciplinary dialogue between fictional texts analyzed, to the historical records, the object of this dissertation.

Key-words: Gilberto de Alencar. Rui Mourão. Intertextuality. Interdisciplinarity. Ouro Preto.

LISTA DE SIGLAS

CERLAC	Centro Regional para el Fomento del Libro en América Latina y el Caribe
CES/JF	Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAMM	Museu de Arte Murilo Mendes
MG	Minas Gerais
MPB	Música Popular Brasileira
SMC	Sociedade Mineira de Cultura
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
1 INTRODUÇÃO	11
2 GILBERTO DE ALENCAR E RUI MOURÃO: ROMANCISTAS DAS MINAS GERAIS	14
3 OS ROMANCES: ESPAÇO DA FICÇÃO	18
3.1 CIDADE DO SONHO E DA MELANCOLIA NAS MALHAS DO ENREDO.....	19
3.2 TÍTULO, TEMPO, ESPAÇO E PERSONAGENS: ENTRELACEMENTO DE RELAÇÕES.....	25
3.3 BOCA DE CHAFARIZ.....	30
3.3.1 Enredo: cronologia e flashback em movimento	30
3.3.2 Título, tempo, espaço e personagens: singularidade de relações	38
3.4 INFERÊNCIAS CRÍTICAS: O OLHAR DO PESQUISADOR.....	40
4 DO INTERTEXTO LITERÁRIO, AO DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR	50
4.1 INTERTEXTUALIDADE: UMA QUESTÃO DE DIÁLOGO.....	53
4.1.1 Paráfrase: um (entre)cruzamento textual	59
4.2 INTERDISCIPLINARIDADE: A ARTE IMITANDO A VIDA.....	65
4.2.1 O romance histórico	79
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	98
ANEXOS	101

APRESENTAÇÃO

Longo e árduo foi o caminho até este patamar. Iniciado com o antigo magistério em nível de segundo grau, concluído em 1987, encontrava-me habilitada a lecionar da 1ª à 4ª série, como professora primária. Em 1988, ingressei na Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Machado Sobrinho, onde me graduei em Ciências Contábeis em 1991. Nos anos de 1993 e 1994 especializei-me em Administração Financeira. Almejando mudar de área profissional, iniciei o curso de graduação em Letras no CES/JF em 2001, mas, por algum desígnio maior, não consegui concluir a faculdade e parei no terceiro período, após operar a coluna lombar.

Casada e mãe, trabalhando ao lado do meu marido como funcionária da Universidade Federal de Juiz de Fora, (UFJF), não perdia o entusiasmo pela vida acadêmica, e, conseqüentemente, pelos estudos. Assumindo essa realidade, incentivei meu marido e juntos, em meados de 2006, ingressamos no curso de Administração à distância da UFJF, formando-nos em 2010.

Valendo-me de uma oportunidade no viés do caminho, frequentei e concluí duas matérias isoladas, em 2009 e 2010, no mestrado em Serviço Social da UFJF. Nessa altura, encontrando mais uma trilha luminosa, em dezembro de 2010 fui convidada a me preparar para o Mestrado em Letras do CES/JF. Não relutei diante dessa possibilidade de, agora, me aprofundar nos conhecimentos literários. Deixando a horizontalidade, que muito me ajudou e me amadureceu, iniciei o trajeto vertical, mais penoso, sim, mas comprometido com uma visão mais ampla, mais crítica da vida e do conhecimento. Assim, além de um título a ser alcançado, o curso de mestrado é a realização de um sonho, a presença de um prazer, a conquista de um patamar intelectual, ainda que não signifique um ponto final.

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação integra a linha de pesquisa “Literatura de Minas: o regional e o universal”, do Programa de Mestrado em Letras do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, destacando como objeto de pesquisa o estudo das obras, **Cidade do sonho e da melancolia**, utilizando como texto-base a 2ª edição, 1971, de Gilberto de Alencar, e **Boca de chafariz**, a 3ª edição, 1993, de Rui Mourão, que apresentam como ambiência a cidade de Ouro Preto. Nesses romances, os autores revelam suas preocupações com o abandono governamental em relação à conservação da arquitetura e conservação da memória deste Patrimônio Cultural da Humanidade.

A cidade, à época das narrativas, estava em péssimas condições de manutenção, quer por falta de medidas preventivas, que a recuperassem do desgaste do tempo, quer pela ocorrência de uma catástrofe natural, com chuvas torrenciais, atingindo grande parte de Minas Gerais, com resultados agressivos à geografia montanhosa da região de Ouro Preto. Mostrando e lamentando a situação com vistas à natureza histórica e ao valor arquitetônico da cidade, os autores mesclaram realidade e fantasia, ao (re)contar os fatos referentes ao passado desta cidade mineira.

O objetivo desta pesquisa, em parte, concentra-se em apontar as analogias intertextuais, identificando os pontos convergentes e divergentes na relação entre as duas narrativas. Investiga-se, ainda, o diálogo entre as obras e sua relação com a História da Vila Rica, mais tarde, cidade de Ouro Preto, buscando identificar a inter-relação entre literatura e história, ou seja, a interdisciplinaridade que despertou o tema. Sob este viés, o vocábulo História é aplicado com o sentido de narração escrita dos fatos notáveis ocorridos numa sociedade em particular e seu registro é feito com letra maiúscula com intuito de enfatizá-lo, referindo-se à História documental de Ouro Preto.

O interesse pelo tema justifica-se pela originalidade vislumbrada nos recursos utilizados pelos autores ao relatar a História local com visão universal, permitindo o resgate de fatos que estão na raiz política da formação nacional deste país. Romanceando o passado histórico, os narradores de **Cidade do sonho e da melancolia** e de **Boca de chafariz** vivenciaram acontecimentos heroicos de um período escravista e colonial da nação brasileira, revisitados pelos autores que

denunciaram, com indignação, o desleixo e o esquecimento que acompanharam o testemunho dos registros históricos naquele momento.

Ouro Preto foi eleita, em 1980, Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO. Isso significa que o tema da pesquisa em questão é atual e está presente no imaginário popular, o que torna o estudo mais uma fonte de reflexão sobre duas épocas e dois autores que se envolvem com a consciência de serem mineiros. A relevância do estudo consiste na valorização e propagação da literatura local, apresentando narrativas que, embora distantes no tempo, 65 anos, mostram, em síntese, que os desajustes da administração pública são permanentes.

O presente trabalho é realizado por meio de pesquisa bibliográfica e exploratória, utilizando informações e análises que envolvem os romances, bem como a produção de autores que abordam o mesmo tema e valem-se da mesma teoria literária, como da biografia de Gilberto de Alencar e de Rui Mourão e, também, da História de Ouro Preto.

Os pressupostos teóricos que fundamentam esta pesquisa são os estudos de Cândida Vilares Gancho (2002), Carlos Reis (2007) e Massaud Moisés (1984), conceituando os elementos da narrativa numa perspectiva inicial de micro e macroanálise dos enredos. Embasam as teorias da literatura comparada e da intertextualidade os estudos desenvolvidos por Tânia Carvalho (2006), Graça Paulino (1995) e Laurent Jenny (1979).

A História de Ouro Preto é fundamentada nas afirmações de Alex Fernandes Bohrer (2011) e de Eponina Ruas (1964); e a relação interdisciplinar entre literatura e história está arraigada nas teorias de Flávio Chaves (1991) e Georges Duby (1991), além de outros autores que são citados em cada seção. Parte da análise desenvolvida em torno dos romances ampara-se, ainda, em estudos de Antonio Candido (1989) que refletem sobre a capacidade dos escritores mineiros de apresentar acentuado cunho de universalidade à criação de caráter artístico. É essa característica e esse cunho que se vislumbram ao se sentir a ficção tão próxima da história e a história tão achegada à ficção.

Esta investigação, para além da Introdução, apresenta, na seção 2, a biografia dos autores, sua vida e suas publicações. A seção 3 procura interpretar o espaço que a ficção ocupa nos romances, envolvendo os conceitos de macro e microestrutura teorizados por Massaud Moisés (1984).

Na seção 4, são apontados os referenciais teóricos, que fundamentam a presente dissertação, atentos à problemática da relação de intertextualidade entre as ficções e delas com a História de Ouro Preto em suas semelhanças e divergências. A seção 5 abarca as considerações finais, e, encerrando a exposição, são apresentadas as referências, seguido dos anexos.

2 GILBERTO DE ALENCAR E RUI MOURÃO: ROMANCISTAS DAS MINAS GERAIS

Gilberto de Alencar, segundo Christo (1994), nasceu em Palmira, hoje Santos Dumont, MG, em 1º de dezembro de 1886. Filho de Fernando de Alencar, médico, escritor e poeta e de Emilia Alencar. Pelo lado paterno, possui parentesco com o romancista José de Alencar, conforme referem Paula e Ferreira (1974).

Foi escritor, jornalista e professor. Também considerado autodidata, pois frequentou apenas dois anos no Colégio Gonçalves, em Barbacena. Apesar de pouco estudo formal, demonstrou amor ao estudo da literatura geral e à língua francesa. Foi casado com Sophia Áurea de Alencar e teve cinco filhos. Gilberto de Alencar é considerado:

[...] Poeta e romancista, incorporou à sua vida a beleza do estilo no poema de sua sensibilidade.

Na harmonia da prosa e na musicalidade dos versos, deixou a marca de sua personalidade, a marca do escritor poeta.

[...] excepcional talento e inteligência, exímio conhecedor da nossa língua e do francês, de vasta cultura literária, poeta e escritor primoroso, dele se pode dizer como de Machado de Assis: que foi tão perfeito no estilo, que se não lhe vislumbra na correção, qualquer vestígio de autodidatismo. (PAULA e FERREIRA, 1974, p. 209-210).

Vindo morar em Juiz de Fora, foi tipógrafo, revisor, redator, cronista, tradutor, articulista e romancista. Em relação à carreira de poeta, começou escrevendo para um jornal local quadrinhas satíricas, usando o pseudônimo de Zangão, e alguns versos humorísticos publicados na imprensa da cidade e do interior de Minas.

Gilberto de Alencar foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de Ouro Preto e um dos fundadores da Academia Mineira de Letras, da qual se tornou membro, ocupando a cadeira patronímica número 21, cujo patrono foi seu pai. Entre as homenagens recebidas, podem-se citar a Comenda de Cavaleiro da Coroa da Itália, em 21/11/1936 e a Medalha de Honra da Inconfidência, instituída pelo Decreto nº 4.453 de 10/3/1955, do poder legislativo estadual de Minas Gerais. Recebeu o título de Cidadão Honorário, em Juiz de Fora, cidade onde faleceu a 4 de fevereiro de 1961, vítima de trombose cerebral, que o deixou paralítico por oito meses.

Paula e Ferreira (1974) registram sua passagem profissional como professor, secretário da Escola Normal de Juiz de Fora e inspetor. Nesta cidade, foi diretor do Serviço de Educação e professor do Ginásio Santa Cruz. Em relação aos meios de comunicação na Manchester Mineira, além de diretor e redator do jornal **O Pharol**, colaborou nas demais publicações existentes: **A Pátria; Correio de Minas; Gazeta Comercial; A batalha; Diário Mercantil e Diário da Tarde**. Em Belo Horizonte, sua presença esteve marcada por contribuições aos jornais **Minas Gerais, Folha de Minas, A Tarde** e a **Revista Alterosa**. No Rio de Janeiro, contribuiu com os periódicos **A Noite e Diário de Notícias**; também, em São João del-Rei, escreveu para o **Jornal do Comércio**.

A cidade de Juiz de Fora, hoje, presta-lhe homenagem ao atribuir o seu nome à Escola Municipal Gilberto de Alencar, situada no bairro Náutico e a uma rua no centro da cidade. Maior que essas homenagens foi o recebimento de sua biblioteca pelo MAMM–Museu de Artes Murilo Mendes, pertencente à Universidade Federal de Juiz de Fora, atualmente reconhecida como Patrimônio Histórico do Município.

Seus primeiros livros foram editados e publicados por ele mesmo, apesar do sacrifício devido à escassez de recursos materiais. Sua produção é farta e significativa. Entre suas obras, destaca-se: **Cidade do sonho e da melancolia**, com a primeira publicação datada em 1926, apresentando a cidade de Ouro Preto, em um manifesto em favor das primeiras ações de manutenção e preservação do patrimônio histórico nacional.

Christo (1994) lista as suas obras: **Prosa rude**, contos de 1910; **Névoa ao Vento**, crônicas de 1914; **Cidade do sonho e da melancolia** (1926); **Memórias sem malícia de Gudesteu Rodovalho**, romance de 1946; **Misael e Maria Rita**, romance de 1953; **Tal dia é o batizado**: o romance de Tiradentes de 1959; **Reconquista**, romance de 1961; **O escriba Julião de Azambuja**, romance publicado em 1962. Barbosa e Rodrigues (2002) complementam a lista de suas publicações com a comédia **O bígamo** (1910) e como tradutor de **Adorável marquesa de Lambert, Maria Stuart** de Peyramaura e **A divina Cleópatra** de Kenyon; além de alguns poemas.

A elaboração da fortuna crítica de Gilberto de Alencar consta de uma das ações do projeto de pesquisa, “O Resgate das Escrituras: da correspondência e dos manuscritos de escritores mineiros para a composição de um dossiê genético-crítico”, do Programa de Mestrado em Letras do Centro de Ensino Superior de Juiz

de Fora (CESJF-SMC); atuando em parceria com o Museu de Arte Murilo Mendes (MAMM), da Universidade Federal de Juiz de Fora, sob a coordenação da Prof^a. Dr^a. Moema Rodrigues Brandão Mendes, com uma equipe de pesquisadores, entre elas esta autora. A fortuna crítica deste autor está em elaboração, o que justifica apenas as informações biobibliográficas constituídas nessa pesquisa.

Quanto a Rui Mourão, nasceu em Bambuí, no oeste de Minas Gerais, em 18 de abril de 1929. Estudou na cidade de Formiga, depois viveu com a família em Divinópolis. Adulto, transferiu-se para Belo Horizonte, onde reside. É Diretor do Museu da Inconfidência e trabalha em Ouro Preto durante a semana.

Pode-se destacar sua primeira publicação, uma análise crítica de **Sagarana**, de Guimarães Rosa, em 1950, no jornal carioca **A Manhã**. A seguir, vieram outras publicações em jornais, capítulos de livros e resenhas nacionais e internacionais, em periódicos especializados em literatura.

Rui Mourão tem sua atuação na área cultural no Estado de Minas e em todo o Brasil, reconhecida concretamente com diversas homenagens, das quais se podem citar:

[...] medalha da Inconfidência, grau Insígnia (1958) e medalha de Honra (1998, do governo do Estado de Minas Gerais); medalha do Sesquicentenário da Independência (1972); medalha do Aleijadinho, da Prefeitura Municipal de Ouro Preto (1981); medalha comemorativa dos 75 anos do Museu Nacional de Belas Artes (1983); placa de reconhecimento por serviços prestados, do Regimento Ipiranga (1985); troféu Os Melhores de 1985, setor Cultura (1986); medalha da Ordem do Mérito Diamantinense, no ano do sesquicentenário da cidade (1988) e título de Cidadão Honorário de Ouro Preto (2002), dentre outras homenagens. (COELHO, 2004, p.17).

Não só o trabalho do homem aplicado ao campo da cultura de seu estado natal é reconhecido, como também sua obra tem sido premiada. Como exemplos, seus dois romances: **As raízes** e **Boca de chafariz**, o primeiro recebeu o Prêmio Cidade de Belo Horizonte, em 1955, e o segundo mereceu o Troféu Francisco Igreja da União Brasileira de Escritores do Rio de Janeiro, como melhor romance do ano de 1994 e o Prêmio Regaso de Literatura Latino-Americana, do CERLAC—Centro Regional para el Fomento del Libro en América Latina y el Caribe, Colômbia.

A produção literária de Mourão é extensa e complexa; formada por romances ambientados em Minas Gerais e focados na “condição humana e seus conflitos”

(COELHO, 2004, p.18), apresentados com um laborioso trabalho de técnica narrativa. Relacionando sua produção:

Sempre voltado para a cultura, além de ter produzido uma volumosa e importante ficção, com reconhecimento nacional e internacional; de exercer, com talento, a crítica literária; de realizar várias e significativas atividades editoriais, Rui Mourão se dedicou ao resgate da memória de Minas (COELHO, 2004, p. 23).

Suas principais obras: **As raízes** (1955), **Estrutura** (1969), **Curral dos crucificados** (1971), **Cidade do calabouço** (1973), **Jardim pagão** (1979), **Monólogo de escorpião** (1983) e **Boca de chafariz** (1991). Publicou, ainda, **Servidão de família** (1996) e **Invasões no carrossel** (2001). Assim,

Manejando tantas atividades confluentes, Rui Mourão traz, para seus diversos textos, inquietações sobre temas humanos da História e das histórias. Intelectual de muitas facetas, sempre refletiu sobre Minas e o Brasil, zelando pelo patrimônio público e pela memória de seu país. Nesse sentido, todas suas atividades devem ser focalizadas nessa confluência de saberes e de prática cultural que se torna prática política. (COELHO, 2004, p. 25).

Se a biografia de figuras nacionais falecidas é provisória - pois algo a seu respeito ainda pode vir a ser revelado - o que afirmar de pessoas que ainda vivem e produzem. Rui Mourão vive em Belo Horizonte e não se pode olhar para a sua obra como uma escritura fechada ou acabada. Não há, portanto, ponto final na escrita de Rui Mourão nem no estudo da produção de Gilberto de Alencar.

3 OS ROMANCES: ESPAÇO DA FICÇÃO

Um texto literário em prosa pode ser lido através dos recursos de micro e de macroanálise. Moisés (1984) apresenta a microanálise como sendo a visão das microestruturas relacionadas aos elementos da narrativa: enredo, personagens, tempo, espaço e título. A análise da microestrutura existe devido à pretensão de auxiliar o conhecimento da macroestrutura, pois essa visa interpretar a obra objetivando alcançar quantos significados ela possa permitir. Assim sendo,

[...] a macroanálise final de um romance, novela ou conto permite conhecer tudo quanto passava despercebido ou obscuro, ao mesmo tempo em que projeta dúvidas sobre recantos julgados, indevidamente, esclarecidos. Em síntese: sem a visão de conjunto, a análise microscópica corre o risco de não induzir a nada, pela simples razão de que o pormenor somente adquire significação quando confrontado com os demais e com a macroestrutura total da obra. (MOISÉS, 1984, p. 89).

Enquanto componentes da microestrutura os enredos ficcionais são os fatos da narrativa, também denominados ação, trama, intriga ou história. São questões fundamentais num enredo: sua estrutura (as partes da história) e sua natureza ficcional (verossimilhança). Conforme Gancho (2000, p. 6), verossimilhança é a base do texto de ficção, ou seja, “é a lógica interna do enredo” que faz com que a história seja verdadeira para o leitor. Os fatos da ação não têm que ser verdadeiros ou reais, mas, sim, verossímeis, isto é, mesmo que irrealis, devem possuir uma organização lógica que proporcione credibilidade àquele que lê.

Segundo Moisés (1984), a ação deve ter sua verdade. A ficção possui suas próprias normas, com as quais o leitor pode concordar, pois o autor cria um mundo, conforme sua imaginação. A verossimilhança, portanto, é interna, pertencendo à própria obra e não obedece à lógica do mundo real. Moisés, então, conclui que:

[...] "verdade", ou verossimilhança, não se entenda que a ação reproduza literalmente ocorrências da vida real, pois, nesse caso, não seria ficção, mas que a ação se organize como se se desse na realidade, isto é, segundo uma coerência relativa, semelhante à que preside os eventos da vida diária. (MOISÉS, 1994, p. 90).

Reis e Lopes (2007, p. 17) ponderam que o enredo pode assumir literariamente o sentido histórico e “é o que se verifica com a ação do romance histórico, apoiada no pano de fundo da História incorporada na ficção”. Assim, fatos históricos estão presentes no enredo das obras ficcionais em estudo e serão elucidados a seguir.

3.1 CIDADE DO SONHO E DA MELANCOLIA NAS MALHAS DO ENREDO

O enredo em **Cidade do sonho e da melancolia**, de Gilberto de Alencar (1971), apresenta-se com os capítulos nomeados e discorre sobre a visita de um narrador e de outro personagem, Renato Viana, à cidade de Ouro Preto em uma missão especial. O narrador, não denominado, é quem apresenta a cidade ao visitante, a partir de um miradouro, de onde contemplam a paisagem. A narração é bem descritiva ao apresentar as características do lugar, como por exemplo, “As montanhas, vistas de onde estávamos, atropelam-se, formidáveis. Em derredor, o horizonte, muito próximo, é todo ele denteado de penedias abruptas¹” (ALENCAR, 1971, p. 11).

A seguir, há a denúncia do abandono que a cidade de Ouro Preto sofreu após a mudança da capital de Minas Gerais para Belo Horizonte. Esta transferência favoreceu a ausência de aglomerações, resguardando a cidade de vandalismos e preservando seu valor histórico, porém, em contrapartida, trouxe alguns prejuízos, como a falta de aplicação recursos governamentais para manutenção e preservação da mesma, tendo como consequência um esvaziamento econômico; já que esses investimentos se destinavam a nova capital.

Para além dos problemas, os personagens discorrem sobre a importância da cidade, possuidora de geografia impressionante, palco de grandes acontecimentos históricos e terra de importantes intelectuais que foram agentes de transformação social e econômica. Cita-se:

¹ Em todas as transcrições, as palavras serão atualizadas ortograficamente. A obra de Gilberto de Alencar passou pelas atualizações: Lei n.º 5765 de 18 de Dezembro de 1971 e a Resolução nº 8/2010 do Conselho de Ministros que implantou o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. A obra de Rui Mourão, entretanto, somente pela última atualização. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=2453&sid=19>. Acesso em: 17 out. 2012.

[...] A terra da Inconfidência é um cenário cheio de verdadeira grandiosidade, que desde logo empolga, impressiona e comove. Dentro daquele ambiente, o lance romântico e generoso da Conjuração Mineira parece tornar-se mais altanado. Sente-se ali que ele foi realmente belo e digno, o mais belo talvez de quantos, em nossa terra, foram tentados pela liberdade. (ALENCAR, 1971, p. 13).

Os personagens, narrador não denominado e Renato Viana, enquanto passeiam pela cidade, conversam lembrando o passado: diante da casa de Marília, recordam o registro de amor do poeta Tomaz Antônio Gonzaga que, sob o pseudônimo de “Dirceu”, preso, conversa com um passarinho pousado em sua janela, e pede que o mesmo leve o recado à “Marília bela”, conforme:

Entra nessa grande terra,
Passa uma formosa ponte.
Passa a segunda e terceira,
Tem um palácio defronte.

Ele tem ao pé da porta,
Uma rasgada janela;
É da sala aonde assiste
A minha Marília bela. (ALENCAR, 1971, p. 32)

O escritor segue narrando que há os que desprezam a literatura, mas, em Ouro Preto, houve outro grande poeta, Alphonsus de Guimarães, que, embebido da solidão, fecundou uma obra impressionante e duradoura, lutando a favor da liberdade da literatura nacional:

Libertar a nossa macaqueada literatura da orientação que a Europa lhe tem dado, quebrar os grilhões da imitação, realizar enfim a independência artística do país é tarefa por demais pesada e difícil para os ombros frágeis da gente que vive por aí a deitar manifestos literários (como são velhos os manifestos!) sem repercussão e sem consequências. (ALENCAR, 1971, p. 63).

Segundo Alencar (1971), ainda, sob o olhar histórico, alguns estudiosos desta área, minimizaram o feito da Inconfidência Mineira, por se tratar de um episódio que não teve origem em uma revolução ou em um golpe militar. Isso se justifica pelo fato

de seus idealizadores terem sido poetas e sonhadores. O autor ressalta também, que alguns historiadores, para denegrir o fato histórico em questão, apresentam os conjurados como se fossem fracos, medrosos e até, supostamente, suicidas como Cláudio Manuel da Costa. Cita-se:

Sonhadores e poetas...
Exatamente isso, que aos tais cronologistas massudos, alinhavadores intoleráveis de horríveis volumes didáticos, se afigura uma eiva deplorável: precisamente isso é que empresta à Inconfidência o luminoso destaque com que ela avulta em nossa história.
Foi um movimento de ideias. (ALENCAR, 1971, p. 21).

Ainda para o autor, a Conjuração Mineira merece se perpetuar na História apesar de algumas opiniões de que este episódio foi um acontecimento malogrado. E assim escreveu:

Vivendo numa época em que a coragem cívica, apesar de ensinada nas escolas, não é positivamente a virtude nacional por excelência, parece que os atuais fazedores de história deveriam ser pouco mais tolerantes, ao menos pelo fato de lhes ser, como a todos nós, tão familiar o espetáculo da pusilanimidade, por eles tão condenada. Como quer que seja – e façam o que fizeram – a Conjuração Mineira ficará entre os episódios mais belos e mais altos de nosso passado. (ALENCAR, 1971, p. 23).

De acordo com o enredo, em **Cidade do sonho e da melancolia**, a aventura vivenciada na cidade ouro-pretana convive com lendas e tradições que, oralmente, vão percorrendo os tempos. Algumas lendas foram, inclusive, registradas em livros. Como exemplos, duas merecem destaque e se referem à Inconfidência: a primeira conta que um Embuçado, ou seja, uma pessoa trajando uma capa com o rosto coberto, para disfarçar, conforme Bueno (2000), depois da denúncia dos planos da conjuração por Joaquim Silvério dos Reis, foi à casa dos principais comprometidos com a Inconfidência para avisar sobre a traição, fato que causou a prisão de toda a família, sem, contudo, até hoje não se saber quem foi este Embuçado.

A segunda lenda narra sobre a cabeça de Tiradentes “exposta na praça, ao alto de um madeiro” (ALENCAR, 1971, p. 39). Conta-se que esta era vigiada

rigorosamente, porém, em uma noite de tempestade, já bem tarde, apagaram a lanterna que clareava o local e derrubaram-na. O guarda de plantão assustou-se e foi apanhá-la para acendê-la novamente, quando um vulto, correndo, arrebatou a cabeça de Tiradentes, num salto, desaparecendo com a mesma.

Em um determinado momento, um *flashback* intercepta a narrativa, retrocedendo à fundação da cidade de Ouro Preto e registra que Antônio Dias foi o primeiro bandeirante (chefe) a chegar ao monte Itacolomi, onde, atualmente, há um bairro com o seu nome. Segundo estes registros, o bandeirante era ambicioso e ousado, chefiando uma bandeira, que penetrou a região das Minas em busca de ouro e o encontrou em Vila Rica. Em seguida, outros grupos de aventureiros chegaram com novas expedições e, juntos, fundaram a cidade de Vila Rica. Inicialmente, havia muito ouro ali, tanto que em cada casa, existia a pedra desejada. Um quinto do arrecadado, porém, deveria ser destinado à Coroa e muitas vezes, o metal precioso era recolhido de maneira cautelosa, para encobrir o achado, evitando-se o pagamento dos impostos. Há relatos recentes que, em muitas residências, quando demolidas, revelaram o ouro guardado sob o assoalho ou em paredes ocas.

A narrativa, em sua sequência, conta que a cidade detém tradição religiosa, católica. As igrejas foram ornadas em estilo barroco, majestoso, com arquitetura severa e sombria. A majestade interior dos templos pode ser ilustrada com o seguinte fragmento: “quem apenas vê exteriormente os templos ouro-pretanos, não pode ter ideia da magnificência interna que quase todos eles ostentam” (ALENCAR, 1971, p. 43).

Interrompendo o flashback e retomando o tempo cronológico da narrativa, é importante destacar que os estudantes em geral, devido ao regime político daquele momento, viviam no comodismo, não manifestando espírito nacionalista, combativo e nem se mostravam aptos a valorizar o patrimônio, conforme:

Desde muito cedo aprendem os moços, de modo prático, que é ainda o melhor modo de aprender, desde muito cedo aprendem eles que a altivez, o desinteresse, a coragem das atitudes, a combatividade, os impulsos do coração, o próprio amor ao estudo são outros tantos contratemplos, outros tantos obstáculos temerosos aos que ingressam na vida pública com decidida vontade de vencer. (ALENCAR, 1971, p. 50).

Segundo Alencar (1971, p. 52), é lamentável o declínio desmoralizador dos jovens, dia após dia. Os colegiais desejam ansiosamente estudar cada vez menos e se tornar doutores de qualquer maneira, apenas lhes bastava o diploma. Ainda de acordo com o autor, os estudantes de Ouro Preto eram diferentes, irradiavam vibração e ânimo confirmados pela citação: “Fazem crer em um possível e necessário ressurgir da mocidade” .

Estes jovens, socialmente, eram vistos com admiração como se pode observar através do seguinte fragmento: “A população, para todos eles, é como se fosse uma família maior. Por toda parte são recebidos de braços abertos [...]” (ALENCAR, 1971, p. 53).

O capítulo intitulado “Ouro Preto e os artistas” inicia-se com a seguinte informação: “Escreveu-me do Rio de Janeiro, Renato Viana” (ALENCAR, 1971, p. 61). O personagem Renato Viana, saudoso, escreveu do Rio de Janeiro, ao narrador sobre quando poderiam retornar à Vila Rica. O narrador não expressou sua resposta, mas se lembrou que Renato Viana tem vivas, na memória, as lembranças da cidade maravilhosa e da melancolia. Esse fato é ratificado por um manuscrito em uma carta passiva², uma correspondência que Gilberto de Alencar recebeu de seu amigo Renato Viana e que consta transcrita no Anexo A.

Mesmo diante da nostalgia dos crepúsculos, Ouro Preto inspira os artistas, visando não ser esquecida a tal ponto que todos tenham o desejo de conhecê-la e (re)visitá-la. A cidade, para o narrador, está relegada ao abandono e ao desamparo dos governos. Este descaso permitiu que o tempo completasse a ação destruidora, que teve início com a transferência da capital do estado para Belo Horizonte. Vila Rica, porém, “não quer morrer e se agarra à vida desesperadamente...” (ALENCAR, 1971, p. 71).

Para o narrador sozinho, sem a companhia de Renato Viana, a indiferença oficial é causadora de revolta, principalmente para com “a casa dos Inconfidentes, cujas ruínas parecem clamar, com força maior que tudo mais, contra o incrível pouco caso dos governos para com Ouro Preto” (ALENCAR, 1971, p. 71). A casa parece resistir, como os conjurados que, furtivamente entravam, reuniam-se e saíam cautelosos. Alencar (1971) revela, ainda, que a casa fora comprada por um senador

² A autora obteve essa informação enquanto pesquisadora do projeto “O Resgate das Escrituras: da correspondência e dos manuscritos de escritores mineiros na composição de um dossiê genético-crítico”, do Programa de Mestrado em Letras do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora-CESJF-SMC, sob a coordenação da Prof^a. Dr^a. Moema Rodrigues Brandão Mendes.

da República, apenas como meio de projeção pessoal, sem ter para com ela o menor zelo ou consideração.

Tudo que é relatado pelo narrador ocorreu em duas semanas, tempo de sua viagem. Em digressões crepusculares, ele informa que ouvia a cidade murmurando contra o repúdio e o abandono que sofria, conforme testifica o fragmento a seguir:

Era como a voz da cidade repudiada. Era como se ela pudesse falar e estivesse falando...

E era, a princípio, uma voz longínqua e surda, meio apagada, que depois, pouco a pouco, aumentou, aproximou-se, mais viva e mais clara na profunda quietação do crepúsculo exangue...

— Por este repúdio injusto a que sem piedade e sem remorsos me atiraram os meus filhos? Por que, por que assim me esqueceram e sacrificaram, a mim que fui grande e ilustre, tive as galas da opulência, irradiar progresso, civilizei a região agreste das montanhas. Por que assim me maltratam e me desprezam, a mim que atraí, com o tesouro de minhas minas, os devassadores do sertão, os povoadores da terra, aqueles que haviam de iniciar a grandeza de Minas Gerais?

O crepúsculo agonizava, lutando ainda com as sombras invasoras. (ALENCAR, 1971, p. 95).

A cidade, então, estava suplicando contra sua sorte, aparentemente já determinada ao enfado e à morte. Foi o suplício que o narrador ouviu, com a imagem das montanhas, em seu sossego e “sua grandeza extinta” (ALENCAR, 1971, p. 96).

A narrativa apresenta, ainda, o templo de S. Francisco de Assis com a singularidade de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Em suas esculturas, ele demonstra grande delicadeza nos traços e enorme variedade de contornos, expressando sua genialidade. Suas obras, contudo, refletem seu espírito atormentado, pois ele extravasou seus sentimentos em muitos de seus trabalhos, com infinita doçura. Segundo o autor, era inculto, mas sensível, características ratificadas pelo fragmento:

[...] atacado pelo escorbuto, que lhe corroeu as mãos, lhe deformou o rosto, o transformou num monstro, de que todos tinham horror, o artista infeliz como que ficou, daí em diante, com a alma envenenada.

Revoltou-se.

Fez-se mau e vingativo. [...]

Com o coração transbordante de fel, o rústico escultor devia, não raro, vaziar esse amargor na pedra que cinzelava. Assim se explica a dura expressão

de uma das adoráveis figurinhas da frontaria de S. Francisco de Assis. Todavia, na alma sofredora e tempestuosa do artista, cuja vida pouco a pouco se foi tornando lendária, era certamente grande a reserva de bondade e amor. (ALENCAR, 1971, p. 78).

Outro personagem, Manoel Bernardez, um jornalista uruguaio que visitou a cidade e, subjugado ao fascínio que ela proporcionava, escreveu uma página em um jornal pátrio, não citado, sugerindo a criação de uma universidade, com o propósito de sustar, em parte, a decadência de Ouro Preto. Cita-se:

Como sería grato y bueno socorrer a Ouro Preto! No es posible dejar morir asi à una ciudad que es carne de tu carne, fuerza de tu fuerza y gloria de tu gloria! Por que no hacer de ella tu taller, tu usina cerebral, tu Coimbra, tu ciudad del ideal, tu huerto de futuro! Donde floreció tu vieja opulencia, por que no plantar la flor preciosa de tu nueva cultura!³ (ALENCAR, 1971, p. 87).

A obra **Cidade do sonho e da melancolia** informa sobre a Escola de Minas, implantada em Ouro Preto e era considerada a melhor da América do Sul, sendo referência até na Europa. Sua transformação em universidade seria retratação de uma dívida para com a cidade de Ouro Preto. O narrador, então, termina a obra escrevendo sobre a esperança da ressurreição de Vila Rica, que não deveria morrer.

3.2 TÍTULO, TEMPO, ESPAÇO E PERSONAGENS: ENTRELACAMENTO DE RELAÇÕES

Outro componente da microestrutura teorizado por Massaud Moisés se constitui na relação entre título, tempo e personagens, fundamentando a macroestrutura da obra. Em outra abordagem, mas de capital importância, Reis e Lopes (2007) afirmam que o título é fundamental na obra, pois, além de ser inerente

³ Como seria grato e bom socorrer Ouro Preto! Não é possível deixar morrer assim uma cidade que é carne de tua carne, força de tua força e glória de tua glória! Por que não fazer dela tua? Tua usina cerebral, tua capital, tua cidade ideal, teu horto de futuro, vanguarda! Onde floresceu tua velha opulência, por que não plantar a flor preciosa de tua nova cultura? – Tradução da autora.

à ficção e possuir intuito artístico e objetivos comerciais, tem a função de moldura na narrativa.

Assim, Ouro Preto, palco de poetas, sonhadores e revolucionários, foi abandonada após a transferência da capital para Belo Horizonte. Este abandono se configurou, inclusive com as transferências de escolas e repartições públicas para a capital mineira. Restou, portanto, à gloriosa cidade de Ouro Preto o repúdio e a degradação de seus imóveis, o esquecimento de seu brilho e esplendor de suas magníficas paisagens. Assim o título **Cidade do sonho e da melancolia** (1971) condensa todo este sentimento de orgulho do passado e tristeza quanto ao abandono presente:

Renato Viana vibrava ainda, emocionado.

– E dizer-se que tão pouco seria necessário para salvar esta bela, esta maravilhosa cidade...

– A Cidade do Sonho e da Melancolia. A terra agonizante e que não quer morrer... Pobre Vila Rica! (ALENCAR, 1971, p. 18).

Relativamente à microanálise, o tempo é mais um aspecto importante por auxiliar a verossimilhança do texto. Para o tempo confluem todos os outros aspectos da história, do "enredo até a linguagem" (MOISÉS, 1984, p. 101), e o fim da narrativa é a criação do tempo, de modo consciente ou não, pois,

[...] criando o tempo, o homem nutre a sensação de superar a brevidade da existência, e de identificar-se, demiurgicamente, com o tempo cósmico, que permanece para sempre, indiferente à finitude da vida humana; gerando o tempo, o ficcionista alimenta a ilusão de imobilizá-lo ou de transcendê-lo. Basta isso para nos alertar acerca da fundamental relevância da categoria "tempo" nas obras de ficção. (MOISÉS, 1984, p. 101).

Na obra **Cidade do sonho e da melancolia** (1971), há um cruzamento de tempos, mesclando o tempo atual e o tempo passado. O tempo presente transcorre conforme o delírio do narrador em favor da preservação da cidade contra seu presente abandono, como em: "[...] o panorama revoltado e convulso, em meio do qual Vila Rica se levanta, muito triste, silenciosa" (ALENCAR, 1971, p. 11). Em contraponto, através do tempo psicológico é resgatada a criação da cidade, quando

de sua fundação, graças às bandeiras que tinham, por fim, o descobrimento de jazidas de ouro. Alencar (1971) relata um retrospecto dos passos de um Embuçado que se prontificava a alertar os inconfidentes sobre a traição. Este personagem é considerado lenda conforme mencionado anteriormente. Toda a ação do Embuçado é descrita em *flashback*, conforme o que segue:

O Embuçado, descendo apressadamente da praça, vindo decerto da casa de Gonzaga, tomou pela Rua das Flores e foi levar o mesmo aviso a um outro conjurado que residia na Rua de S. José, próximo à rua Direita. Mas era tanta a sua precipitação e tal a escuridão da noite, que se enganou e bateu à porta da casa vizinha... Apareceram-lhe aí umas mulheres. Assustadíssimas, puseram-se elas a gritar ao verem o vulto misterioso, que, só então, com todo aquele alarido, deu pelo engano, voltando sobre os passos ainda mais apressadamente. Por ocasião das prisões ordenadas pelo governador, o dono dessa casa ou um dos seus moradores, foi também enviado para a masmorra; tomaram-no como um dos conjurados, porque houve quem tivesse visto o Embuçado levar-lhe o aviso já feito aos demais; só a muito custo se livrou ele, depois, das garras do visconde de Barbacena e dos laços e armadilhas da sinistra devassa que se ia instaurar. (ALENCAR, 1971, p. 38).

Outro elemento importante da microestrutura é o espaço que, conforme Reis e Lopes (2007, p. 135) pertence ao “domínio específico da história” ficcional. Este espaço ficcional, entretanto, contribui para a construção da verossimilhança que permitirá uma análise de relações entre os romances históricos e a História documental de Ouro Preto.

Mais um elemento na microanálise é o personagem que, de acordo com Reis e Lopes (2007, p. 314) “revela-se, não raro, o eixo em torno do qual gira a ação”, porém pode ser “de feição não necessariamente antropomórfica” (ibidem, p. 315). Brait (1998, p. 38) afiança que “os seres fictícios [...] são vistos como [...] projeção da maneira de ser do escritor” e o discurso dos personagens expõe sua interioridade apresentando “a existência da personagem em momentos decisivos” (ibidem, p. 61). O título deste item, “entrelaçamento de relações”, possibilita, portanto, inferir que, os autores Alencar (1971) e Mourão (1993), em respectivamente, **Cidade do sonho e da melancolia** e **Boca de chafariz**, construísem a cidade como personagem, atuando no enredo, expondo seus sentimentos, sua angústia e sua dor, ultrapassando a ideia de um simples cenário.

Apesar de não ser objeto desta pesquisa a análise profunda da construção da personagem, vale ressaltar que em **Cidade do sonho e da melancolia** (1971), Ouro Preto é o personagem principal que, de maneira metaforizada, ganha voz ao falar e clamar contra seu próprio abandono. Seu lamento pode ser comprovado no fragmento transcrito abaixo:

– Olha-me; sente o que há em mim de belo e de triste; guarda-me na tua lembrança; e busca evocar-me um dia, com amor, na obra de arte que há tanto tempo desejas realizar, aquela que é a mais vibrante, a mais forte, a mais querida de todas, aquela que vive e palpita nos teus sonhos e que nunca talvez consigas destruir! [...]

E logo recomeçou, subindo dos vales, a queixa angustiosa.

– Sou a cidade-única, a cidade-mater... E Minas, nadando na opulência e na prosperidade; Minas, em plena grandeza e em plena ventura, Minas condena-me ao mais injusto dos esquecimentos, abandona-me, não tem sequer um gesto para amparar, na velhice e na pobreza, aquela de cujos flancos de ouro ela surgiu para a vida, e de cujo sangue se criou, e de cujo trabalho se nutriu!

Diminuía o clamor singular, como se afogava, exausto, na obscuridade e no silêncio de onde havia irrompido. (ALENCAR, 1971, p. 65,96)

Objetivando estabelecer significados à narrativa de **Cidade do sonho e da melancolia** (1971), pode-se estabelecer a seguinte inferência: os capítulos 1 e 2 defendem a cidade de Ouro Preto (Vila Rica) contra o desprezo dos governantes, baseados em três fundamentos – a cidade foi capital do Estado, centro cultural e científico e berço da Inconfidência Mineira. O capítulo 3, a casa de Marília, demonstra o lado romântico da cidade, retomando-a como berço da Inconfidência Mineira.

Lendas e tradições, presentes no capítulo 4, mostram o lado religioso e sinistro, já que o tráfico do ouro ocorria à noite, alimentando, assim, o imaginário coletivo, pois os exploradores mascarados corriam pelas ruas da cidade e assustavam as pessoas.

O autor, no capítulo 5, apresenta os estudantes de Ouro Preto como diferentes, ou seja, melhores que os de outras cidades. Segundo ele, preocupavam-se em vencer pelo esforço próprio e pela inteligência e não buscavam viver (ganhar bem; bom salário) à custa dos outros. Desejavam o trabalho honesto, com um salário justo. Ainda de acordo com o autor, os estudantes de outras cidades estavam apagados intelectualmente, vítimas dos governantes gananciosos que tinham receio

de revoltas contra as suas tiranias, enquanto os de Ouro Preto eram a última chama acesa a manter viva esta cidade. O povo temia perdê-los, pois, assim, como um golpe de misericórdia, a cidade finalmente morreria, sendo lançada ao mar do esquecimento da sociedade brasileira.

O capítulo 6 relata que o ouro “brotava” da terra, onde era possível tomá-lo de lugares não profundos. O que parecia ser uma bênção daquela região tornou-se, na verdade, motivo de maldição, pois ocorreram mortes, escravidão e, finalmente, a própria terra explorada, que ofereceu seu tesouro maior (o ouro), foi desprezada, sobrando-lhe apenas as cicatrizes e os cascalhos soltos sobre si.

Os capítulos 7 e 8 apontam que Ouro Preto, apesar de ter perdido sua riqueza material, o ouro brutalmente retirado de suas entranhas, detém o poder de inspirar artistas realmente sensíveis e talentosos. A tristeza inspiradora, que emana da cidade, guarda riquezas valiosas da história, dos sentimentos, forças e fraquezas da natureza humana. Esta inspiração tornou-se, para os artistas, um bem tão valioso quanto o ouro outrora retirado. E a cidade, quase morta, possui “uma imagem singular da Vida” (ALENCAR, 1971, p. 69).

Os capítulos 9 e 10 apresentam a agonia da cidade através do aspecto degradante em que se encontravam suas casas e monumentos. A possibilidade de restauração de Ouro Preto através da instalação de uma universidade é apontada no capítulo 11.

O capítulo 12 narra “a voz da cidade repudiada” (ALENCAR, 1971, p. 95) clamando angustiosa sua queixa, seu repúdio, contra a morte. Finalizando, Alencar (1971, p. 97) expressa a esperança de que Ouro Preto não deve morrer por ser maravilhosa, impressionante e bela, a “Cidade do Sonho e da Melancolia”.

Ouro Preto, para Alencar (1971), entregou seu ouro e, em troca, recebeu as cicatrizes da extração. Não houve reconhecimento inicial de seu valor, sendo, então, abandonada, embora insistindo em (sobre)viver através da sua História e da inspiração de seus artistas.

3.3 BOCA DE CHAFARIZ

Candido (1989) atenta para a capacidade que os autores mineiros têm em apresentar acentuado cunho de universalidade à criação de caráter artístico, baseada na imaginação e nas manifestações mais particulares. Rui Mourão mescla o produto da imaginação com a História documental através de recursos da ficção. Para isso, elabora o enredo do romance, mesclando o permanente – História documental de Ouro Preto, com o transitório – seu olhar sobre esta História, resultando em **Boca de chafariz**.

Em sua criação literária, Mourão faz uma leitura sobre a História, abordando um duplo olhar: o universal – a cidade eternizada como Patrimônio Cultural da Humanidade e o local – a preocupação com a destruição de Ouro Preto. Esta duplicidade resulta em uma produção literária conscientizadora.

Retomando a microanálise de Moisés (1984), em **Boca de chafariz**, o enredo não é apresentado conforme a ordem real dos acontecimentos descritos, mas reorganizado em função da similaridade dos assuntos abordados.

A obra relata a grandeza da História da cidade de Ouro Preto, entremeada à catástrofe da chuva torrencial de 1979. Este acontecimento afetou significativamente a cidade de Ouro Preto a tal ponto que houve intervenção governamental para avaliar as condições do patrimônio local e, como resultado, há o Anexo B⁴ contendo o relatório das autoridades. Retomando a obra de Mourão, o escritor utiliza-se de *flashback* hipotético conduzido por personagens mortos que revelam versões para a mesma História.

3.3.1 Enredo: cronologia e *flashback* em movimento

O romance tem início com a narração de fatos noticiados sobre uma tromba d'água caída na cidade, como descrito abaixo:

⁴ O Anexo B contém o “Relatório Preliminar de danos constatados e providências a adotar” emitido pela empresa Tecnosolo–Engenharia e Tecnologia de Solos e Materiais S.A. para o IPHAN, relativamente aos Monumentos Históricos de Ouro Preto. Documento disponibilizado pelo Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.

[...] Prodigiosa quantidade de terra úmida, brutal, rolada com blocos de pedras, descia pelo vale escancarado imenso à direita.

– Compreende agora por que falei que não devia vir com esse tempo?

– É inacreditável. Realmente, sem ver ninguém pode avaliar exatamente o que está acontecendo. [...]

O diretor regional interferiu:

– O que vimos na Santa Casa representa perigo muito semelhante. A força desencadeada pela descida do morro de São Sebastião arrastaria aqueles platôs das igrejas das Mercês e São José e tudo iria soterrar lá embaixo a Casa dos Contos, a Rua São José, e não se saberia onde o arrasamento poderia terminar.

– Seria catástrofe de proporções da ocorrida em Pompéia e outros lugares. (MOURÃO, 1993, p. 34,37)

No romance, comenta-se sobre a liberação de recursos financeiros para a contenção das encostas de Ouro Preto e para a reconstrução dos imóveis, pois havia a preocupação de que a cidade viesse a não ser consagrada como Patrimônio Cultural da Humanidade. Assim, o narrador informa que “A decisão oficial afinal, encerrando a reunião, foi anunciada. As finanças de Minas não permitiam nenhum otimismo, mas Ouro Preto era Ouro Preto, a disposição de ajuda do governo não poderia ser posta em dúvida” (MOURÃO, 1993, p. 92).

A narrativa é o resultado da confluência da História da cidade mineira com a ficção produzida por Rui Mourão, já que, alternadamente, entre o fato da devastação das chuvas, diversos personagens históricos, sob a forma de “fantasmas”⁵, relatam “sua” versão da História no espaço de Ouro Preto, bem como a sua participação nela. Inicialmente, há o personagem Antônio Dias, bandeirante paulista, que afirma não ter sido o descobridor da cidade, mas apenas o bandeirante que conseguiu lá chegar e se fixar: “[...] parti chefiando bandeira para descobrir ouro e plantar colonização nestas bandas, então perdidas num mundo perdido [...]” (MOURÃO, 1993, p. 16). Dias vivenciou que o problema do ouro é o ouro em si, ou seja, a cobiça. Assim:

O mal do ouro: o ouro. A cegueira que ele produz. Quem vê ouro não é capaz de enxergar outra coisa. Ignora até que no dia seguinte precisará estar vivo para usufruir daquela riqueza. Enquanto ainda não se botou o

⁵ Na obra **Boca de chafariz**, percebe-se uma incursão carnavalesca quando as críticas políticas e sociais ocorrem através de fantasmas caricaturados, ou seja, há, através desta construção de personagens, uma inversão de valores, segundo os conceitos bakhtinianos. BAKHTIN, Mikail. **La poétique de Dostoievski**. Paris: Seuil, 1970 e, por critério da pesquisadora, o vocábulo fantasma será grafado entre aspas, devido a sua questão metafórica.

olho naquele brilho amarelo, o raciocínio e a inteligência podem conduzir a ação; depois, de jeito nenhum. (MOURÃO, 1993, p. 94)

Nesta obra, há outros personagens que também sustentam a verossimilhança com a História, como Tiradentes (Joaquim José da Silva Xavier), importante ícone da Inconfidência Mineira, e o único condenado à morte, conforme transcrição:

[...] Sem outra perspectiva imediata, aos 29 anos me incorporei ao Regimento dos Dragões da Capitania, onde cheguei ao posto de alferes. [...] Quando exercia o comando do destacamento de patrulha da estrada da Serra da Mantiqueira, até o ganho extra que a posição proporcionava não me permitiram conservar. Para o favorecimento de apaniguados, o governador Luís da Cunha Meneses fez a minha destituição.

Mas sempre foi próprio da inconsciência empreender o impossível, na ilusão de poder alterar o curso dos desígnios superiores. Ao lado das ocupações principais com que pela vida a fora [SIC] me envolvi, o desejo de gerar dinheiro vultoso me levou a exercer outra atividade para a qual me predispunha uma habilidade natural: a de fazer curativos ou pequenas cirurgias e tirar dentes para implantação de substitutos de osso.

[...] Ao ser lida a primeira sentença condenando-me e a nove outros à morte, uma sombra pesada tomou conta do meu ser; na manhã do dia seguinte, ao conhecer a segunda sentença que comutava a pena dos demais e somente a mim destinava à forca [...] (MOURÃO, 1993, p. 58,63).

Tiradentes narra a um juiz, em tom quase que confessional, a seguinte polêmica: sendo ele um simples alferes, como poderia ter sido o mentor, o confabulador de tão grande e complexo movimento? Leia-se:

[...] Sentia-me adiante dos companheiros, que sempre carregados de muitas reservas e temores, não me acompanhavam. Eles se consumiam emocionalmente só com o planejar e articular, sem nenhum horizonte; eu via claro o espaço da liberdade a ser conquistado. Eu via claro, eu via claro. Foi por isso que, pressentindo iminente a condenação de todos, não vacilei em chamar sobre mim a geral responsabilidade do movimento.

[...] Quem era eu para ter a pretensão de estar decidindo sobre os destinos dos companheiros? Que distorção de orgulho era aquela que me levava a considerar mais culpado e mais perigoso, quando na verdade mais insignificante eu sabia ser a minha pessoa? [...]

A empreitada da Inconfidência foi ação do maior arrojo. As confabulações envolviam as tropas militares, os intelectuais, os proprietários de terra, a cúpula financeira. (MOURÃO, 1993, p. 61,139)

Os restos mortais dos inconfidentes foram trazidos a Ouro Preto, reforçando o início do anseio de liberdade, que estava ligado a esta cidade, palco do ocorrido. Importa lembrar que em **Boca de chafariz** a cronologia temporal é, constantemente, desobedecida, conforme demonstra o fragmento abaixo:

[...] O presidente Getúlio Vargas precisava dar uma destinação adequada aos restos mortais dos inconfidentes, trazidos da África e provisoriamente depositados na Matriz de Antônio Dias. Desocupada a Casa de Câmara e Cadeia, com a desativação da penitenciária, ele a reivindicou, para criar o panteão dos heróis de 1789 e logo depois o Museu da Inconfidência, reunindo peças transferidas de Mariana, do Rio de Janeiro, ou compradas a colecionadores particulares. Não há dúvida, tanto as cinzas dos inconfidentes quanto as peças do Museu se relacionam intimamente a Ouro Preto. (MOURÃO, 1993, p. 190)

Outro personagem é Tarquínio J. B. de Oliveira, poeta, historiador e empresário paulista que, depois da aposentadoria, muda-se para Ouro Preto a fim de desenvolver seu lado historiador. Versátil, ele procura recuperar fazendas, plantações, criar trutas, tudo sem muito sucesso. Anseia fazer de sua residência um polo cultural na cidade. Certa vez, um ex-cabo fez o seguinte comentário acerca de um chafariz recém-restaurado, localizado no pátio do sobrado do Alto da Cruz: “É um altar maçônico!” (MOURÃO, 1993, p. 143). Tarquínio J. B. de Oliveira, ao ouvir esta declaração, pensou na possibilidade da participação da maçonaria na Inconfidência Mineira, o que alteraria a interpretação da História. O referido chafariz, bem como seus compartimentos internos, foi construído em molde próprio do padrão arquitetônico maçônico, de acordo com a seguinte descrição:

[...] O chafariz, apenas um despiste. Os degraus de acesso a ele apresentavam o cabalístico número de sete e o conjunto do monumento achava-se encimado pela Abóbada de Aço, composta de dois cajados e um bastão. [...] Os triângulos concêntricos, abaixo, representando o Conselho dos Cavaleiros do Oriente, Loja Capitular e Loja Política, vinham carregados de simbologia:
 1º triângulo: *Poder... Liberdade*
 2º triângulo: *Inteligência... Igualdade*
 3º triângulo: *Bondade... Fraternidade.* (MOURÃO, 1993, p. 150)

Também personagem histórico, Luís da Costa Meneses, o Fanfarrão Minésio, defende suas atrocidades enquanto governador de Minas, justificando estar em obediência à Coroa Portuguesa:

[...] palácio que ocupei por nomeação da minha soberana, a rainha D. Maria I, e de onde, na condição de leal servidor da coroa, tive que enfrentar e submeter a plebe ignara.

[...] Aprendi a ser inflexível quando o interesse pessoal o exigia e a defesa dos sagrados direitos do trono o impunha. A severidade se converteu no meu sexto sentido, a astúcia política ia surgindo como a própria extensão dos meus movimentos. (MOURÃO, 1993, p. 39-40)

Almejando se perpetuar na História, o governador de Minas Gerais arquitetou e construiu prédios, monumentos que o imortalizariam e que manteriam viva sua memória, mesmo após tempos e tempos, usando toda forma de arbitragem para alcançar seu ensejo, conforme:

[...] E quando ainda estava na fase de adaptação ao novo ambiente, comecei a imaginar um projeto que me foi empolgando em ritmo crescente. Levantaria em Vila Rica um edifício em monumentais blocos de itacolomito para que, através da eternidade da pedra, pudessem continuar por um futuro sem termo a admiração e o respeito pelo meu talento criador. Fazendo coro com as construções de porte existentes – Palácio dos Governadores, templos – a obra a todas deveria superar. Inspirava-me o passado do Império Lusitano, [...]

O assunto escapava ao meu controle, por ser da competência da Vila. [...] Mas a minha atitude foi firme, passei por cima daquele problema de níveis de autoridade. Não estava querendo promover um benefício para todos, realizar um projeto de pura generosidade? Além de fazer com que fosse aceita sem maiores discussões a planta que oferecia, avoquei a mim a responsabilidade pela administração direta dos serviços. [...]

[...] Para mão-de-obra, convoquei os presos existentes e aumentei grandemente o número deles, [...]. (MOURÃO, 1993, p. 41-42)

Meneses julgava Tomaz Antônio Gonzaga, poeta e inconfidente, anteriormente citado, um traidor da realeza, principalmente por ter nascido em Portugal e aqui ter se unido aos demais inconfidentes contra a Coroa. Sobre Gonzaga, Meneses refletiu:

Totalmente incompreensível continua sendo, para mim, a presença de Tomaz Antônio Gonzaga na companhia dos inconfidentes. Ora, um português nascido no Porto, de boa origem, que teve todas as facilidades para se educar, que mereceu de sua soberana a honraria de alto cargo judiciário na Colônia, já morto e após haver cometido a insânia de participar da Inconfidência, ainda insistir em fazer oposição à sua pátria? (MOURÃO, 1993, p. 196)

Os estudantes como personagens, em momentos atuais da narrativa, preocupavam-se com a situação da cidade; e, “A poderosa Sociedade dos Ex-Alunos da Escola de Minas, juntando-se ao Patrimônio e à Prefeitura, buscava o envolvimento de órgãos e instituições particulares para engrossar a arrecimação em favor da cidade” (MOURÃO, 1993, p. 100). Eles defendiam a permanência do padrão arquitetônico da cidade, fazendo passeatas e protestos a fim de proteger o Patrimônio Histórico e Artístico, pois:

[...] O prefeito municipal, político incompreensivo, descaracterizava a cidade com obras de substituição de calçamento e era acompanhado por proprietários que derrubavam casas para levantar outras no lugar, de tijolos e cimento armado, comprometidas por deformações modernas, basculantes, garagens para carro. [...] Ouro Preto só possuía significação como sobrevivência e testemunho do passado; retirar dela essa condição, significava destruí-la. (MOURÃO, 1993, p. 50)

Mais um personagem histórico, Aleijadinho é apresentado mais sob o enfoque pessoal e menos sob o enfoque de célebre artista. São apontadas, no romance, ponderações quanto à sua raça, pois ele era mestiço, porém seu convívio era mais voltado aos hábitos, costumes e valores dos brancos:

Por que, meu Deus, desde o início não optei pelo caminho solitário de minha mãe? Ser fronteiro, produto híbrido, não estava em minhas mãos escolher? Não teria sido melhor que o meu gênio se realizasse pelo lado de minha mãe? Na certa me converteria em santo. Santo Antônio Francisco Lisboa, o mártir Aleijadinho, padroeiro dos infelizes e dos desesperados, símbolo sagrado da escravidão no Brasil. A minha eternidade resultaria diferente, mas andaria mais próxima do meu sentimento verdadeiramente profundo. Me agradaria mais, combinaria mais com o meu instinto místico, grande impulso ascético e estoica capacidade de resistência.

O certo é que ninguém escolhe nada, somos todos levados. Para a branquitude é que acabei sendo atraído. E naquele sentido cedi inteiramente, a princípio num tatear cheio de curiosidade, depois numa

entrega total e definitiva, emocionada. Entusiasmo de quem se deixava facilmente seduzir pela beleza.

[...] Nunca deixei de padecer de um desajuste básico com relação à minha constituição humana e a felicidade que desfrutei, nos primeiros tempos, estive muito comprometida por recalques e frustrações. Realmente só para uso externo tive uma juventude alegre e descuidada. Como era diverso, tumultuoso, o que rolava em meu coração. É possível a um mulato sair do seu canto sem problemas, num ambiente dominado pela escravidão? Preciso reconhecer em definitivo esse fato e não continuar insistindo na tentativa até ridícula de querer convencer a mim mesmo de que houve um tempo em que não tive consciência da minha origem de senzala. O êxito profissional e a proteção dispensada por meu pai acabaram sendo escudos contra tudo, mas não posso me esquecer daquilo que, na época, se passava em meu coração. (MOURÃO, 1993, p. 73,155)

Sua primeira obra, como escultor – o chafariz – de tão fantástica, consagrou-o como artista entre os profissionais da época:

Um dia, cansado de continuar aguardando o meu amadurecimento, meu pai me disse com aquela confiança sem retorno de quem está tomado de orgulho pela cria: “Meu filho, fica a seu cargo completar com uma escultura o chafariz que estou levantando no Alto da Cruz”. Chegava ao fim a fase de aprendizado, de trabalhos menores; a partir daquele momento, eu devia me apresentar na condição de artista público. Deixando correr livre a imaginação e a fantasia, dei o máximo ao meu alcance para realizar aquilo que, tinha certeza, terminaria por escandalizar meu próprio pai: um busto quase despido. A chocante novidade, destoante dos padrões do tempo, provocou rebuliço, despertou comentários. Os profissionais do ramo em Vila Rica subiam o morro, voltavam trocando opiniões acaloradas, sem saber onde aquele jovem se inspirara para chegar a resultado assim inusitado. Começaram a tratar-me de igual para igual, a comigo querer trocar informações, discutir projetos. Deu-se como se uma coroa tivesse sido colocada sobre a minha cabeça. (MOURÃO, 1993, p. 75)

Aleijadinho, ainda jovem, foi acometido de grave enfermidade que consumiu sua carne. Não parou de esculpir, apesar de suas criações passarem a refletir seu sofrimento. “O prazer da criação artística passou, assim, a ser turvado pelo sentimento de estar produzindo belezas e utilidades para uma população que não as merecia” (MOURÃO, 1993, p. 159). Seu espírito tornou-se conturbado e questionador, porém sem respostas: “O sofrimento físico, por mais duro que tenha sido, não me redimiu. De fato, não existe proporção entre a minha glória e o aniquilamento daquele ente esgueirado e fugidio” (MOURÃO, 1993, p. 78).

Outro personagem, Bené da Flauta, homem alegre e irreverente, escultor popular, contribui na arrecadação de fundos a fim de ajudar na reconstrução da

cidade, participando de uma filmagem, que trata do tombamento de Ouro Preto, pela UNESCO. Novamente, há o salto temporal,

Poeta permanente, músico e compositor nos momentos de folga, principalmente escultor popular, e mais principalmente ainda bêbado vinte e quatro horas por dia, Benedito Pereira da Silva, Bené da Flauta ou apenas Bené, viu o mundo no município de Barra Longa. Mas a sua história era toda ouro-pretana. [...]

Ficou decidida a filmagem e, ao anoitecer, um imenso grupo de pessoas já estava formado junto à estátua do Mártir, na Praça Tiradentes, para assistir às estripulias do Bené. Vestido como era de seu uso para os desempenhos públicos, o artista tocava flauta, sambava e cantava, debaixo dos fortes refletores e da câmera do pessoal do cinema. [...]. Agachou-se diante de uma menina:

— Quer aparecer no filme?

Pegou-a no colo, sorrindo e transmitindo sorrisos, sapateou, ela no colo. Depois deixou no chão a pequena carga, deu-lhe as costas... voltou-se de repente, dedo em riste:

— Agora quer ver o bicho papão? Quer ver?

Procurava com o dedo a barriga da criança que se curvava, contorcia-se de riso e prazer. (MOURÃO, 1993, p. 82,164)

A narrativa continua informando que a cidade foi inscrita no livro de Tombo e, por isso a felicidade invadiu os corações da cidade homenageada, despertando expectativa no país:

— Ouro Preto foi inscrita no Livro de Tombo da UNESCO. A partir de hoje, ela é reconhecida como um monumento que interessa à cultura de todos os povos e como tal deve ser preservada. É a distinção máxima que pode recair sobre um bem cultural de qualquer natureza.

O noticiário, seco, produziu um grampeado, uma reviravolta na subjetividade dos brasileiros de todas as latitudes, que de imediato tiveram uma ideia valorizada de Ouro Preto [...]

À noite, a banda de música a tocar em ritmo de dobrado, formada diante do Museu da Inconfidência, a população atraída a apresentar-se cada vez mais numerosa na Praça Tiradentes. (MOURÃO, 1993, p. 179-180)

Outro ponto a ser analisado da microestrutura é o título da obra **Boca de chafariz** (1993), relacionando tempo, espaço e personagens num enfoque singular.

3.3.2 Título, tempo, espaço e personagens: singularidade de relações

O título, **Boca de chafariz** (1993), preza pela denúncia e relato da História de Ouro Preto que, nasceu a partir da exploração das águas, quando do descobrimento do ouro e foi reconstruída após sua devastação causada pelas chuvas que destruíram a cidade. Antigamente não havia água encanada, as pessoas a buscavam nos chafarizes, encontrando-se umas com as outras, então, nos chafarizes ocorriam reuniões e tomadas de decisão. Assim, o título da obra expressa a História da cidade através das águas.

Também pertence à microanálise o tempo, que é fictício, ou seja, pertence à narrativa, conforme afirma Gancho (2002): o tempo pode referir-se a uma época distinta na qual foi escrita ou publicada a obra. Sua duração pode ser tanto de poucos momentos, quanto de longos anos.

Na obra **Boca de chafariz** (1993), há um cruzamento de tempos, tecendo uma estrutura atemporal. Moisés (1984) afirma que o ficcionista ao criar o tempo, assemelha-o ao tempo cósmico, ratificando a verossimilhança na obra. Assim, passado e presente mesclam-se também neste enredo. O tempo presente traz os fatos relativos à inundação, ou seja, 1979, reconstrução da cidade e preparação para recebimento do título: “Patrimônio Cultural da Humanidade”. Narrados de maneira cronológica, os fatos sucedem-se conforme os acontecimentos, transcorrendo dia após dia:

O tempo comanda os homens e as coisas. Às vezes assume aspecto de emergente desgraça. Será? O mundo está continuamente renascendo das suas próprias cinzas, às noites sucedem-se as manhãs e essas sempre com aparência de realidade inaugural. Mas atrás de uma manhã há invariavelmente outra, outras manhãs – circunstância que a torna tão fascinante e, contraditoriamente, tão singular.

Os poderes cósmicos, ostentando reservas de forças inimagináveis, fizeram um complô contra a região central do País, naquele ano da graça de 1979. [...]

Desceram do carro e começaram a caminhar, acompanhando as outras pessoas. A fila de veículos estacionados era sem fim, muito maior do que se poderia imaginar. Ônibus manobrando para se posicionarem em direção contrária na estrada. A certa altura, o chuvisco retornando. Abriam os guarda-chuvas. (MOURÃO, 1993, p. 11,34)

O tempo passado refere-se aos fatos históricos, relatando os acontecimentos heroicos narrados pelo próprio personagem histórico, como na citação de Tiradentes:

Enquanto estive preso às contingências humanas e o ódio habitou meu coração, o gesto de Joaquim Silvério dos Reis me pareceu de vileza sem limites. Durante muito tempo alimentei a ideia de uma devastadora vingança. Desejava fazê-lo pagar por todos os brasileiros espoliados na sua liberdade, todas as famílias despojadas da sua esperança. Ao começar a ter perspectiva verdadeira para julgar os homens e o mundo, sob a orientação de Frei Raimundo Penaforte, fiquei livre desses sentimentos violentos que me torturavam. (MOURÃO, 1993, p. 141)

Outro elemento da microestrutura apresentado na ficção é o espaço. O romance **Boca de chafariz** (1993) ambienta-se na cidade de Ouro Preto, e, em alguns dos momentos de *flashback*, o espaço físico é remetido à antiga Vila Rica. Há também incursões em Brasília, quando da liberação de orçamento, de verbas para a reconstrução da cidade após o desastre natural, cita-se:

Não vou dizer que fui eu o fundador de Ouro Preto. [Antônio Dias] Não sou de contar lorotas. Mas tem um porém. Digo não, me referindo ao todo da cidade, aos dois arraiais que, juntados ou desjuntados, embora nunca na verdade fundidos, Ouro Preto passou a se chamar. [...] [...] Ouro Preto não pode ser destruída. Ela terá que ser salva, custe o que custar. (MOURÃO, 1993, p. 18,25).

Na microanálise, mais um ponto a ser considerado é o personagem principal ou protagonista, que, na obra **Boca de chafariz**, como analisado em Alencar, parece ser a própria cidade de Ouro Preto, passível de morte e de envolvimento com as pessoas. Relativamente aos personagens, os demais atores dependem dela para viver, ou mesmo existir como Aleijadinho (Antônio Francisco Lisboa), que apresenta a dualidade da contradição barroca: exaltar o gosto dos brancos (modelo europeu) para lhe assegurar o reconhecimento e manifestar sua própria expressão em autenticidade mestiça.

3.4 INFERÊNCIAS CRÍTICAS: O OLHAR DO PESQUISADOR

Almejando estabelecer significados à macroanálise em **Boca de chafariz**, há possibilidades de algumas outras inferências como, o romance possui três sequências de onze capítulos cada. Três capítulos foram escritos em tom jornalístico, narrando o episódio sobre os temporais e as decisões governamentais; quatro capítulos apresentam personagens históricas que, através de monólogos interiores, expõem suas versões do passado e refletem sobre o presente; e, em quatro capítulos, há relatos de personagens atuais, que corroboram com os personagens históricos. Assim, Antônio Dias é o fundador e Jair Inácio o restaurador; Tiradentes fez história e Tarquínio pesquisava história; Cunha Meneses era impulsivo, chegando a praticar agressão social e o estudante Napoleão demandava-se com atitudes de mau comportamento; Aleijadinho era o escultor genial e Bené o artista popular que se consagrava. Em cada sequência, a narrativa vai sendo recuperada e modificada, assim como o tempo modifica as gerações, o passado histórico apresenta-se como atualidade.

O capítulo 1 do romance (1993) inicia-se descrevendo a chuva torrencial (tempestade) que castigou o Brasil, especialmente Minas Gerais, em 1979. Foi como um golpe punitivo contra a falta de memória e consideração pelos fatos históricos ocorridos na cidade de Ouro Preto, ex-capital do estado. A chuva veio despertar nas autoridades a necessidade de se resguardar o patrimônio histórico e cultural, momentaneamente ameaçado pela destruição natural.

As montanhas de Ouro Preto, que ameaçavam “derreter”, clamavam a toda a humanidade, uma vez que, outrora, em suas profundas entranhas, abrigavam os valiosos e cobiçados metais amarelos. O ouro, ali adormecia, até ser retirado brutalmente do solo, pelo desejo de poder humano, gerando conflitos e mortes.

“Agora”, em 1979, as montanhas, em conspiração com a tempestade e os relâmpagos, “gritavam” aos ouvidos do *Homo sapiens* uma abaladora e sonora sabedoria: – o ouro fazia parte das montanhas, e, se fosse retirado do seu interior, como membro amputado, deveria ser reconhecido como tal. Ao verem o ouro, os homens deveriam enxergar a urgente necessidade de se recompensar a natureza, representada pela terra desfilhada de seu ouro, com o entendimento de que o real e primordial motivo da existência do ouro seria o uso para o bem e a paz do ser

humano. Similarmente, como as montanhas, Tiradentes também foi mutilado, e o ouro de seus nobres ideais foi igualmente inutilizado pela opressão dos poderosos.

Os desastres naturais ocorridos em 1979, principalmente em Ouro Preto, denunciaram a triste realidade que o homem não soube reconhecer: o verdadeiro valor do tesouro retirado da terra, utilizando-o para interesses pessoais, esquecendo-se de que a terra de onde fora retirado um dia mandaria a conta, segundo o escritor.

No capítulo 2, Mourão (1993) apresenta o “fantasma” de Antônio Dias narrando o descobrimento de Ouro Preto. Em sua opinião, a cidade não deveria chamar-se Ouro Preto, pois, para ele, este nome trouxe maldição e morte à cidade.

O ouro era preto porque estava misturado à jacutinga⁶ (minério de ferro), simbolizando a mistura da nobreza (ouro) com a corrupção (ferro) do ser humano. Esta mistura enegrece a beleza das virtudes humanas, representada pelo ouro, trazendo maldição (negritude, trevas) sobre o destino daquela cidade, devido à corrupção gerada pela ganância de seus exploradores (corrupção representada pelo ferro, que é corruptível pela ferrugem). Para Antônio Dias, este era o motivo pelo qual não devia chamar aquele local Ouro Preto. Apesar de sua oposição ao nome, a cidade foi batizada, confirmando o futuro negro que a aguardava, pois levava sobre si a sina dos pretos, segundo Mourão (1993): ser explorada e desprezada pelos “brancos”.

O autor, no capítulo 3, mostra que, à época, 1979, repórteres perguntaram ao ministro da Educação e Cultura⁷ o porquê de o governo não atender à campanha dos que reivindicavam maior proteção para Ouro Preto, sem, contudo não obterem resposta. Este fato revelou uma denúncia histórica: os governos não se importaram com a segurança e proteção dos habitantes daquela região, mas, sim, apenas com a proteção do ouro retirado violentamente.

No capítulo 4, levando-se em consideração a História de Ouro Preto, observa-se que o motivo de sua existência foi a extração do metal preto, valioso ouro com jacutinga, que foi extraído pela força de um povo negro, escravizado e trazido à

⁶ Uma camada de minério de ferro é que tornava o ouro preto. Espécie de areia fina preta, entremeios a cacos duros também. BOHRER, Alex Fernandes. **Ouro Preto: um novo olhar**. São Paulo: Scortecci, 2011, p. 21.

⁷ A autora deduz ser o ministro Euro Brandão, uma vez que seu período de gestão compreende o período 30/05/1978 a 14/03/1979. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content &view=article&id=1346_2&Itemid=1178](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1346_2&Itemid=1178). Acesso em: 17 out. 2012.

força de sua terra natal (África), traficado pelo desejo incontrollável de poder dos homens “brancos”. A primeira riqueza real foi o homem, o povo, de pele negra, que, pela força de seu trabalho escravo, ergueu este imenso Brasil, bem como enriqueceu a Coroa Portuguesa. Se não houvesse a riqueza negra, não existiria Duarte Lopes⁸, mensageiro de forças poderosas e propagador da presença abundante do valioso ouro preto. De acordo com o autor, nota-se a forte presença negra como riqueza original deste país, tanto pelos homens como pelas pedras.

Mourão (1993), no capítulo 5, mostra que, durante o período chuvoso, o ministro⁹ enviou o presidente do IPHAN—Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a Ouro Preto, para que ele elaborasse um relatório sobre a situação da cidade, por telefone. O responsável observou que, sem presenciar a catástrofe, ninguém poderia avaliar exatamente o que estava acontecendo. Era necessário estar presente e constatar com os próprios olhos, sentir na própria pele os implacáveis efeitos da tragédia que ali pousara.

No capítulo 6, surge o “fantasma” de Luís da Cunha Meneses, capitão-general e governador da capitania de Minas Gerais. Força construtora de monumentos, opinião própria desse “fantasma” que, mesmo depois de morto, insiste na arrogância de suas ideias e conceitos a respeito de seu próprio egocentrismo. No tempo de sua vida física, jamais teve coragem de confessar o que, agora, como “fantasma”, revelou ser sua verdadeira personalidade, ou seja, extremamente egocêntrico e desprezador do povo. “Vivendo” em tempos atuais, no telhado da Escola de Minas e Metalurgia, que foi seu antigo palácio, Meneses continua preso em seus delírios de grandeza, não suportando ter que dividir o espaço com outro “fantasma”, o engenheiro Henri Gorceix, que, de acordo com Meneses, era de classe inferior à sua.

Durante a tempestade, outros “fantasmas” o atormentavam. Aqueles que sofreram debaixo de seu chicote estavam, agora, em aliança com a natureza, que ameaçava destruir o lugar de refúgio histórico. Interessante observar que, mesmo sendo um “fantasma”, Meneses teve medo de sair do abrigo em que se encontrava, pois chovia muito. Já os outros “fantasmas”, menos favorecidos, estavam do lado de fora, na lama e debaixo da tempestade. Meneses ficou feliz em ver que sua obra

⁸ Negro que pertencia à bandeira de Manuel Garcia, antecessora à bandeira de Antônio Dias.

⁹ Ministro da Educação e Cultura, conforme nota 8.

resistia intacta às investidas destas forças, pois fora construída em local imune às catástrofes que assolavam os barracos dos pobres mortais.

A chuva que caía continuamente sobre Ouro Preto revelava o descaso dos poderosos para com o povo, mostrando que, enquanto os barracos dos pobres caíam, a fortaleza dos imperadores permanecia de pé. Este foi o legado de Meneses: casa de Câmara e Cadeia, ou seja, o poder dos políticos e a prisão dos que estão à sua margem, considerados pelos “poderosos” como marginais.

No capítulo 7, aparece o nome Napoleão, um estudante da Escola de Minas e Metalurgia, fundada pelo francês Henri Gorceix. O nome sugestivo deste jovem manifesta a natureza revolucionária dos franceses, o que pode incomodar e ameaçar os governos. Até mesmo o “fantasma” de Luís da Cunha Meneses sofreu com a presença do “fantasma” francês, que insistia em ignorar sua presença, como os revolucionários fazem ao ignorarem a ordem dos mandatários do momento.

O acadêmico Napoleão, apelidado Cupica, em Ouro Preto, participava de uma tropa de estudantes que formava trincheiras contra a política e administração dos reitores e governos locais. As manifestações por eles organizadas eram reprimidas pela polícia, mas, ficava no ar a ideia de que o que mantém o coração de Ouro Preto batendo é a presença desta tropa “napoleônica” da Escola de Minas e Metalurgia.

O capítulo 8 mostra que o sentimento revolucionário, que parecia ser natural aos estudantes da Escola de Minas e Metalurgia, teve origem em Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Dialogando com o juiz, que parece ser a “balança da história”, o “fantasma” Tiradentes relata acontecimentos pessoais que o levaram, finalmente, ao “prêmio” da forca.

No momento da tempestade, Tiradentes revela seu verdadeiro caráter: expôs publicamente sua cabeça, mesmo ao custo de morrer na forca, para que seus ideais fossem gravados na História. Ele não desejava ver Ouro Preto desaparecer sob o desmoronamento das encostas. Sua contribuição foi se expor, para que ele, assim como Ouro Preto, jamais fosse esquecido.

O capítulo 9 trata do personagem Tarquínio J. B. de Oliveira, um intelectual paulistano que, por força do destino, tornou-se um empresário bem-sucedido. Mas, do mesmo modo que Tiradentes, não tinha habilidades para o comércio. Tarquínio também possuía outra vocação natural: historiador. Com um patrimônio já bem estabelecido, após longos anos no ramo empresarial, decide ir morar em Ouro Preto,

com o objetivo de realizar pesquisas sobre a História daquela localidade. Adquiriu a Fazenda São José do Manso, ao pé do Itacolomi, onde tentou resgatar a história, com certo sentimento de vingança, pois seu talento natural estava, naquele momento, finalmente a serviço de uma tarefa não lucrativa, segundo o autor.

Mourão (1993), no capítulo 10, expôs que, da união entre um afamado arquiteto português e uma escrava africana (nascida no Brasil), nasceu Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Ele, agora falando como um “fantasma”, afirma que optou por seguir o caminho de seu pai português, embora se sentisse terrivelmente arrependido disso. Preferia ter seguido o exemplo de sua negra mãe, humilde e solitária, longe dos holofotes da fama, porém símbolo sagrado da escravidão no Brasil.

Aleijadinho, resultado da miscigenação, representa tanto Portugal quanto África, ou seja, a condição de “senhor” do primeiro e a condição de submissa serviçal da segunda.

Tudo sucedia bem, até o artista ser atingido por uma doença incurável, que trouxe revolta à sua vida. Tornou-se um ser bastante diferente, renunciando a todo e qualquer orgulho. De nada mais servia a fama e a riqueza, já que seu corpo definhava a cada dia. Sentiu na pele o sofrimento real da condição humana, escravo de suas limitações e grillhões que aquela enfermidade lhe impunha. Neste momento, ao recordar-se de sua mãe, não trazia à memória seu sobrenome Lisboa, mas sim, a alcunha Aleijadinho. Arrependeu-se de ter vivido nos prazeres da cor branca, preferindo agora ser negro, como foi sua mãe, mesmo ao custo de padecer as mesmas humilhações pelas quais seus antepassados africanos tiveram que passar.

O “fantasma” Aleijadinho contemplava as feridas que a chuva abria na terra de Ouro Preto, lembrando-se de suas próprias chagas, mas sabia que, no fim, assim como ele, Ouro Preto seria eternizada na História do Brasil e da humanidade.

O capítulo 11 aventa que Benedito Pereira da Silva, Bené da Flauta, foi um artista dos tempos atuais, mulato, que também elegeu Ouro Preto como sua terra. Possuía um dom artístico, que o impulsionava à prática de esculpir peças semelhantes a homens e a animais. Vivia intensamente as emoções que o dominavam, a ponto de a própria cidade invejar a sua liberdade e total descompromisso com regras sociais.

Este personagem representa mais um caso em que as “forças poderosas” se manifestaram na cidade de Ouro Preto, porque Bené da Flauta concretizou-se em

uma figura “folclórica”, trazendo em sua imagem um valor cultural. Capaz de ser porta-voz ouro-pretano do poder criativo dos artistas, que clama por liberdade e retrata em suas obras inspirações colhidas nesta cidade mineira.

O capítulo 12 apresenta as ações do Governo em prol da recuperação de Ouro Preto na tentativa de impedir seu soterramento, consequência dos desmoronamentos causados pela chuva. Novamente, aquela terra presencia novas escavações, desta vez, não para se descobrir ouro, mas, sim, para cobrir as feridas que ali foram abertas pela tormenta.

No capítulo 13, o “fantasma” de Antônio Dias relata a guerra que houve durante a corrida do ouro. Brasileiros e portugueses morreram em busca desta riqueza e Ouro Preto foi palco de uma das mais sangrentas batalhas, devido à ganância do rei de Portugal, D. João V.

Debaixo de chuva, Antônio Dias, o “fantasma”, relembra a referida guerra, observando o trabalho de reconstrução da cidade. Enfim, a guerra, porém, agora, era para levantar novamente os alicerces da história do Brasil.

Mourão (1993) conta no capítulo 14, que ocorreu uma mudança no poder político: saiu um presidente¹⁰ para dar lugar a outro¹¹ trazendo consigo a incerteza do futuro da restauração de Ouro Preto. Depois de intensos debates, ficou decidido que a restauração continuaria, porém era necessário conscientizar os moradores sobre a importância de tal obra.

Os monumentos históricos seriam beneficiados com a ajuda da população e, em compensação, os moradores também seriam, automaticamente, agraciados com os benefícios que esta interação produziria. Após muito tempo, os gestores da atualidade chegaram ao consenso de que não adiantaria explorar a terra apenas, mas seria necessário manter firme a condição de sobrevivência dos que ali residiam.

O capítulo 15 mostra os repórteres da Revista **Isto é**, preparando uma matéria sobre a cidade com indicação do restaurador, Jair Afonso, para acompanhá-los num passeio turístico. Ele lhes apresentou os templos, os chafarizes, as pontes, o Museu da Inconfidência, a Praça Tiradentes, a Casa dos Contos¹², dentre outros.

¹⁰ Ernesto Geisel (15.03.1974 a 15.03.1979). Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/ernesto-geisel>. Acesso em: 10 out. 2012

¹¹ João Baptista de Oliveira Figueiredo (15.03.1979 a 15.03.1985). Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jb-figueiredo/ministerios>. Acesso em: 10 out. 2012

¹² Antiga residência e casa de comércio do contratador Manuel Rodrigues de Macedo (MOURÃO, 1993, p. 110).

A importância histórica de Ouro Preto foi-lhes exposta através de obras de arte, que, no interior dos templos, mostravam-se formidáveis. Um enviado da UNESCO estava na cidade para avaliar os estragos da chuva, pois Ouro Preto era candidata ao título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

Ainda neste capítulo, os estudantes, na casa de Tomaz Antônio Gonzaga, parodiaram os acontecimentos históricos do Museu da Inconfidência, com o objetivo de denunciar o lastimável estado dessa casa. Esse ato revoltou um general¹³, porque ele não entendeu a proposta crítica dos acadêmicos. Eles, parodiando a história, realizavam uma manifestação cultural para despertar as autoridades quanto ao péssimo estado de conservação da cidade e de suas relíquias.

Mourão (1993), no capítulo 16, relata que o novo diretor do IPHAN, Aloísio Magalhães, afirmava que o patrimônio de Ouro Preto possuía prestígio com o público, sendo, por isso, uma questão política. Negociou convênio com a Universidade para a restauração, porque a cidade era um “caso especial”.

No capítulo 17, o “fantasma” de Luís da Cunha Meneses exaltou Portugal e condenou toda rebeldia contra os governos daqui e além-mar e continuava preocupado com o destino de sua obra: a Casa de Câmara e Cadeia. Para ele, os que trabalhavam para reconstruir Ouro Preto estavam conspirando contra sua relíquia.

O amor de Napoleão (Cupica) por Madalena, apresentado no capítulo 18, relembra a época do inconfidente Tomaz Antônio Gonzaga. Os dois tiveram destinos semelhantes, ou seja, não foram bem-sucedidos, graças à “inconfidência” dos amigos.

No capítulo 19, Mourão (1993) retoma o “fantasma” de Tiradentes, que relatou os detalhes da conjuração. Revela que a ganância dos que lidam com o comércio, representados pela figura de Joaquim Silvério dos Reis, impossibilita a mobilização perfeita dos que desejam mudanças. Tece considerações sobre o motivo do fracasso do movimento, chegando à conclusão de que, na “pauta” do destino, ser eternamente lembrado como herói e vitorioso fazia parte daquele momentâneo fracasso.

No capítulo 20, foi descoberto um altar maçônico sob um chafariz na propriedade de Tarquínio J. B. de Oliveira. Embora não tenham sido encontrados

¹³ No romance, este personagem não é denominado, sendo referido com “um general”.

documentos que trouxessem novos fatos ou relatos sobre a Inconfidência, ficou clara a presença maçônica naquela região no tempo dos inconfidentes, confirmando que o movimento fora planejado, fato este já comentado no item 3.3.1.

No capítulo 21, Aleijadinho, na condição de “fantasma”, narra seu sofrimento, sua genialidade, sua importância cultural. Fala das diferenças entre negros e brancos, em que os primeiros sofriam sob o poder da escravidão. Conta que lutou toda sua vida para realizar seu trabalho artístico, superando sua dor e sua revolta. No fim, reconhece que foi aniquilado fisicamente com o único objetivo de servir a sua arte. Ouro Preto também sofreu no decorrer dos tempos, mas tais sofrimentos, assim como os de Aleijadinho, valeram para que a cidade fosse eternizada como referência cultural e artística mundial, segundo o autor.

No capítulo 22, com a estiagem e o aparecimento do sol, surge também Bené da Flauta e os holofotes das câmeras de cinema sobre ele. Na filmagem, Bené responde a uma entrevista e demonstra suas habilidades artísticas. Ao ser indagado sobre o que gostaria de ter sido na vida, responde que já era tudo o que pretendia ser, ou seja, sentia-se satisfeito em ser o “Bené” da Flauta. Ouro Preto também desfrutou do reaparecimento do sol, saindo do castigo das chuvas, para a alegria de ser o que é: Ouro Preto da arte e da cultura.

No capítulo 23, o ministro¹⁴ da Educação e Cultura oficializa a bem-sucedida reconstrução de Ouro Preto, que ressurgiu das cinzas como Fênix. A cidade agora respirava aliviada com a notícia de que não haveria mais desmoronamentos.

O narrador, no capítulo 24, observa a alegria da cidade, pelo seu ressurgimento debaixo de um “novo” sol. O “fantasma” de Antônio Dias de Oliveira não acreditava no “final feliz”, assim, recordando-se de acontecimentos antigos, pensa, consigo mesmo, que as “chamas” do sofrimento de Ouro Preto ainda não foram totalmente extintas.

No capítulo 25, é confirmado o tombamento de Ouro Preto pelo Conselho da UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade. Este fato deu-se em Paris, fonte das revoluções, a “coroar” uma cidade que foi palco de diversas revoltas, pessoais ou coletivas. E, no capítulo 26, o personagem Jair Afonso declara que a

¹⁴ Eduardo Mattos Portella (15.03.1979 a 27.11.1980). Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jb-figueiredo/ministerios>. Acesso em: 10 out. 2012.

cidade de Ouro Preto é ao mesmo tempo: provinciana e internacional, interiorana e metropolitana.

Com o tombamento de Ouro Preto, o capítulo 27 apresenta questões que não estavam previstas pelos administradores da cidade: os turistas e a atuação forte das entidades que investiam em Ouro Preto. Alguns problemas surgiram, tais como, a sujeira nas ruas, o excesso de pessoas e o acervo histórico de Ouro Preto deveria ser elaborado e organizado de acordo com os acontecimentos ocorridos naquela região, e não sob o “bastão” da influência opinante dos investidores estrangeiros.

No capítulo 28, o “fantasma” Luís da Cunha Meneses continua preocupado com uma conspiração realizada pelos inconfidentes. Criticou o reconhecimento da UNESCO em favor de Ouro Preto como Patrimônio Cultural da Humanidade, uma vez que o povo conquistado tornou-se vitorioso com o prestígio internacional, mas o conquistador português não. A partir de Ouro Preto, o Brasil possuía uma cidade que se distinguia internacionalmente, e Portugal não. Para Meneses, portanto, isso era injusto para com os portugueses, pois estes foram os desbravadores de terras e mares.

Meneses também manifestou sua fúria contra o poeta Tomaz Antônio Gonzaga, culpando-o por ter escrito versos contra seu governo. Ele sofria com a movimentação dos “fantasmas” dos inconfidentes e do engenheiro Henri Gorceix. Este capítulo termina afirmando que, nos dias atuais, Ouro Preto, com sua natureza cultural e artística, superou seus problemas, tornando-se mais importante do que os governos imaginavam que ela poderia ser.

No capítulo 29, Cupica relembra versos que Tomaz Antônio Gonzaga escreveu à Marília. E, no capítulo 30, o “fantasma” de Tiradentes compara a vitória de Ouro Preto contra a tempestade à vitória da Inconfidência Mineira na história do Brasil.

Tarquínio não se conforma com a versão de suicídio delegada a Cláudio Manoel da Costa. Segundo ele, seria arriscado para João Rodrigues Macedo submeter o prisioneiro abatido a um novo interrogatório, portanto, a hipótese de o poeta ter sido assassinado é levantada no capítulo 31.

No capítulo 32, Ouro Preto recebeu de um negro, Amadou-Mahtar M'Bow¹⁵ (nascido no Senegal e nomeado Diretor-Geral da UNESCO no período 1974–1987) o seu título de glória: Patrimônio Cultural da Humanidade.

Mourão (1993), no capítulo 33, encerra a obra com uma grande festa em comemoração à cidade de Ouro Preto, devido ao recebimento do título pela UNESCO, sendo Bené da Flauta o “artista principal”.

Boca de chafariz, então, narra o nascimento de Ouro Preto através do descobrimento do ouro ali existente em tempos antigos. A cidade nasceu das águas e quase morreu também pelas águas, devido ao próprio ouro, ou seja, à indiscriminada exploração. A cidade, entretanto, ressurgiu como Patrimônio Cultural da Humanidade, sendo eternizada na memória de todos.

¹⁵ Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/education/about-us/who-we-are/history/assistant-directors-general/amadou-mahtar-mbow/>. Acesso em: 05 set. 2012.

4 DO INTERTEXTO LITERÁRIO, AO DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR

A presente seção visa reunir conhecimentos sobre o estudo da literatura que, através dos tempos, passou a constituir um *corpus* teórico capaz de estabelecer relação intertextual de obras entre si, e a relação interdisciplinar entre a literatura e a história.

Carvalho (2006) considera as relações interliterárias como um progresso para as análises de textos e também as relações da literatura com outras disciplinas, resultando num grande avanço para a aquisição de conhecimento. Para a autora, comparar é mais que contrastar, pois possibilita a aproximação do texto com outra disciplina intelectual ou outras esferas da atividade humana, uma vez que sua importância não está na comparação em si, mas na ampliação de visão do analista/estudioso em busca de semelhança e dessemelhança.

Comparar é um procedimento mental, que favorece a generalização ou a diferenciação. “É um ato lógico-formal do pensar diferencial (processualmente indutivo) paralelo a uma atitude totalizadora (dedutiva)” (CARVALHAL, 2006, p. 6). É um procedimento que faz parte da estrutura de pensamento do homem e da organização da cultura. No processo de criação, a imaginação utiliza mais a comparação que a experiência, segundo esta teórica. Ao se referir à literatura, portanto, é permitido afirmar que:

A crítica literária, por exemplo, quando analisa uma obra, muitas vezes é levada a estabelecer confrontos com outras obras de outros autores, para elucidar e para fundamentar juízos de valor. Compara, então, não apenas com o objetivo de concluir sobre a natureza dos elementos confrontados, mas, principalmente, para saber se são iguais ou diferentes. É bem verdade que, na crítica literária, usa-se a comparação de forma ocasional, pois nela comparar não é substantivo. (CARVALHAL, 2006, p. 6-7).

Refletindo mais um pouco sobre a teoria, a origem do termo literatura comparada, conforme Carvalho (2006, p. 8), deu-se na Idade Média, quando Francis Meres (1598) apresentou o “Discurso comparado de nossos poetas ingleses com os poetas gregos, latinos e italianos”. Atualmente, esta teoria está relacionada ao pensamento cosmopolita do século XIX, quando, através de comparações, obtiveram-se leis gerais.

A literatura comparada iniciou-se na França no século XVIII, sendo divulgada por Abel-François Villemain e por J.J. Ampère. Associado a estes dois autores, encontra-se Philarete Chasles¹⁶, afirmando: “nada vive isolado, todo mundo empresta a todo mundo: este grande esforço de simpatias é universal e constante” (CARVALHAL, 2006, p. 10).

A posição de “comparada” aplicada à literatura durante o século XIX significou muito mais uma atitude de busca de influência, de filiação para as obras. Carvalhal (2006, p. 9) informa que a expressão “comparada” alcançou a crítica literária com Sainte-Beuve (1891), o fundador da “história literária comparada” e permaneceu nessa busca até o final da segunda década do século XX.

No início do século XX, a literatura comparada tornou-se uma disciplina regular nas grandes universidades da Europa e Estados Unidos, permanecendo restrita a duas orientações: a primeira, “a validade das comparações literárias dependia da existência de um contato real e comprovado entre autores e obras, ou entre autores e países” (CARVALHAL, 2006, p. 13) e, a segunda, a vinculação com a perspectiva histórica. Restringiu-se, assim, a literatura comparada à comparação de um segmento da história literária.

A partir dos anos de 1950/1960, Carvalhal (2006) registra a presença de René Wellek que, de alguma forma, contribuiu com a estruturação da Teoria da Literatura. Ao se opor ao historicismo dominante no comparativismo dos mestres franceses e ao tratar a literatura comparada como uma disciplina, surgem dois blocos antagônicos: a escola francesa e a norte-americana. Sem normatizar, a literatura comparada assumiu uma função de crítica literária. Wellek propõe que a Literatura Comparada represente uma leitura profunda de um texto sem levar em conta somente fatores que lhe são extrínsecos, ou seja, ele atribui ao contextualismo, que é tão importante para os comparatistas que o precedem, menos importância.

Em relação à denominação “escolas”, Carvalhal (2006) registra que ela se disseminou com a posição de René Wellek, justamente, ao sugerir uma cisão entre a suposta “escola” francesa e a “escola” norte-americana. Ainda que se percebam dois lados nas discussões sobre o tema, na verdade, não há muitas diferenças ou incompatibilidade entre as ditas “escolas”, uma vez que, entre os comparatistas norte-americanos, há muito de orientação historicista, mas,

¹⁶ Transcrito de BRUNEL, P.; PICHOS, E; ROUSSEAU, A.-M. Qu'est-ce que la littérature comparée? Paris, Armand Colin, 1983. p. 19.

Além de privilegiar a análise do texto literário em detrimento das relações entre autores ou obras, os comparativistas norte-americanos aceitam os estudos comparados dentro das fronteiras de uma única literatura, atuação recusada pela doutrina clássica francesa. Sem ter um programa (ou doutrina) estabelecido, os comparativistas norte-americanos têm em René Wellek seu porta-voz mais expressivo. As reflexões de Wellek adquiriram, muitas vezes, caráter polêmico e foram responsáveis pela cisão mencionada entre as duas orientações básicas, fortalecendo as divergências entre elas. (CARVALHAL, 2006, p. 15).

Os estudiosos admitem que a literatura comparada transcende as fronteiras nacionais quanto ao seu campo de estudos, da mesma forma que se relaciona às diversas áreas do conhecimento.

Quando os seguidores da “escola francesa” buscavam comparar, pautados nas noções fundamentais, identificaram semelhanças ou identidades sobre as obras. Assim, naturalmente, concluía-se sobre a “dominação cultural de um país (de uma cultura) sobre outro (ou outra)” (CARVALHAL, 2006, p. 77). Isso favorecia o aumento de sentimentos nacionalistas, diante da ideologia colonizadora:

Tal perspectiva só podia beneficiar os sistemas culturais consolidados, dos quais os mais novos seriam sempre "parentes pobres" ou herdeiros remotos. Em geral, retardatários, pois acabavam recebendo tardiamente o que já deixara de ser "a ordem do dia" no país de origem. (CARVALHAL, 2006, p. 76).

A literatura comparada detinha o caráter de abertura internacional ao expor uma “cultura dominante”. Assim, a literatura comparada não tem a finalidade de confrontar nacionalidades, como no início do século XX, onde bom e chique era “ignorar o Brasil e delirar por Paris” (CARVALHAL, 2006, p. 82). Nestes tempos, foram igualadas as latinas com as europeias, pois as análises devem proporcionar maior conhecimento e repercutir nos fenômenos literários mais bem situados histórica e criticamente. A autora ainda expõe:

[...] considerados esses dados, a literatura brasileira, para Antonio Candido, tem, sob este aspecto, consistido numa superação constante de obstáculos, entre os quais o sentimento de inferioridade que um país novo, tropical e largamente mestiçado, desenvolve em face de velhos países de

composição étnica estabilizada, com uma civilização elaborada em condições geográficas bastante diferentes. (CARVALHAL, 2006, p. 83).

A literatura comparada, então, objetiva investigar os diálogos, as diferenças de ambientes culturais, as influências e fontes do autor. Observando-se, conforme Carvalhal (2006), Allegro (2011) e Nitrini (1997), há vários enfoques capazes de serem ressaltados pelo trabalho comparatista, como a intertextualidade (no subitem 4.1) e interdisciplinaridade (no subitem 4.2), óticas sob as quais as obras serão cotejadas.

4.1 INTERTEXTUALIDADE: UMA QUESTÃO DE DIÁLOGO

O conceito de intertextualidade¹⁷ iniciou-se com os estudos do russo Mikhail Bakhtin, a partir, também, da identificação de diversas vozes da sociedade se entrecruzando num texto, caracterizando o romance moderno como dialógico. Na estrada de Bakhtin, caminhou a francesa Julia Kristeva, que desenvolveu o conceito de intertextualidade, afirmando, consoante Paulino, Walty e Cury (1995), que nenhum texto é inédito, mas retoma outros textos antecessores. “Tal apropriação pode-se dar desde a simples vinculação a um gênero, até a retomada explícita de um determinado texto” (PAULINO, WALTY e CURY, 1995, p. 21-22).

Júlia Kristeva¹⁸ (1969) estabelece o princípio da intertextualidade, expressando que “todo texto é absorção e transformação de outro texto. Em lugar da noção de intersubjetividade, se instala a de intertextualidade [...]” (CARVALHAL, 2006, p. 51). Kristeva (1969) não se afastou do estudo das fontes, mas renovou o conceito de literatura comparada, tirando a ideia da dívida entre o texto original do originado, na questão das influências.

¹⁷ A maior parte desse subitem pertence ao artigo da autora, sob o título “A intertextualidade nas obras **Boca de chafariz** (1993), de Rui Mourão, e **Cidade do sonho e da melancolia** (1926), de Gilberto de Alencar”, publicado na 9ª edição da Revista Eletrônica das Faculdades de Santos Dumont, em 12 dez. 2012, ISSN: 2178-3098.

¹⁸ Autora de, entre outros, **Sêméiôtikè** (Recherches pour uneseanalyse). Paris, Seuil, 1969. p. 146. Em português: **Ensaio de semiologia**. Traduzido: Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro, Eldorado, 1971 e Introdução à semianálise. São Paulo, Perspectiva, 1974.

Todo texto, portanto, é oriundo ou influenciado por outros antecessores, a fim de ratificar seu sentido, esclarecê-lo ou contradizê-lo. Para Paulino, Walty e Cury (1995, p. 12), apesar de cada produção literária ser aparentemente individual, na verdade, elas formam uma grande teia, pois:

[...] cada “descoberta” só acontece com a apropriação de conhecimentos anteriores. Se assim não fosse, o caminho do homem teria de ser todo novamente construído a cada nova conquista. Por exemplo, a bússola foi fundamental, não só para as viagens marítimas no século XVI, como também para as viagens espaciais [...]

Assim como não há nova “descoberta” sem que esteja ligada a um conhecimento anterior, também cada produção textual dialoga essencialmente com as precursoras, uma vez que cada texto possui uma proposta de significação, a qual, porém, não está totalmente construída, pois depende dos leitores, de sua recriação e consciência para completá-lo ou para concluí-lo. O leitor, portanto, participa, tanto quanto o escritor, do jogo intertextual.

Nesse jogo intertextual é utópico mencionar autonomia de um texto. Na semiose cultural, o texto é, sim, caracterizado por um momento privilegiado entre sua produção e recepção, pois ninguém esgota sua “extensão simbólica” (PAULINO; WALTY; CURY, 1995, p. 15).

Atestando a influência de um texto, as passagens referentes às chuvas nas ficções e suas consequências a ratificam. Alencar (1971) e Mourão (1993), escrevendo em épocas distantes, 65 anos de diferença, Alencar (1ª edição é de 1926) e Mourão (1ª edição é de 1991), ambos começaram a narração descrevendo a chuva em Ouro Preto, ainda que com menor ou maior ênfase, variando de obra para obra, pois é apresentada de maneira diferente em cada romance.

Para Alencar (1971, p. 11), “Chovera pela manhã”, sendo chuva cotidiana e apenas uma precipitação normal. De uma chuva comum, segundo esse autor, passa-se para a descrição de Mourão (1993) narrando uma sucessão de temporais que destruiu bens e levou vidas, preocupando muitos, desde o pequeno produtor agrícola até autoridades: “De Brasília, passando por Minas Gerais até o Rio de Janeiro, e para o sul se estendendo por São Paulo e Paraná, a sucessão de

temporais aguerridos, na sua estabanação, produzindo estragos” (MOURÃO, 1993, p. 11).

Toda Minas Gerais estava ameaçada, emoção e dores havia por todo lado, mas, em Ouro Preto, o sofrimento se mostrava maior. Eram pessoas, bens e também patrimônios históricos irrecuperáveis. Por mais que se reconstruísse e se restaurasse, nunca mais as paredes e os monumentos teriam a mesma história. Era isso que os noticiaristas e os noticiários queriam reunir e mostrar: a cidade se dissolvendo. O ficcionista fez uma descrição longa, minuciosa do desastre natural, como na citação:

[...] Desabaram chuvas continuadas, com relâmpagos de deixar entrever as crateras celestes, trovões de deslocar as calotas superpostas do planeta até as suas entranhas mais profundas. [...] Botaram a perder plantações, derrubavam árvores, dizimavam gado em inundações e atoleiros, arrastavam automóveis em caudais surgidas de riachos que da noite para o dia se tornavam poderosos e violentos. [...]

[...] É que Ouro Preto, a antiga capital mineira – a quase tricentenária Vila Rica, visitada por turistas do mundo inteiro – começava a ceder sobre as suas bases, ameaçada de um cataclismo de proporções assustadoras. As encostas montanhosas, minadas pelas chuvas, arriavam deslizamentos de terra em progressão incontrolável. Dezenas de casas destruídas. [...]

E o temporal, sem interrupção previsível, a descer inclemente nas encostas do Itacolomi, a relampear e trovejar sobre as construções desabadas, sobre os espaços invadidos de montes de barro e até vegetação escorregada intacta, sobre as ruas e praças desertas, sobre as casas fechadas sobre si mesmas, aparentemente abandonadas. [...] A cidade inteira, dentro do cerco das águas, recuava no tempo para remotas eras pré-históricas, emigrada para debaixo de um sono milenar. Como se se tratasse de alguma ruína ainda intocada, ainda por descobrir. (MOURÃO, 1993, p. 11-15).

A apresentação da chuva que os autores fazem, a distingue bastante. Talvez a diferença da chuva marque o olhar de cada um sobre o desmoronamento da cidade. Para Alencar (1971, p. 15-16), o desaparecimento da cidade se daria de forma natural, pela ação persistente do tempo e simplesmente por falta de conservação, conforme o fragmento abaixo:

– Falta, talvez, de recursos...
 – Grande engano. [...] Bem pouco seria preciso para salvar e conservar Ouro Preto!
 Em verdade, bem pouco.

Duas ou três centenas de contos de réis, todos os anos, bastariam para essa obra de justiça, de reparação, de elevada beleza moral. Não seria necessário mais para evitar a decadência e a ruína de Vila Rica.

Para Mourão (1993, p. 23), entretanto, é a intervenção inesperada e não previsível da natureza inclemente, através das chuvas, que ignora a história passada, as artes, os valores irrecuperáveis com a calamidade trazida, como é citado: “– Em Ouro Preto, o fato se torna mais grave por se tratar de uma cidade de quase trezentos anos, fragilíssima, construída de adobe e pau a pique. [...]” .

Além do afastamento supracitado, torna-se interessante destacar outro exemplo intertextual entre as obras. Nas ficções analisadas, o tema alegria é retratado com enfoques divergentes. Em Alencar (1971, p. 79-80), apesar de momentos de relativa dor, a cidade tem coisas “alegres, muito alegres”:

Não se pense que na cidade triste não haja coisas alegres.
Há coisas muito alegres até.
Por exemplo: um enterro de criança...
Conversava-se certa vez no salão do hotel, quando, lá fora, na rua, irromperam os sons festivos de uma banda de música.
Que seria, que não seria – e toda a gente correu a debruçar-se na sacada, para ver.
Era um enterro de criança que seguia em demanda de uma das igrejas, espalhadas pelo alto da cidade.
Processualmente, formando alas, meninas e moças, todas de branco caminhavam pelos passeios, rindo e falando como passarinhos.
Ao centro, pela calçada, quatro moças risonhas, igualmente de branco, conduziam o caixãozinho, forrado de seda alva, agalado de prata.
la aberto. [...]
Um instante mais, e perdia-se, ladeira acima, a alegre visão, que passara fugaz e toda branca, rua em fora, derramando em torno um ar de festa.
Do alto da montanha descia o claro e sonoro bimbalar dos sinos, que pareciam vibrar de júbilo intenso e irreprimível, na serenidade da tarde luminosa...

Mourão (1993, p. 54) descreve a alegria na cidade ouro-pretana advinda das festas, como o Festival de Inverno de Ouro Preto, quando a cidade recebe muitos visitantes para concertos, espetáculos teatrais e de balé, sessões de cinema, exposições de arte plástica, feira de arte e artesanato, lojinhas, bares e boates improvisadas.

Julho se aproximando, telefonou para os pais. Que tivessem paciência, mas estava possuído da maior curiosidade. Naquelas férias de meio de ano, desejava permanecer em Ouro Preto, como fazia grande número dos colegas, para assistir ao Festival de Inverno. Pôde, dessa forma, viver a cidade de população praticamente dobrada.

Para Mourão (1993, p. 84), inclusive, há também a alegria oriunda de Bené, que vive de uma maneira descontraída, sem compromissos oficiais. Ele, durante o dia, faz esculturas para manter-se vivo e, à noite, diverte a cidade:

À noite, o mágico criador de objetos para venda dava-se algumas horas de recreio. Comparecia à Praça Tiradentes de posse de sua flauta [...]. A música encantatória – som mais de saxofone – começava a atrair pessoas interessadas em ocupar o tempo. [...] Cantava alternado voz grossa e voz fina, dançava requebrando feito mulher, levantava a hilaridade geral. [...] Se um turista reclamava a interrupção da música, alegava que o dinheiro fora pouco. Ao pingar de novos trocados, retomava a função de soprar no longo tubo, dedilhar buracos num debulhar de sons. Acabou tocando em república de estudantes e dando show na Escola de Farmácia.

Retomando a reflexão sobre a intertextualidade, para Jenny (1979, p. 13) “qualquer texto se constrói como um mosaico de citações e é absorção e transformação de outro texto”, assim, ele próprio a conceitua de forma divergente de Kristeva (1969). Contudo, é, porém coerente na aplicação do conceito, pois, “a intertextualidade designa não uma soma confusa e misteriosa de influências, mas o trabalho de transformação e assimilação de vários textos, operado por um texto centralizador, que detém o comando do sentido” (JENNY, 1979, p. 13).

Desta forma, os significados de uma produção literária não se esgotam em um texto, mas invadem outras linguagens e também por elas é invadida. Ainda como exemplo de intertextualidade, as obras mencionam o templo de São Francisco de Assis, Alencar (1971), em linguagem mais poética, apresenta-o com as seguintes palavras: “S. Francisco de Assis. O templo, atravessado no flanco da montanha, para o lado do bairro de Antônio Dias, é dos mais belos e dos mais ricos de Ouro Preto” (ALENCAR, 1971, p. 77). Mourão, de forma mais objetiva a ele refere: “la-se ao encontro de um dos grandes santuários da arte de Antônio Francisco Lisboa – a

Igreja de São Francisco de Assis – talvez o maior depois do conjunto do Santuário do Bom Jesus de Congonhas do Campo” (MOURÃO, 1993, p. 108).

Também a construção do sentido pode ser observada nas obras, como na doença vivida por Aleijadinho (Antônio Francisco Lisboa), importante escultor mineiro que, para fugir do convívio com outras pessoas, trabalhava à noite. Em **Cidade do sonho e da melancolia** de Alencar (1971, p. 78) revela que ele,

Fugia ao convívio de toda a gente, temendo os sarcasmos inevitáveis; ia de madrugada para as igrejas, voltava à noite, a fim de que ninguém o lorigasse pelas ruas; e, para trabalhar, o cinzel atado ao cotó da mão direita já sem dedos, ocultava-se atrás de biombos ajeitados pelos andaimes.

Abalizando a intertextualidade, em **Boca de chafariz** (1993), Mourão elabora o relato mais minucioso ao destacar a ida ao trabalho e seu regresso em momentos com menor fluxo de pessoas, bem como seus membros dilacerados pela enfermidade:

[...] Os tocos dos dedos caídos, purulentos, [...]. Ao me ver amputado da totalidade das garras, [...]. Reagi mandando os escravos amarrarem os instrumentos nas partes restantes. [...]
Saía para o trabalho antes do amanhecer. [...] Protegida pela penumbra, a pequena comitiva se deslocava, [...]. Na obra, tinha que ser de novo carregado. Eu não queria a aproximação de ninguém.[...] O retorno à casa só era feito depois que a noite baixava, pelo caminho mais longo, por ser o de menor trânsito das pessoas. Com o tempo, aprendi a esconder-me debaixo do chapéu de abas largas e da capa ideal, que cobria tanto os braços quanto as pernas. (MOURÃO, 1993. p. 157-159).

A intertextualidade, portanto, pode manifestar-se através de diversas modalidades e formas. Neste item, porém, serão elencadas algumas outras presenças de paráfrases, a partir de seu conceito teórico.

4.1.1 Paráfrase: um (entre)cruzamento textual

A paráfrase não compromete o texto, ela se relaciona intertextualmente de forma única e precisa, uma vez que retoma parte da construção textual, acrescentando-lhe um novo sentido ou reafirmando o anterior. A paráfrase ocorre:

Quando a recuperação de um texto por outro se faz de maneira dócil, isto é, retomando seu processo de construção em seus efeitos de sentido, [...] Também resumir ou recontar uma história é parafraseá-la. Na verdade, a semiose cultural se compõe, predominantemente, de processos parafrásticos, visto que os sentidos e os mecanismos de linguagem tendem a repetir-se e cristalizar-se numa operação de natureza ideológica. (PAULINO; WALTY; CURY, 1995, p. 30).

Paráfrase, originalmente do grego *para-pharasis*, possui significado de repetição ou continuação de uma sentença, ou seja, remete-a à cópia e à imitação. Conforme o dicionário de Beckson e Gänz¹⁹ (1965), citado por Sant'anna (2000, p. 17), “paráfrase pode ser uma afirmação geral da ideia de uma obra, como esclarecimento de uma passagem difícil. Em geral ela se aproxima do original em extensão”, como o trabalho de tradução num discurso científico.

A paráfrase, contudo, não se confunde com o plágio²⁰, que é uma apropriação ilegítima, pois a primeira explicita a intenção de dialogar com o texto destacado, evidenciando sua fonte, portanto, tornando muito tênue o limite entre as narrativas, devido à influência de um texto em outro.

Sant'anna (2000) afirma que a aplicação do conceito de paráfrase depende do leitor, pois, se este não possui conhecimentos de outros textos, não “ouvirá” a conversa entre o texto original e o que ele está lendo. Esse recurso é percebido por leitores que detêm mais informações, maior tempo e volume de leitura. Na intertextualidade, a paráfrase fala de uma relação entre as semelhanças e/ou diferenças, onde há o reforço de significados, condensando-os.

¹⁹ BECKSON, Karl & GÄNZ, Arthur. **Literary Terms: A Dictionary**. New York, Farrar-Strauss and Giroux, 1965.

²⁰ “A transcrição total, sem qualquer referência, é um plágio.” (SANT’ANNA, 2000, p. 46)

Nas comparações, contudo, podem ser encontradas divergências, como as referências relativas ao pai de Aleijadinho. Em **Cidade do sonho e da melancolia** (ALENCAR, 1971, p. 77), há o seguinte registro: “sem ter tido outro mestre além do próprio pai – um rude pedreiro que empreitava construções”. Em **Boca de chafariz**, todavia, é relatado:

[...] filho do português Manuel Francisco Lisboa [...] afamado arquiteto [...] Meu pai desenhava no papel, eu observava; meu pai construía, eu o acompanhava. [...] Meu primeiro deslumbramento: João Gomes Batista, discípulo de Mengim e de Vieira, o Lusitano. [...] Transmitiu-me tudo o que sabia. (MOURÃO, 1993, p. 73-75).

Outra divergência presente nas ficções é quanto ao uso da linguagem. Gilberto de Alencar, em **Cidade do sonho e da melancolia** (1971), valeu-se da linguagem culta, mais rebuscada, expressando-se com poucos discursos coloquiais. Fez uso da adjetivação para caracterizar lugares e fatos, bem como utilizou metáforas bem elaboradas, conforme a transcrição:

Os vales, estreitíssimos, são antes pequenas trilhas sinuosas, que coleiam por entre os montes escavados, em cuja superfície verde-escura, coberta de mirrada e rasteira vegetação, se escancaram a espaços, como chagas imensas, barrancos avermelhados e profundos. A via férrea, serpenteando angustiada pelo leito dos cortes a pique, talhados na pedra, acompanhando o traçado da estrada aberta pelos bandeirantes, surge, repentinamente, de uma garganta profundíssima, já ao pé da estação. O viajante chega como de súbito ao cenário grandioso e empolgante, surpreso diante do casario a espraiair-se de modo imprevisto pelos alcandores, numa ascensão vertiginosa. (ALENCAR, 1971, p. 11).

Em **Boca de chafariz** (1993), o autor valeu-se da linguagem cotidiana, revestida de oralidade espontânea, procurando escrever como a fala, resultando, daí, a impressão de vivacidade e dinamismo. Enfatizou o uso coloquial, adotou uma estrutura de sintaxe e semântica que rompe com a norma culta, como a seguir:

“Nascido no áspero chão paulistano, cadê²¹ chance de assumir uma personalidade [...]” (MOURÃO, 1993, p. 65) e:

Na Praça Tiradentes, a estátua do Mártir da Inconfidência espirrava no cocuruto²², libertava-se em torneiras pelas dobras de suas vestes; o edifício do Museu da Inconfidência, na sua conformação de pedra, resistia tranquilo, deixando a aguada²³ deslizar pela fachada como uma camisa que lhe entrasse justa; [...]

[...] Algumas horas²⁴ de escultura lhe permitiam chegar à Praça Tiradentes com as mãos cheias²⁵ de miniaturas. E em dois tempos²⁶ as obrinhas desapareciam. As pessoas tinham interesse em obter aqueles bichinhos. (MOURÃO, 1993, p. 15,85).

Há momentos em que a linguagem²⁷ chega a ser chula, com uso de palavras de baixo calão: “– A sua literatura é de merda²⁸. Grande idiota é que fui, pensando que isso podia ajudar de alguma forma” (MOURÃO, 1993, p. 130).

Retomando a teoria, para que se possa identificar e relacionar uma obra com outra já existente, a paráfrase implica conhecimento geral do mundo, o que permitirá ao leitor perceber o diálogo existente entre os textos relacionados. Texto algum esgota em si mesmo todo sentido, pois não é uma unidade de linguagem produzida e acabada. Contém uma informação, uma ideia ou um ponto de vista de modo autossuficiente. Fiorin e Savioli (1999, p. 13) afirmam que:

[...] nenhum texto é uma peça isolada, nem a manifestação isolada de quem o produziu. De uma forma ou de outra, constrói-se um texto para, através dele, marcar uma posição ou participar de um debate de escala mais ampla que está sendo travado na sociedade.

²¹ Exemplo de oralidade.

²² Exemplo de oralidade.

²³ Exemplo de oralidade.

²⁴ Exemplo de oralidade.

²⁵ Exemplo de oralidade.

²⁶ Exemplo de oralidade.

²⁷ Conforme a nota 5, a linguagem carnavalesca não se prende à verdade, possuindo vocabulário que suprime etiqueta e decência. BAKHTINE, Mikail. **La poétique de Dostoievski**. Paris: Seuil, 1970.

²⁸ Exemplo do uso de palavra de baixo calão.

Não existe texto “puro”, pois, em cada produção, é possível identificar um intertexto, uma vez que um texto tende a falar com outro, ratificando-o ou rechaçando-o. Para isso, é necessário um amplo e diversificado conhecimento, a fim de que as semelhanças e divergências sejam encontradas, pois ler não é meramente decodificar signos, determinar palavras-chave, mas é também fazer inferências e avaliar a intenção do texto. Ao relacionar textos diversos, é obtida maior profundidade em seu sentido (significado).

Exemplificando a teoria, há recortes das obras citadas referindo-se à valorização e reconhecimento da Escola de Minas – especializada em geologia, fixada em Ouro Preto. Alencar (1971, p. 88) afirma que essa Escola é referência até na Europa, e os diplomas por ela expedidos são confiáveis:

A Escola de Minas, que lá existe, é tida, sob esse aspecto, como o estabelecimento porventura mais notável de todo o país. Considerada a melhor da América do Sul, atraindo alunos até da Europa, nela ainda se encara o ensino como qualquer coisa merecedora de respeito... Não se contenta em distribuir diploma a rapazes ansiosos por enfiarem no dedo um anel de grau, com o qual possam partir, confiadamente [...].

Mourão (1993, p. 48) apresenta o reconhecimento de tal Escola e o esmero de um pai a fim de que o filho consiga adentrá-la:

Napoleão se lembrava do que dissera, em sua terra o velho doutor Marcondes: “Se o rapaz deseja mesmo estudar geologia, mande-o para Ouro Preto. [...] Que coisa sem graça fazer um curso desses numa cidade como Belo Horizonte”. O pai levara o conselho à risca. Antes dos exames finais, já investigava sobre o cursinho que melhor preparava candidatos à famosa Escola de Minas e Metalurgia fundada por Claude-Henri Gorceix.

O fim específico da paráfrase é o fazer literário, que oferece condição relativa ao leitor de ver ou não a interface que o autor criou, como que cosendo uma colcha de retalhos em sua produção textual.

Também a poesia e a mulher em Ouro Preto são exemplos da presença do diálogo intertextual, ratificando a interligação dos textos. Alencar (1971) e Mourão (1993) referem-se a Gonzaga e a Marília unidos pelo amor romântico de um sonho

irrealizado. Os dois autores referem-se a um fato que encanta uns e escandaliza outros, ou seja, o envolvimento do poeta, homem feito e com carreira adiantada, com uma juvenzinha da província. Alencar (1971) aproveita a oportunidade de estar passando com seu amigo Renato diante do prédio onde morou Gonzaga e relata:

Descendo pela rua Cláudio Manoel, antiga do Ouvidor, víamos, andados alguns passos, à esquerda, o prédio onde morou Gonzaga – um sobrado vulgar, ao gosto da época, com uma porta única ao canto e dez ou doze janelas para a rua, de uma das quais, a última do pavimento superior, podia o poeta, que ali tinha a própria sala de estudo distinguir, lá muito em baixo, no fundo do vale, a casa de Marília, de longe vigiando-a com olhares apaixonados enquanto ia bordando a ouro o vestido nupcial, que a noiva não chegaria a trajar... (ALENCAR, 1971, p. 29).

Mourão (1993, p. 125) lembra-se de Gonzaga e Marília quando permite que Cupica, o personagem-estudante da Escola de Minas, apaixonado, tente escrever um poema, pois ele se identifica com Gonzaga, apesar de não poetizar como o tal:

[...] Não o ouvidor ou o inconfidente: o apaixonado cantor de Marília. [...] de vez em quando se levantava da mesa de trabalho para desentorpecer os músculos, arejar a cabeça, olhar pelos vidros da guilhotina a água jorrando das gárgulas da calha do sobrado. Mas o pensamento vagabundeava longe, imaginava o consagrado árcade luso-brasileiro no escritório de sua residência escrevendo um poema dos mais comoventes, de civilizada confissão amorosa, e de tempos em tempos chegando à janela para acenar à sua inspiradora, debruçada no balcão da casa da tia, ao lado.

A mulher, em Alencar (1971), é passível de admiração e contemplação, desde Marília: “Leve, cheia de beleza, vaporosa, aquela figurinha delicadíssima de mulher (não era de Tanagra, não...) passando pela rua deserta, enchia a rua anciã de graça, de perfume, de claridade” (ALENCAR, 1971, p. 85). Há outra, mais moderna e mais atual, com uma descrição que a torna encantadora: “Saia curta, cabelos curtos, um chapeuzinho petulante como ele só, uns pezinhos deste tamanho, seguia risonha e rápida pelo calçamento de lajes brutas. [...] lembrando-se das moças de antigamente” (ALENCAR, 1971, p. 85).

Em contraponto, em **Boca de chafariz**, a mulher é sensual, com liberdade sexual, e até mantém financeiramente o companheiro; sem um romantismo apaixonante:

[...] O seu companheiro de quarto e o do Dagoberto, prevendo o desenlace, já haviam ido procurar cama em outra freguesia. Laura – esse era o nome da parceira – a partir daquele dia, aprendeu a bancar as suas despesas. Tirou-o da rotina do bandeirão e pagou-lhe refeições caras, ingressos para teatro e cinema, presenteou-o com um pulôver de lã da melhor qualidade. Quando se foi, ele passou a escrever para São Paulo cartas cabeludas, de um erotismo desbragado. [...]
A sensualidade sempre fora uma dimensão maior da cidade. (MOURÃO, 1993. p. 56,204).

Com Alencar os versos possuem rima, um eu lírico que valoriza a mulher, utilizando palavras eruditas, como aqueles dedicados à Marília:

– É isso! Era assim que ele ia dizendo:
Eu, Marília, não sou algum vaqueiro
Que vivia de guardar alheio gado,
De tosco trato, de expressões grosseiro,
Dos frios gelos e dos sóis queimado;
Tenho próprio casal e nele assisto;
Dá-me fruta, legume, vinho, azeite;
Das brancas ovelhinhas tiro o leite
E a mais fina lã de que me visto. [...]

Em outro poema,

Entra nessa grande terra,
Passa uma formosa ponte.
Passa a segunda e terceira,
Tem um palácio defronte.

Ele tem ao pé da porta
Uma rasgada janela;
É da sala aonde assiste
A minha Marília bela. (ALENCAR, 1971, p. 30,32).

A poesia de Mourão (1993, p. 211) apresenta mais coloquialidade, sensualidade e palavras de baixo calão:

Ouro Preto, cidade velha e fodida,
te querem patrimônio mundial.
Se puderes aguentar das pernas,
serás palco de eterna bacanal.

Em **Boca de chafariz** (1993), há a citação de um fragmento da letra de música²⁹ da MPB “Madalena”, de Ivan Lins e Ronaldo Monteiro, gravada por Elis Regina, como poema do personagem Cupica. Esse recurso utilizado pelo autor é mais um exemplo de paráfrase na narrativa. Cita-se:

Oh Madalena
o meu peito percebeu
que o mar é uma gota
comparado ao pranto meu. (MOURÃO, 1993, p. 128).

Conforme salientado anteriormente, outro enfoque da literatura comparada é a interdisciplinaridade, quando o trabalho comparatista ocorre entre diferentes disciplinas, como exposto a seguir.

4.2 INTERDISCIPLINARIDADE: A ARTE IMITANDO A VIDA

Será apresentado de forma sucinta o paralelo entre história e literatura. Na antiguidade, a segunda detinha maior “status” que a primeira, porque a história referendava verdades acontecidas e não universais, ou seja, de modo pontual, já a literatura externava verdades desejáveis ou idealizáveis. Ainda segundo Daibert e Daibert Junior (2012) e Mendonça e Alves (2003), com o advento do Iluminismo, nos

²⁹ Parte da letra da música MADALENA. Disponível em: http://ivanlins.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=105&Itemid=336. Acesso em: 17 out. 2012.

tempos modernos, as posições se inverteram, devido ao fato de a história estar ali revestida do manto do “cientificismo”, valendo-se da possibilidade única de registrar os fatos passados; enquanto que a literatura, por prezar a presença da imaginação e subjetividade, não teve esta capacidade reconhecida.

Sob este olhar, podem-se comparar diferentes disciplinas, como a história e a literatura, como um exemplo transcrito da ficção **Boca de chafariz** (1993), de Rui Mourão, na qual o restaurador Jair Afonso Inácio é entrevistado pela revista **Veja**:

No atelier do restaurador, terminadas as poses para o fotógrafo [...]. Operando o gravador, a repórter começa o seu trabalho:
 – Sendo funcionário do Patrimônio, vai sobrar para você uma tarefa gigantesca, depois que as chuvas passarem?
 – Ainda não dá para se ter ideia. Até o momento, só foram atingidas ruas, amuradas [...] os monumentos significativos, que possuem arte decorativa, por enquanto estão apenas ameaçados. Como sou restaurador de interiores, o trabalho em quantidade que está aí não é para mim, é para geólogos, engenheiros e arquitetos. [...]
 – Onde mora o restaurador Jair Inácio. (MOURÃO, 1993, p. 26,103).

Agora o mesmo fato expresso na História de Ouro Preto, através do historiador Bohrer (2011, p. 175): “entre os filhos ilustres [...] destaca-se Jair Inácio, considerado o maior restaurador do Brasil”.

O paradigma iluminista entrou em crise, e, com ele, seus preceitos, desestabilizando a visão monopolizadora da história, de acordo com os autores acima citados, não havendo distinção entre as duas disciplinas no pós-modernismo. Ambas têm um mediador, um narrador, para expressar o fato acontecido. Fortaleceu-se a ideia de que escrever sobre o passado é um ato interpretativo. Não houve substituição da ficção pela história, apenas quebra do paradigma da inviolabilidade da história, pois as disciplinas possuem moral e estéticas diferenciadas. Chaves (1991, p. 9) ratifica a posição ao afirmar: “a indagação central que nos reúne é a mesma: a fronteira entre história e literatura. A fronteira aqui não separa; antes determina o ponto de convergência onde podemos observar a unidade da obra literária”.

É possível observar a convergência literária com a História na apresentação das construções, pois a penitenciária de Ouro Preto é apresentada em Mourão

(1993, p. 41,44) como um monumento inspirado no Capitólio Romano, uma paixão de Luís Cunha Meneses, que, assim, relata como a casa nasceu:

Com os olhos no Capitólio Romano, com o coração sensibilizado pela recordação da epopeia dos heróis da Escola de Sagres, passei para o papel o risco da nova Casa de Câmara e Cadeia.
[...] O sorriso de satisfação com que sempre contemplava minha obra se manifestou através dos lábios e dos olhos. Lá estavam as três colunas Jônicas sustentando o segundo andar com as suas graciosas varandas de ferro, a cimalha de balaústre onde, marcando os extremos, se elevavam as figuras da justiça e da caridade.

A mesma cadeia, para Alencar (1971, p. 67), é a penitenciária, local grotesco e trágico, um casarão sinistro:

Na breve esplanada da praça, ao alto da montanha, um casarão sombrio, vasto, pesado, dominando as ruas que se despencam vertiginosamente pelas ladeiras a pique, abriga dentro de suas frias muralhas de granito centena de condenados, para ali remetidos de todos os pontos do Estado.
Esse casarão é a penitenciária.
O aspecto exterior é deveras sinistro.

Bohrer (2011, p. 28) aponta que não só os tempos merecem consideração, mas “é bom que se destaquem também os monumentos de origens outras – governamentais ou particulares – como a Casa de Câmara e Cadeia (atual Museu da Inconfidência)”.

Também reforça como exemplo de interdisciplinaridade o fato de os autores atentarem semelhantemente para a fundação de Ouro Preto, de acordo com a História: “[...] as bandeiras em busca de riquezas minerais se iniciaram em 1674, [...] a expedição foi importante por dar início ao desbravamento do interior da colônia [...]. Antônio Dias de Oliveira descobriu este metal onde hoje fica Ouro Preto” (COSTA e MELLO, 2008, p. 297). Alencar (1971) expõe os fatos adornando-os de subjetividade, assim:

Os primeiros bandeirantes que escalaram as serranias em meio das quais o Itacolomi se alteia, sobrepujando as nuvens, foram os chefiados por Antônio Dias.

Estabeleceram-se no local onde hoje existe o bairro que tomou o nome do chefe de bandeira.

A terra, ferida de leve, mal rasgada na superfície, à margem dos córregos, expunha à avidez dos ousados devassadores do sertão imensas e fantásticas jazidas de ouro. (ALENCAR, 1971, p. 39-40).

Com Mourão (1993, p. 19), a exposição é diferenciada, pois o fato é narrado com a autoridade de um dos primeiros que chegou lá, em 1695, descobriu e construiu um dos lados da cidade e tem fama de fundador onde, no romance, dois séculos depois, vagueia por seus domínios, esclarecendo a fundação: o “fantasma” de Antônio Dias de Oliveira. O contexto é o mesmo: Bandeiras, homens ávidos por metais e pedras preciosas, por abrir campos, por conquistar riquezas. Mas, com o desejo de esclarecer, o “fantasma” afirma que ele mesmo não fundou a vila ou a cidade e relata os acontecimentos: o “escurinho” Duarte Lopes encontrou o ouro preto, porque o ouro estava misturado com jacutinga. Obedecendo à hierarquia, o mulato Lopes passou as pedras a José de Camargo Pimentel, chefe da bandeira, que as enviou ao Rio de Janeiro e recebeu a notícia de que aquilo era ouro puro e preto e “o título de Guarda-Mor das Minas do Sertão dos Cataguases”.

Lopes espalhou a notícia e muitos foram procurar a riqueza. Tantos chegaram primeiro que, por isso o “fantasma” nega prioridade, deixando ao último na hierarquia dos homens a glória de ser o fundador:

[...] Ninguém descobriu coisa alguma e apenas todos foram usados como personagens de uma estória que o nosso povo viveu porque ela tinha que ser vivida. Sou radical na minha maneira de encarar os fatos e entendo que, depois de José Camargo Pimentel, Duarte Lopes e Manuel Garcia, eu, Padre Faria, e tantos outros continuamos a desempenhar papéis da mesma estória. Inclusive acho que aquela estória era apenas parte de uma estória maior – uma história que cada um vive como pode para o seu lado em todos os tempos, uma história que Ouro Preto, mesmo depois de haver morrido, ainda vive até hoje. (MOURÃO, 1991, p. 21).

Na descrição do nascimento de Vila Rica de Ouro Preto, o “fantasma” Antônio Dias, personificado por Mourão (1991), foi mais realista, enquanto Alencar (1971) mostrou-o ufanista. Segundo historiadores, Ruas (1964) registra que, em 24 de

junho de 1698 foi celebrada a primeira missa em terrenos do futuro Arraial das Minas Gerais do Ouro Preto, e Bohrer (2011) relata que “há muito que se reconhece a bandeira de Antônio Dias como a precursora e a data – 24 de junho de 1698 – como a data fundadora dos primeiros arraiais dos morros e vales que comporiam Vila Rica” (BOHRER, 2011, p. 20).

Ruas (1964) relata que, nos primeiros 20 anos, Ouro Preto se povoou com predominância da população escrava. No início da exploração do ouro, a população se esqueceu de que precisaria de alimentos e, por deixar de lado a agricultura, a fome tomou conta da região: “Mas cuidando exclusivamente da faiscação, esqueceram-se da lavoura, e os primitivos núcleos viram-se assolados por profunda crise de fome” (RUAS, 1964, p.19). Bohrer (2011) concorda com Maia [1970?] relatando que, no período de 1700/1701, havia notória fome entre a população. Mourão (1993) relata:

[...] Enquanto ainda não se botou o olho naquele brilho amarelo, o raciocínio e a inteligência podem conduzir a ação; depois, de jeito nenhum. Basta que se pense no que ocorreu com os suprimentos. [...] Pois ao atingir o seu destino, o que menos passava pela cabeça de um era a necessidade de prover à alimentação. [...] Natural que surgissem as várias fomes que dizimaram legiões. Durante essas crises descontroladas, muito padecente trocou fortuna de ouro duramente acumulada, [...] por um reles prato de comida. (MOURÃO, 1999, p. 94-95).

A evolução social da vila foi lenta, na sofreguidão de recolher o ouro. Muitas pessoas fizeram-se inquietas, desejando fazer render sempre o muito que se podia pegar e tornaram-se arriscadas, tentando burlar o fisco, ou seja, de pesar menos, apesar da abundância do metal. Bohrer (2011, p. 21) afirma que “O certo é que a quantidade de ouro produzida foi formidável, ascendendo a várias toneladas. O ouro, aparentemente inesgotável, deu novo fôlego à economia do império português: em pleno declínio luso, o ‘eldorado mineiro’ era um alento [...]”. Sobre o ouro existente nos primeiros tempos, Alencar (1971, p. 41) relata:

Era tal, nos primeiros anos, a abundância do ouro pelos córregos e pelas encostas dos morros, que parecia ofuscar a escaldada imaginação dos antigos habitantes da terra. Viam eles o faiscante metal por toda a parte. Este era tanto, tanto, que, quando os pretos ergueram, em um dos outeiros

de Vila Rica, a igreja dedicada à protetora da raça, as escravas, com as cabeças empoadas de ouro de lei, iam lavá-las na pia de água benta do templo em construção, nela deixando, desse modo, a valiosa e fulva oferenda...

No século XVIII, a abundância de ouro era tamanha que “toda gente possuía ouro em casa. Ouro em barra, ouro amoadado, ouro em pó, enterrado pelos quintais, metido sob os assoalhos, escondido nas paredes ocas” (ALENCAR, 1971, p. 41). As diversas maneiras de guardar o precioso metal transformaram-se em lenda e, “quando um vulto sobrado desaba, há quem espere ver surgir, de repente, dentre os escombros, as louras moedas tilintantes [...]” (ALENCAR, 1971, p. 41). Não raro é a percepção de que elas têm mesmo aparecido nas demolições.

Reafirmando a abundância dos primeiros tempos, Mourão (1993, p. 94) concretiza a quantidade possível de ser encontrada a cada dia: “O ouro acontecia por todo lado, um ribeirão de bom rendimento dava duas ou mais oitavas³⁰ por bateada, cada final de exercício mais de cem arrobas saíam oficialmente, sem contar com o que rolava às escondidas, [...]”

Ruas (1964, p. 18) conta que era tal a quantidade do metal, que fora encontrado em encostas, nas margens dos rios, nos vales e montanhas, conforme,

Abundava o ouro, em profusão, quer em veios riquíssimos, quer em aluvião, quer em mistura com cascalho e areia encontrava-se nos córregos, nos rios, nas montanhas. [...]

Os primeiros trabalhos realizaram-se nos leitos dos rios, neles, em suas margens, ou pelo desvio do curso das águas.

Trabalhadas com afinco, essas fontes esgotaram-se com brevidade, advindo então a mineração nas minas a céu aberto. [...]

Maia ([1970?], p. 15) reafirma a abundância de ouro informando a sequência desde a extração nas superfícies até em grandes profundidades:

[...] O ouro por aqui aflorava à terra. Veios riquíssimos, aluviões, ora misturados a cascalho, ora com areia, se encontravam nos rios, nas montanhas...

³⁰ "1 oitava = 1 eighth of an ounce = 3,5859 gr". In: CARRARA, Angelo Alves. **Às toneladas**. Revista de História. 2008. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

De acordo com o local em que o ouro era encontrado assim se denominava:
Nas encostas – grupiara;
Nas faldas das montanhas e vales – tabuleiro;
Nas margens dos rios – faisqueiro.

A princípio, a mineração era feita nos leitos dos rios, depois às suas margens, seguindo o curso. Mais tarde, foi feita a mineração, fazendo-se profundos sulcos na terra, represando-se a água. Com o represamento, a terra era revolucionada. Arrastavam-se, então, as camadas auríferas. Após isto, eram lavadas, para que se apurasse o ouro. Usou-se, ainda, o carumbé, espécie afunilada de madeira, que o braço escravo transportava cheio de terra fértil do louro metal para a lavagem. Por fim, veio o método das profundas escavações, formando túneis a que se denominou “mina”. (MAIA, [1970?], p. 15).

Os relatos ficcionais de Alencar e Mourão ateam-se com a História de Ouro Preto, confirmando a presença da interdisciplinaridade entre as obras e dessas com a História. Outro exemplo apresenta-se quando o narrador de **Cidade do sonho e da melancolia** (1971) volta da incursão atual a uma mina abandonada e observa o remorso da terra, que lamenta sua generosidade inicial, chegando a mina à exaustão. Lamenta, ainda, pelos tristes acontecimentos que o ouro trouxe durante algum tempo e que permanece até aquela data, com o abandono da cidade, demonstrado pela falta de interesse pecuniário da região:

[...] na escarpa batida pelo sol ardente do meio-dia, a velha mina abandonada, na infinita e tétrica desolação em que a víamos, como que a chorar arrependida o mal imenso e irremediável a que dera causa por não ter sabido guardar avaramente, na profundeza inatingível das suas entranhas, todo ouro que dali saíra outrora para correr o mundo... (ALENCAR, 1971, p. 58).

Em Mourão (1993, p.11, 81), porém, há um afastamento entre as narrativas, pois não é a terra que lamenta, mas forças ocultas cobram o abandono, devido à extração do minério desmedidamente, sem preocupação com a terra; como num processo de apagar de sua memória sua trágica história:

Os poderes cósmicos, ostentando reservas de forças inimagináveis, fizeram um complô contra a região central do País, naquele ano da graça de 1979.
 [...] Quando a tempestade vergasta Ouro Preto e uma convulsão sísmica ameaça sucumbir a cidade inteira, [...]

Relativamente à exploração aurífera, as duas narrativas: **Cidade do sonho e da melancolia** (1971) e **Boca de chafariz** (1993) questionam o uso indevido das riquezas. Ruas (1964, p.19) afirma que “É significativo que destas ‘Gerais’ tenham saído 200 e tantas mil arrobas de ouro para a Real Coroa” nos primeiros anos da exploração e registra que, de 1710 a 1722 rendeu “cerca de 45 arrobas de ouro para o Erário Real”, e “Em 1727 – foram remetidos a Portugal – 183 arrobas, 9 arratéis, 30 oitavas e 68 grãos de ouro” (RUAS, 1964, p.21). Segundo Ruas (1964, p.24), não ainda suficiente, “Em 1735 – início da cobrança da capitação que perdurou por 16 anos, tendo rendido à Real Coroa 2.066 arrobas, 9 marcos, 3 onças e 4 oitavas de ouro” (RUAS, 1964, p. 25). Em 1756, a Coroa Portuguesa envia a ordem solicitando “subsídio voluntário”.

Apesar da abundância de ouro, o egoísmo humano era maior. O evento referente à Guerra dos Emboabas (“forasteiros”, codinome emboabas – queriam a posse da terra e do ouro, em detrimento dos paulistas que lá estavam) traz a intertextualidade entre os livros de História e a obra ficcional de Mourão (1993, p. 95-97), destacando a atitude agressiva dos invasores que queriam se valer da força para a posse das jazidas:

[...] As frentes de mineração iam continuar sendo as conhecidas, novas descobertas quase não aconteciam, e o povo só a chegar, no mais completo descontrole. Com a população da área se multiplicando [...] a disputa em torno da propriedade a endurecer a relação de indivíduos que se encaravam secos e discordantes, tensos e agressivos. Solidários na defesa do seu direito de descobridores, os paulistas se opunham aos recém-chegados, os forasteiros. [...] O ódio soube encontrar o apelido para ridicularizar o invasor proveniente da Metrópole: “emboaba”, significando pinto calçado no falar do índio que, pelado como Deus o pôs no mundo, estranhava o homem de calças folgadas, botas apertando depois até o pé. [...]
 Na excitação da vitória, Bento do Amaral Coutinho, que estava naquele comando, prometeu garantia de vida a todos.
 [...] Dentro do tempo ainda continua repercutindo o impacto daquela magna covardia. Trezentos homens começaram a ser trucidados à queima-roupa.
 [...] A carga só terminou quando o último paulista rolou por cima dos outros. O silêncio que então pesou foi o mais fúnebre. O lugar, com sua vegetação fechada, ganhou um nome: Capão da Traição.

O livro documental de Bohrer (2011, p.45) refere-se ao fato narrando: “Os paulistas, como descobridores das jazidas auríferas, reivindicaram para si o direito total de exploração. Os que discordaram deste intento, em sua maioria portugueses,

foram conhecidos como *emboabas* (do tupi, galinhas calçadas)". Costa e Mello (2008, p. 308) relatam o mesmo fato, reportando:

Guerra dos Emboabas, entre paulistas e metropolitanos. Quando os paulistas se viram cercados pelos emboabas, solicitaram a trégua e a rendição a Bento do Amaral, comandante emboaba. Mesmo tendo prometido não matar os inimigos rendidos, após a rendição e entrega das armas, Bento do Amaral ordenou o massacre de todos os quase trezentos paulistas capturados. Por causa desse fato, o local do massacre ficou conhecido como Capão da Traição.

Para solucionar a Guerra dos Emboabas, em 1709, estabeleceu-se um governo independente com a criação da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, com sede em Mariana. Ruas (1964, p. 17) explica que, diante de tantos homens disputando a propriedade dos locais onde o ouro estava à flor da terra, em abundância, foi imprescindível vir para as Gerais o guarda-mor das minas, Salvador Furtado de Mendonça, para "fazer uma divisão equitativa" das terras entre quem as disputava e impedir o domínio da lei do mais forte. O fato foi retratado na História e na ficção. "A arte imitando a vida", componente do título do subitem 4.2, comprova a teia literária na composição dos textos.

Outro exemplo presente, tanto no registro histórico quanto nos romances ficcionais, foi a sedição de Vila Rica liderado por Felipe dos Santos. A motivação da revolta foi porque a Coroa, Portugal, exigia um quinto sobre a extração do ouro e, para que não houvesse desvios ou contrabando, exigiu a construção da casa de fundição na própria vila. Os exploradores pagavam pela fundição e, para isso, era necessária a purificação do metal. Todavia, com esse procedimento, o ouro perdia peso e ainda era cobrado imposto sobre essa operação. Os mineiros tiveram redução dos lucros e até prejuízo com tais medidas, pois lhes restavam pouco metal. Eles reivindicaram, reclamaram, porém Portugal, ao negar os direitos a esses homens, desencadeou em alguns mineradores um movimento denominado Sedição de Vila Rica e é considerado pelos historiadores como precursor da Independência.

Maia [1970?] concorda com Ruas (1964) sobre as diferentes promoções inventadas para evitar o contrabando e carregar o ouro de Minas para os navios de Portugal, identificando a razão da revolta, ou seja, a taxa que, em 1719, estava destinada aos "Alfinetes da Rainha":

Em 1719, fundou o Conde de Assumar as casas de fundição, onde se deveria cobrar o tão falado Imposto do Quinto. Além desse imposto, cobraram-se, ainda, as despesas de fundição e uma outra taxa, a que dava o nome de “Alfinete da Rainha”. Contra essa medida é que se rebelavam os dois mais ricos mineradores da época: Pascoal da Silva Guimarães e Felipe dos Santos. Aquele, o que se enriqueceu rapidamente, com as lavas do Morro São João. Este último, talvez, o idealista do movimento. [...] os revoltosos, indo à vila de Nossa Senhora do Carmo, hoje Mariana, em grupo armado, conseguiram do Conde de Assumar, tipo cínico e revoltante a queda do referido imposto. (MAIA, [1970?], p. 18-19).

Bohrer (2011) e Maia [1970?] acordam que, em meios de reagir e sufocar o levante, o governador, D. Pedro de Almeida e Vasconcelos, o Conde de Assumar, cedeu, sem resistência, a todas as exigências e, firmando um pacto com o grupo, comprometeu-se em suspender a instalação das casas de fundição do ouro e, ainda, indultar a todos com o antecipado perdão real. Não procedeu, todavia, conforme o combinado. Decorridos alguns dias, na noite de 14 de julho de 1721, o Conde conseguiu esmagar e neutralizar a revolta, no seu local de origem, prendendo os moradores do arraial do Ouro Podre, incendiando o local. Foram presos: Pascoal da Silva, um dos fundadores de Ouro Preto, Manuel Mosqueira da Rosa, Sebastião da Veiga Cabral, frei Vicente Botelho, frei Francisco de Mont'Alverne e Felipe dos Santos Freire:

[...] Um dia, já na prisão, Felipe dos Santos, de uma das janelas gradeadas de sua cela, tem a sua atenção despertada por um clarão, um clarão imenso, que vinha lá do seu velho arraial. Era o morro de São João que se queimava. Centímetro a centímetro, as chamas, com suas línguas vorazes, bebiam e queimavam ao sabor de seus beijos, todo o arraial. Tudo ardia. Tudo. Com a destruição total do arraial, o povo apelidou aquele logradouro com a alcunha, com que é hoje conhecido: Morro da Queimada. (MAIA, [1970?], p. 19).

Reconhecendo Felipe dos Santos como o cabeça do movimento, o Conde de Assumar conseguiu com o Ouvidor sua condenação por crime de Lesa-Majestade. Condenado à morte, ele foi enforcado e, quando descido o corpo do patíbulo, o Conde de Assumar mandou arrastá-lo pelas ruas, atado à cauda de um cavalo e, finalmente, esquartejado, seria exemplo para a população do que aconteceria com quem sublevasse as ordens reais.

A interdisciplinaridade está presente, pois o episódio histórico é narrado na obra **Cidade do sonho e da melancolia** (1971), de Gilberto de Alencar:

Pertencia a mina maravilhosa a Paschoal da Silva Guimarães, um dos fundadores de Vila Rica, opulento senhor de centenas de escravos e de numeroso bando de estipendiados, para os quais mandara edificar todo um extenso arraial, a desdobrar-se morro acima.

Companheiro de Felipe dos Santos, tendo dado a este mão forte para a sedição, Paschoal da Silva Guimarães foi preso, tão depressa se verificou o malogro da revolta.

Governava a capitania o sanhudo conde de Assumar.

E a repressão estadeou-se violentíssima.

Felipe dos Santos, depois de passar pela força teve o corpo atado à cauda de quatro cavalos bravos, para o esquartejamento, realizado com toda a pompa diante do governador, que viera para a praça assistir ao espetáculo, comodamente repotreado numa cadeira de alto espaldar, à frente da famulagem curiosa, a ostentar trajes domingueiros. Os pedaços sangrentos do corpo do tribuno audaz foram arrastados pelas pedregosas ladeiras, abaixo e acima, ao galope dos cavalos árdegos, para escarmento dos habitantes e maior respeito a El-Rei Nosso Senhor. [...]

Dias consecutivos lavrou o fogo no arraial destruído.

Morro da Queimada, desde aí, ficou sendo chamado o local pelo povo. (ALENCAR, 1971, p. 55-56).

Também em **Boca de chafariz** (1993), é relatada a sedição de Vila Rica com o mesmo sofrimento, o mesmo desejo de manifestar o poder por parte da Coroa Portuguesa, representado na pessoa do governador. Assim, é narrado:

[...] quem não tivesse tomado conhecimento, dias antes, do audacioso anúncio público do movimento, estava sabendo que por trás de tudo andava Paschoal da Silva Guimarães, rico minerador e proprietário quase exclusivo do arraial. Mas o comando verdadeiro no Largo da Câmara, onde a concentração se fazia, logo se transferiu a um chefe de repente apresentado maior: Felipe dos Santos Freire. [...]

– Felipe dos Santos agita em Cachoeira do Campo, tentando sublevar a população – vieram dizer.

Naquela noite, um incêndio de imensas proporções se ergueu em halo avermelhado projetado amplo sobre o arraial de Ouro Podre. Os soldados de Assumar corriam lá dentro, numa direção e noutra, saqueando casas, deitando fogo. Os moradores, em desespero, fugiam da maneira possível. Ruas inteiras ardendo, fazendo subir sobrelançados, agitados rolos de fumo. Na propriedade principal, de Paschoal da Silva Guimarães, barricadas de alcatrão e pólvora explodiam, iam aos cacos pelos ares. [...]. O Ouro Podre, ou Morro do Paschoal, conquistara para todo o sempre um nome a mais: Morro da Queimada.

A entrada de Felipe dos Santos Freire em Vila Rica, acorrentado e algemado, em meio a uma cavalgada de beleguins improvisados, produziu a maior comoção. Fora preso no adro da matriz de Cachoeira do Campo. Discursava ao povo, quando uma revoada de bacamartes chegou até o seu

peito. Submetido a sumário julgamento, naquele mesmo dia ia subir à forca. E quente ainda, o seu corpo seria atado à cauda de um cavalo brabo, que aos pinotes o arrastaria ao comprido pelas ruas, de embate em embate – aos olhos assustados de todos – contra as pedras do calçamento. As roupas se fariam frangalhos, o sangue se espalharia numa puxada mancha rubra: contrapartida, cá em baixo, do incêndio ainda não extinto no alto do morro. (MOURÃO, 1993, p. 176-178).

Na leitura dos fragmentos ficcionais de Alencar e Mourão, observa-se que essa não é uma narrativa de um acontecimento fantástico, mas apresenta um fato verídico que está registrado na História.

Duby (1991, p. 7) afirma “que a objetividade do conhecimento histórico é um mito”, pois a história fora escrita por homens, e estes, ao escreverem, falam de si mesmos, expressando sua opinião ou posição sobre o assunto, pois a arte de escrever e a sensibilidade continuam sendo uma forma de criação. O resultado escrito é sempre subjetivo.

Este autor rotula de ficção os textos “históricos”, por serem passíveis de manipulação humana, uma vez que foram criados segundo a mente de seu escritor. A história, porém, diferencia-se do romance, pois a primeira foi realmente vivida, sendo o relato de um fato real com a opinião do autor; enquanto que, no romance, há mais ficção, há liberdade de criação do autor, sem o compromisso de retratar o fato real. Duby (1991, p. 11) afirma que:

[...] Há, sem dúvida, uma enorme diferença entre a história e o romance, na medida em que a ficção histórica está forçosamente ligada a algo que foi verdadeiramente vivido, mas, no fundo, a forma de abordagem não é muito diferente. O historiador conta uma história, uma história que ele forja recorrendo a um certo número de informações concretas.

A posição sobre a ficção da história pressupõe a necessidade de consciência de que não se está diante de uma verdade objetiva, mas diante da opinião de alguém a respeito daquele fato.

Assim, a História de Ouro Preto, localizada num profundo vale entre as montanhas de Minas Gerais, traz aos visitantes a sensação de estar numa viagem do tempo, entre vivos e mortos, em que figuras históricas se confundem com as contemporâneas. Para Resende (2011), o Brasil despontou-se no litoral, porém,

como nação, sua concepção foi em Minas Gerais, alimentada pelo ouro, tendo o reconhecimento:

[...] por seu valor, Ouro Preto foi decretada Cidade Monumento Nacional em 1933. Os olhares e o reconhecimento do mundo viriam em 1980, quando a UNESCO a declarou Patrimônio Cultural da Humanidade. Seu legado é maior que as fronteiras, sua essência é a própria essência do homem. (RESENDE, 2011).

Retomando a História de Ouro Preto, historiadores relatam que o surgimento da cidade não se conhece ao certo. Provavelmente, na expedição de Duarte Lopes, encontrou-se a negra pedra que foi levada ao Rio de Janeiro. Lá, reconhecido o seu valor, desabrochou nos corações o desejo de encontrá-la. O bandeirante Antônio Dias (1698) foi o primeiro a chegar ao pico Itacolomi, antes *Ita-corumi* (pedra-menina), onde estavam as minas.

Em 1695, a primeira pedra de ouro foi enviada a Portugal da chamada “Minas dos Cataguazes”, que pertencia à capitania do Rio de Janeiro, juntamente com São Paulo. Os de Minas tinham o apelido de Emboabas e, aproximadamente em 1708, foi travada uma batalha entre paulistas e emboabas por causa da ganância pelo metal precioso. Em 1709, findando a guerra, foram separados os governos, criando-se as capitanias de Minas do ouro, com a capital em Mariana, e São Paulo, independentes da do Rio de Janeiro, conforme Ruas (1964).

Em 1711, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho consegue elevar os Arraiais de Antônio Dias e de Ouro Preto à Vila Rica de Albuquerque, que se tornou, finalmente, Vila Rica.

Em 1715, o governador impõe o pagamento do quinto, que deveria ser arrematado em 30 arrobas anuais de ouro. Nesta época, era grande a população e bem heterogênea, predominando o negro, que foi proibido de trabalhar com a cana-de-açúcar para ser aproveitado na extração do ouro.

Toda forma para contrabandear o ouro era usada, até imagens e altares ocultos, preenchidos com o metal, eram meios para extraviá-lo. A Coroa cobrava mais impostos, alegando haver cada vez maior número de pessoas realizando a atividade de extração.

A Vila, em 1720, foi promovida a capitania autônoma, sendo a capital transferida de Mariana para Vila Rica. A prosperidade durou até aproximadamente 1750, quando o ouro começou ficar escasso. A Coroa portuguesa, preocupada com o aumento do contrabando, intensificou a fiscalização, exigindo dos mineradores a manutenção da cota dos impostos. Esta situação se manteve até a Inconfidência Mineira.

Em 1724, iniciaram-se os trabalhos na Casa de Fundição de ouro, com a fundição submetida ao quinto em 1725; em 45 dias, a cobrança obtivera 95 arrobas de ouro. Em 1730, ordenou-se que se aumentasse o número de casas de fundição, dessem buscas em casas suspeitas e expulsassem os ourives. Tais ordens foram cumpridas por meio da espionagem, devassa e prisões. Em 1766, novamente, se proíbe o exercício dos ourives, e à noite havia ronda dos soldados pelas ruas.

Aproximadamente em 1783, com o advento das ideias do Iluminismo, poetas, militares e padres uniram-se em torno do ideal libertário. Ansiavam pela libertação do país do jugo de Portugal, bem como a construção de universidades e de indústrias. O âmago da questão se deu quando a Coroa resolveu cobrar os impostos atrasados, na chamada Derrama, desconsiderando a exaustão das minas, resultando, então, na Conjuração Mineira em 1789, conforme Ruas (1964). Em 1803, é suspenso o uso do ouro em pó, sendo substituído por moedas de ouro, cobre e prata.

Vila Rica tornou-se cidade de Ouro Preto em 1823 e continuou como capital da província de Minas Gerais até 1897, quando da inauguração de Belo Horizonte, antigo Curral del Rei, segundo Bohrer (2011) e Ruas (1964).

Em 1922, a cidade foi “redescoberta” pelos modernistas que procuravam o “reavivamento da memória nacional” (BOHRER, 2011, p. 38). Encontraram ali inspiração ao valorizarem o vernáculo, sendo o barroco mineiro a tônica nas alterações. Com o patrimônio em voga, em 1931, a urbe teve promulgada a lei que mantivesse a caracterização do aspecto colonial das edificações

Ouro Preto foi elevada a Cidade Monumento Nacional, ainda conforme Bohrer (2011), em 1933, pelo presidente Getúlio Vargas, e, em 1938, o patrimônio urbano foi tombado pelo Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em 1969, foi criada a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), e, em 1980, a cidade recebeu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade. Em 8 de julho de 2011, a cidade completou 300 anos.

A partir de toda a descrição histórica, os romances cotejados de Alencar e Mourão podem ser considerados históricos e são expostos no próximo subitem.

4.2.1 O romance histórico

Deter-se na análise do romance³¹ histórico³² por excelência, com o objetivo de escrever sobre os feitos de um povo, resgatando um passado glorioso, é comum na mixagem entre história e literatura, pois as ficções pautadas na realidade “realizam melhor os conteúdos do emocional coletivo que as memórias da informação histórica [...]” (PIMENTEL, 2011).

Romance de tema histórico existe há muito tempo, a partir das publicações de Walter Scott (1771-1832), quando conseguiu interagir em sua narrativa o tema histórico, recriando outras épocas e outros mundos. Estruturou o modelo de narrativa histórica, seguido por vários escritores, entre eles Victor Hugo com a obra **Notre-Dame de Paris** (1831). Neste ensejo, Pimentel (2011) aponta características que determinam o romance histórico como: informação sobre o passado histórico, com sentimento de coletividade, baseando-se em Landim³³. Postula, contudo, orientado pelos estudos de Lukács, a constância dos elementos que fundamentam o romance histórico:

1. A época histórica resgatada está num passado mais ou menos distante do presente do autor e serve como um pano de fundo histórico para o romance;
2. Neste pano de fundo é desenvolvida uma trama fictícia, inventada pelo autor, com ações e personagens fictícios que se encaixam perfeitamente na época passada reconstruída;
- [...]
4. A trama fictícia ocupa o primeiro plano do romance, ela canaliza a atenção maior tanto do narrador quanto dos leitores;

³¹ Reis e Lopes (2007, p. 356) afirmam que: “romance é [...] um gênero narrativo de larga projeção cultural, [...] que a partir do século XVIII, fez dele decerto o mais importante dos gêneros literários modernos. [...] Definição [...] “O romance é uma resposta dada pelo sujeito à sua situação na sociedade burguesa ou estruturada em termos burgueses”.

³² Reis e Lopes (2007, p. 371) salientam que: “um romance histórico é um gênero narrativo que afirma a coexistência, num mesmo universo diegético, de eventos e de personagens históricas e de eventos e de personagens inventadas”.

³³ LANDIM, Teoberto. **Idéia, pra que te quero!** Fortaleza: 7Sóis Editora, 2004.

5. A época histórica passada é somente um contexto, melhor, um pano de fundo, embora não tenha uma importância secundária. O contexto histórico perpassa toda a obra, explicando os comportamentos dos personagens e as soluções dos conflitos. (PIMENTEL, 2011).

Ratificando o postulado de Lukács, nas obras de tema histórico como **Cidade do sonho e da melancolia** (1971) e **Boca de chafariz** (1993), há passagens versando sobre o esgotamento da extração de ouro e sobre a metrópole que determinou, através de seu ministro português, o Marquês de Pombal, o estabelecimento de cotas: “[...] 100 arrobas de ouro (1.500kg)” (COSTA E MELLO, 2008, p. 312). Não atentando para a realidade das minas, porém, sem deixar de conseguir essa quantidade de ouro, os governantes criaram a “derrama”, em 1765. Ruas ([1970?], p. 28) relata que “atrasara-se o pagamento do quinto do ouro, e ameaçado estava o povo com o lançamento da próxima derrama”. Bohrer (2011) ratifica:

Quando o esgotamento das minas tornou-se evidente, começou a ser impossível o pagamento das cem arrobas mínimas de ouro que anualmente eram devidas à Coroa Portuguesa. A dívida aumentou de tal forma que o governo da metrópole, não acreditando que a exploração aurífera estava em declínio, resolveu cobrar à força a quantia restante – iniciativa que foi chamada de *Derrama*. (BOHRER, 2011, p. 47).

O recurso significava que todas as pessoas, mineradoras ou não, deviam pagar o que faltava para atingir a cota, ainda que, para tanto, tivessem que fazer a entrega de seus pertences. Nesse contexto, surgiram “[...] as revoltas contra a pesada tirania da Metrópole, os movimentos incoercíveis pela emancipação, vindo terminar na Inconfidência, um sonho esplêndido de intelectuais transformado em tragédia sangrenta...” (ALENCAR, 1971, p. 14).

Foi assim que, nas últimas décadas do século XVIII, Ouro Preto se destacou em Minas Gerais, como:

Berço das ideias liberais no Brasil, tramando já a República quando ainda não se fizera a Revolução Francesa, Vila Rica, longe do litoral, perdida no alto das serrarias do interior, com os seus poetas, os seus sonhadores, os

seus heróis, era então como um grande e poderoso foco civilizador que se acendia para iluminar a América. (ALENCAR, 1971, p. 14).

No que tange à preocupação dos governantes com as tecnologias da época, que trariam influências no pensamento circulante no Brasil, as medidas impostas como protecionistas eram muitas e rígidas, mas aconteceram cochilos, os quais, na pena de Mourão (1999), o “fantasma” de Luís da Cunha Meneses mostra:

[...] A pregação revisionista do padre Antônio Verney, endemoniado agitador que não foi expulso do Reino enquanto era tempo, produziu a insanidade do governo do Marquês de Pombal. Numa época em que o próprio primeiro ministro se apresentava como adepto de doutrinas que desencadeariam a Revolução Francesa, que disciplina se poderia pretender para os remotos súditos de uma remota Colônia perdida nas selvas sul-americanas? A suja literatura de Diderot, Rosseau e d’Alembert, o texto da constituição da independência dos Estados Unidos, tudo o que merecia o mais soberano repúdio, começou a circular por aqui. A biblioteca do cônego Luís Vieira da Silva, sem dúvida de livros condenados, chegou a adquirir impunemente gigantescas proporções. (MOURÃO, 1993, p. 120).

Essas considerações estão presentes em Costa e Mello (2008, p. 313) como as mesmas causas da Inconfidência Mineira: “A influência das ideias liberais e iluministas e a Independência dos Estados Unidos”. Maia (1964, p. 21-22) relata: “A ideia de liberdade reinava entre os povos no Novo Continente. A independência dos Estados Unidos já estava concretizada e todos os povos das Américas possuíam um só ideal: a liberdade”. Bohrer (2011, p.26) afiança que: “ideias revolucionárias vinham da França (como a filosofia iluminista) e não paravam de chegar notícias da recente emancipação das Treze Colônias Inglesas da América do Norte”. Mourão (1993) coloca na reflexão do personagem Tiradentes a comprovação do interesse do Alferes por este último fato:

O porta-estandarte Francisco Xavier Machado, companheiro de regimento e amigo chegado, traduziu-me a *Coleção das Leis Constitutivas das Colônias Inglesas Confederadas sob a Denominação de Estados Unidos da América do Norte* e aqueles papéis soltos, que iam se tornando sujos e amarrotados de tanto uso, se converteram em companheiros de toda hora. Quanto mais os lia, mais clara se fazia para mim a grande missão, mais ardentes se tornavam os meus fervores revolucionários. Com a febre das ideias novas fecundando um sonho crescentemente voraz, o que estava ao meu lado,

comigo vinte e quatro horas por dia, era o meu próprio destino. (MOURÃO, 1993. p. 61).

Outro exemplo que reforça a presença do contexto histórico perpassando as obras é exposto quando as ficções tratam do episódio referente à Inconfidência Mineira. Assim, Alencar (1971, p. 19), sem querer acreditar, mas julgando importante dar conhecimento, declara que “os nossos historiadores [...] têm reservado, quase todos eles, lugar muito insignificante à Inconfidência Mineira, que consideram episódio secundário de nossa história”. Para muitos historiadores, segundo o mesmo autor, a capitania de Minas Gerais viveu naquela ocasião:

[...] uma farsa urdida pelos agentes da Metrópole, com o fim de espalhar o terror pela capitania, mediante punições tremendas, e fortalecer assim o poder dos que o escravizavam e exploravam; largando a esse de lado, defronta-se com os que buscam, por todos os meios, diminuir a importância do movimento, tirar-lhe toda a grandeza e reduzi-lo a quase nada. (ALENCAR, 1971, p. 19)

Não citando a quais historiadores se refere, que compõem o rol que nega o valor da Inconfidência e a descaracteriza como movimento sério e capaz de chegar ao sucesso, Alencar (1971, p. 19) declara que:

Para uns, a Conjuração Mineira não deve ser tomada a sério, porque foi tão-somente um irrealizável projeto, levemente arquitetado por poetas, por visionários e por sonhadores; para outros não poderia vingar de modo algum, por falta de elementos materiais que apoiassem; ainda para outros, mesmo que levante triunfasse, daí só adviriam grandes males ao Brasil, incapaz, então, de entrar na posse da própria independência...

No seu discurso retórico, Alencar (1971) quer mostrar desconfianças, enquanto Mourão (1993), através do “fantasma” de Tiradentes fala a um “Senhor Juiz”, na posse de sua representação de imortal, explicando: “endurecido em estátua no alto desta coluna, fico à mercê de todos os ventos e o meu raciocínio navega vasto e profundo” (MOURÃO, 1993, p. 215). O autor desenvolve ainda reflexões sobre o valor do movimento:

A importância da Inconfidência estava na multiplicidade da contribuição que conseguiu reunir. Acredito que nunca saberá com segurança o número dos envolvidos. Ainda existe muito a esclarecer na complexa trama que se formou e onde nós mesmos, os mais ativos, nos movimentávamos quase às cegas. Sendo a empreitada de grande risco, natural que certas pessoas, de acordo com a sua particularidade, as suas necessidades, procurassem esconder até dos próprios companheiros a participação. Caso por demais especial, o de João Rodrigues de Macedo, contratador de impostos e entradas. .

Permanecendo nesse tom, Mourão (1993, p. 215-216), através de Tiradentes, narra sobre esse participante ou delator, em qualquer situação uma dúbia presença em Vila Rica, dando mostras de seus equívocos no sonho real:

Rodrigues de Macedo era assentado sobre a faustosa riqueza do ouro. [...] A dança geral, pode-se dizer obedecia aos movimentos da batuta que imperava naqueles recintos silenciosos. Vultosos empréstimos ali se combinavam diariamente, diariamente crescia o número dos que se comprometiam. [...]

Meu caso particular: simples alferes de pouco valimento, a generosidade de empréstimos sem garantia verdadeira, desproporcionais com relação a um soldo mesquinho, dava-me a sensação de um poder que eu estava longe de possuir. E isso me convencia de que o homem andava mesmo na conspiração. [...] Na sua astúcia de longo curso sabia como agir. [...] Mantendo estreita ligação conosco, quando chegasse o momento seria fácil para ele tomar qualquer atitude. Essa versão, entre as muitas que para mim construí, só me deixa dúvidas no momento em que me vem a lembrança a morte de Cláudio Manuel da Costa, ocorrida nas dependências do casarão do contratador.

Talvez para justificar seu entusiasmo e mostrar o quanto estava envolvido e decidido, o quanto acreditava no que fazia, o quanto esperava pelo sucesso, Tiradentes ainda expôs ao “Senhor juiz”:

O meu equívoco fundamental talvez tenha sido o de entender que aquela etapa inicial, meramente conspiratória, já constituísse a revolução. A publicidade mais ampla do movimento, ainda que não envolvesse informação sobre detalhes comprometedoramente perigosos, não estava na hora de ser praticada. A atividade de instigação à rebeldia a que me entreguei se fizera em determinado momento de tal modo notória que as pessoas de bom senso só poderiam admitir que àquela altura o próprio governador estivesse a par da trama em seus mínimos detalhes. [...]

Entreguei-me de corpo e alma àquela causa, mesmo quando as minhas ideias a respeito ainda se achavam pouco definidas. Assumi, naquele dia de 1788, a liderança objetiva da conspiração. (MOURÃO, 1993. p. 141-142).

Finalmente, reunidos numa mesma certeza, Alencar (1971) e Mourão (1993) reafirmam a Inconfidência e os seus valores. Primeiro, Alencar (1971, p. 23-24) aponta:

Como quer que seja – e façam o que fizerem – a Conjuração Mineira ficará entre os episódios mais belos e mais altos de nosso passado. E precisamente porque foi um movimento malogrado é que há ainda de ficar.

Segundo Mourão (1993) ratifica os valores do movimento com o reconhecimento dos integrantes, apesar da aparente derrota:

[...] Nós terminamos por ressurgir do outro lado, descobertos como heróis. Percebi, então, que o nosso partido era do futuro. Compreendi que, no episódio da Inconfidência, a única chance de vir a me tornar um grande vitorioso era ter chegado a levar o movimento ao fracasso, como levei, e ter morrido na força e ser esquartejado, como fui. (MOURÃO, 1993. p. 142).

Concluindo sobre a Inconfidência, é fato inconteste, sim, e fracassado também, mas esse fracasso é atribuído a diferentes fatores como recursos materiais, apoio militar armado, porém, nesse caso, a situação é prontamente rebatida:

A ausência de recursos materiais, invocada por alguns dos críticos, não é argumento que preste, uma vez que fazia parte do grupo revolucionário o coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, comandante da tropa e segunda autoridade da capitania, o que dava à insurreição, pelo menos no seu início, garantia segura da vitória. (ALENCAR, 1971, p. 20).

Quaisquer que sejam as ponderações dos historiadores, Mourão (1993, p. 149) deixa o personagem Tarquínio falar e refletir sobre a realidade comprovada ao longo da História que faz novas descobertas e toma novos rumos periodicamente:

[...] a concepção atual que se consolidar sobre a Inconfidência também não parecerá satisfatória. A ciência terá evoluído e novas realidades irão impor uma diversa interpretação dela. Possivelmente acabarão por descobrir outros documentos, que poderão não ser necessariamente papéis nem estar encerrado em altar maçônico salvo de ruína, mas que se converterão em peças indispensáveis para um inovador entendimento da nossa história.

Relativamente aos estudiosos que secundarizam a Inconfidência, Alencar (1971, p. 20), sem citá-los nominalmente, apresenta uma crítica que reside nas características atribuídas aos inconfidentes envolvidos no movimento para a libertação da capitania e do país. Esses críticos voltam-se:

[...] para os conjurados, no estudo isolado de cada um deles e não se mostram aí nem mais avisados nem mais serenos.
 Todos os Inconfidentes aparecem, aos olhos deles, como figuras sem valor moral, sem heroísmo e mesmo desprezíveis.
 Ninguém escapa.
 Gonzaga foi um poltrão lamentabilíssimo; Cláudio Manoel um pobre velho doente e pusilânime; Tiradentes, um ignorante e um doido; Alvarenga, outro covarde.

Mourão (1993, p. 118-119), através do insatisfeito “fantasma” de Luís da Cunha Meneses, ao considerar que os inconfidentes se tornaram heróis por causa das necessidades dos homens de hoje em terem um passado e uma história, denuncia, traçando, de cada um, perfil depreciativo:

[...] Anos mais tarde, os mulatos nascidos nestas brenhas, carentes de um passado de glória que nunca terão, inventaram de transformar em mártires a ralé dos traidores e a trouxe de volta, debaixo de muito barulho de uma ridícula homenagem. Tenho vontade de rir quando penso nos “heróis” do movimento rebelde. O estouvado Joaquim José da Silva Xavier, aventureiro falastrão, conhecido frequentador de tabernas, encharcava-se de cachaça com a mesma desenvoltura com que procurava amotinar o povo; soldadinho ressentido por não ter merecido promoção, se envaideceu um dia só porque, tentando conquistá-lo para o meu lado, afirmei que possuía uma “inteligência mineralógica”. O padre José da Silva e Oliveira Rolim não passava de corrupto traficante de diamante e de escravos; banido de sua terra, estabeleceu-se durante algum tempo em Vila Rica com o infame ramo de empréstimo de dinheiro a juros escorchantes. José Álvares Maciel mal tinha deixado de ser estudante, rapazola imberbe, recém-egresso do curso de mineralogia da Universidade de Coimbra, useiro e vezeiro na ostentação daquela prosápia de quem ainda não havia atingido a idade do comedimento e do juízo. Cláudio Manoel da Costa, poeta e jurista de valor, não nego, numa terra de índios e negros, ridiculamente se dava ares de

grão-senhor. Tomaz Antônio Gonzaga constituía o caso mais grave; pelos belos olhos de uma menina que nada lhe podia acrescentar, seja em riqueza, seja em tradição de família, o português filho do Porto, também poeta e jurista, traiu o seu País e a sua rainha.

Procurando justificar posições dos inconfidentes na última etapa do processo histórico, Alencar (1971, p. 21-24), em tom conciliador, levanta alguns argumentos que podem abrandar o julgamento da história, pois, como homens, um grupo não muito grande enfrentou não só o poder local, mas também a Coroa Portuguesa:

Sonhadores e poetas...

Exatamente isso, que aos tais cronologistas massudos, alinhavadores intoleráveis de horríveis volumes didáticos, se afigura uma eiva deplorável: precisamente isso é que empresta à Inconfidência o luminoso destaque com que ela avulta em nossa história.

Foi um movimento de ideias. [...]

Aceita-se que Cláudio Manuel da Costa negasse ter tomado parte no movimento. Aceita-se que Alvarenga acusasse os próprios companheiros. Aceita-se, ainda, por fim, que Gonzaga, sucumbindo diante da miséria do cárcere, fosse até à lisonja ao governador [...].

A derrota da Inconfidência preservou-a da profanação. Salvou-a. Deixou-a para sempre espiritualizada nos versos de seus poetas, a todos eles colheu e esmagou, a eles que, num obscuro e ignorado recanto da América, isolado do mundo, no recesso das montanhas e florestas de uma terra ainda desconhecida, agitaram e defenderam, ao mesmo tempo em que a Europa, nobres e dignos ideais humanos.

Ainda retomando a corroboração do conceito de romance histórico nas obras, outro exemplo é a alegação de que o Brasil estava em condição imatura para assumir a independência do reino português, logicamente, alegação não aceita por nenhuma das duas obras em estudo. Alencar (1971) e Mourão (1993) consideram, de alguma forma, que o fato perdeu uma grande oportunidade de tornar o Brasil independente como resultado da Inconfidência, por ser um movimento de brasileiros lutando por um ideal e não um arranjo de família como se deu poucos anos mais tarde. Alencar (1971, p. 20-21) adianta:

Mas parece que nada lhe faltava, tanto assim que, apenas trinta anos mais tarde, entrava ele no gozo da independência. E entrava pela porta escura de um negócio de família, de um arranjo sabidamente doméstico, tramado com esperteza entre pai e filho, ao passo que, em 1789, poderia, com um

pouco mais de altivez e de dignidade, ter alcançado a emancipação desejada.

Mourão (1993, p. 46, 196) corrobora que a Independência do Brasil seria conquistada e não um plano articulado entre pai e filho, a fim de manter o poder:

[...] Foi com a independência do país e o conseqüente desprestígio dos dignitários portugueses de então que a desgraça final desabou. Quais os heróis que acabaram consagrados? Os conspiradores de 1789, ex-contrabandistas, exploradores, simples aventureiros ou invejosos, que tiveram a glória de poder habitar a casa de Câmara e Cadeia, transformada em Panteão dos Inconfidentes.

[...] Pedro II, no seu pedantismo intelectual, na sua ridícula pretensão a uma aristocracia do saber, não percebeu que o pai, ao proclamar a independência, havia adotado apenas uma estratégia para continuar mantendo, sobre o Brasil, o predomínio da dinastia portuguesa? Não viu que, na hora da verdade, Pedro I retornou a Portugal, mesmo enfrentando uma guerra, para colocar sobre a sua cabeça a coroa de D. Pedro IV? Evidentemente, Pedro II não possuía nem de longe a inteligência e a vivacidade do seu glorioso progenitor.

Maia ([1970?], p. 40) afirma que “Da Conjuração Mineira em diante, continuou Vila Rica o seu destino histórico de cidade-mártir da independência política nacional”. São vastos os pontos consensuais entre as duas obras, em um constante diálogo, ratificando que tempo e espaço não são empecilhos à relação de interdisciplinaridade nos romances históricos.

Análogo à Inconfidência e aos inconfidentes, é possível observar a interdisciplinaridade quando Alencar (1971) examina o fim de Cláudio Manuel da Costa:

Censura-se furiosamente essa fraqueza, não provada com segurança absoluta [...] como é que se pode tomar em tamanha conta a fraqueza de Cláudio Manoel, levado ao suicídio, ou mais provavelmente assassinado na tremenda casa dos Contos, em Ouro Preto. (ALENCAR, 1971, p. 23)

Mourão (1993) o descreve, buscando fundamentação histórica, de que o assassinato do inconfidente, confuso e perturbado, foi uma realidade:

João Rodrigues compreendeu, seria arriscado se Cláudio tivesse que enfrentar novo interrogatório. E o drama psicológico vivido no tribunal acabava sendo até um ponto positivo, criava boa oportunidade. De madrugada, lá embaixo naquele casarão, o silêncio era completo. Havia um companheiro, mas em cela separada. Talvez se pudesse conseguir a substituição da guarda.

O brutamontes, de candeia à mão, abriu a porta do segredo, o companheiro seguia-o na semi-escuridão como uma sombra. Não deram tempo para que o preso chegasse a acordar. Caíram-lhe em cima com um tapa-boca, mãos fortes e joelhos firmes a impedir que sequer se debatesse. O cadarço, passado em torno do pescoço, foi apertado. Demoradamente. A tarefa mais difícil: fazer com que o corpo já sem vida ficasse pendurado pelo laço numa das tábuas da estante. Como esta, pela altura, não chegava a impedir que os pés da vítima se amontoassem tortos no chão, tiveram que aguardar o início do enrijecimento muscular para deixá-lo naquela posição, o braço direito fazendo força na prateleira superior, o joelho firme na outra, embaixo. (MOURÃO, 1993, p. 225-226)

O relato histórico de forma denotativa, assim, ratifica: Maia ([1970?], p. 39) denuncia que, na Casa dos Contos, “Nesse prédio em um cômodo situado sob a escada, que leva ao segundo andar, foi assassinado o inconfidente Cláudio Manuel da Costa” e Ruas (1964, p. 29) narra: “Excetuou-se Cláudio Manuel da Costa, assassinado na prisão provisória na Casa dos Contos, em Vila Rica”.

Retomando do enredo de **Cidade do sonho e da melancolia** (subitem 3.1) esse movimento heroico da Inconfidência Mineira cercou-se de lendas. Ouro Preto possui várias, como a que se refere à cabeça de Tiradentes, outro relato intertextual presente nas ficções. Alencar (1971) descreve a sua exposição na praça, ao alto de um madeiro, guardada dia e noite por sentinela armada, capaz de matar quem se aproximasse:

A outra lenda relativa à conjuração é a da cabeça de Tiradentes, exposta na praça, ao alto de um madeiro.

Guardava-a, dia e noite, zelosamente, uma sentinela armada, com ordens severas e terminantes de fazer fogo contra quem quer que tentasse retirá-la dali. [...]

E a cabeça do herói, ao sol e à chuva, apodrecia no alto do poste.

Uma noite – que era, naturalmente, como todas as noites em que tais coisas acontecem, muito negra e tempestuosa – a altas horas, o vento, numa rajada brusca, atirou por terra, apagando-a, a lanterna que iluminava mortificamente o local; assustou-se o guarda; atarantado, correu a apanhá-la; e um vulto mascarado, surgindo rápido de um recanto de rua, arrebatou, num salto, a cabeça hirsuta e lívida, com ela desaparecendo célebre sob a chuva que caía em torrentes.

A lenda não diz quem tenha sido esse impávido amigo de Tiradentes. (ALENCAR, 1971, p. 39).

Relativamente à cabeça de Tiradentes presente em Ouro Preto, Mourão (1993) se refere a ela quando lembrado pelo “fantasma” de Luis da Cunha Meneses. A cabeça de Tiradentes foi levada para Vila Rica e todo o corpo espalhado para servir de exemplo a quem pensasse em se revoltar contra a força da Coroa. Quanto ao destino da cabeça de Tiradentes, Mourão (1993) vai direto ao fato e afirma:

[...] Sua majestade a rainha D. Maria I, [...] dispersou toda aquela gente, deportando-a para diferentes partes da África. Deixou aqui imobilizada pela falta do resto do corpo esquartejado e disperso, apenas a cabeça do traidor-mor, o nefando chefe da conjuração.

[...] segundo a tradição, também, a cabeça de Joaquim José da Silva Xavier, exposta em 1892 na praça de Vila Rica dentro de uma gaiola de ferro, desaparecera logo a seguir, surrupiada na calada da noite por correligionários. (MOURÃO, 1993. p. 118,145).

A lenda se completa no registro de Alencar (1971):

Conta Bernardo Guimarães que, muitos anos depois, havendo morrido em Vila Rica, num bairro afastado, certo octogenário erradio e singular, de quem os vizinhos boquejavam coisas estranhas, se encontrou na casa por ele habitada uma caveira cuidadosamente escondida – caveira que bem podia ser a do herói, como o velho, sem dúvida, podia ter sido o homem destemido da noite tempestuosa... (ALENCAR, 1971, p. 39).

Sobre o “resto do corpo” referido por Meneses, Mourão (1993) deixou que o “fantasma” do próprio Tiradentes contasse:

[...] É conhecer por antecipação que o seu corpo, já sem vida, será levado para cima de uma mesa na Casa do Trem, no Rio de Janeiro, e nele homens munidos de facões e machadinhas trabalharão para esquartejá-lo, numa cena em tudo semelhante à de qualquer açougue; que as suas partes desarticuladas – uma perna lá, outra cá, o tronco mais desta banda – ficarão expostas ao longo do caminho da sua pregação, à entrada de Minas, sempre nos lugares mais públicos, e a sua cabeça, com o que ainda restar da sua fisionomia, virá para o alto de um poste no centro desta Praça da antiga Vila Rica, para aqui permanecer, como escarmento até que o tempo e os urubus a consumam, [...] (MOURÃO, 1993, p. 212).

Para além dos ficcionistas, historiadores também mencionam sobre Tiradentes: Bohrer (2011, p. 48) “Tiradentes sofreu a pena máxima, sendo enforcado no dia 21 de abril de 1792. Seus quartos foram espalhados pelos caminhos de Minas e sua cabeça exposta em Vila Rica” e Ruas (1964, p. 29), não se eximindo, relata:

[...] Seu corpo esquartejado, figurou em vários pontos da estrada para estas “Minas Gerais” e sua cabeça, colocada em poste de ignomínia na Praça de Vila Rica, de onde reza a tradição, foi roubada por alguém, interessado em dar-lhe, por caridade, sepultamento (RUAS, 1964, p. 29).

Novamente se observa o pacto intertextual entre as duas narrativas e estas com a História, mesmo se tratando de lenda ou tradição nos romances de fundamento histórico.

Quanto à casa do Alferes em Vila Rica, era imprescindível para a Coroa destruir, condenar qualquer lembrança sobre Tiradentes; assim sendo, sua casa e o terreno foram salgados, para que nada mais nascesse ali, nem mesmo vegetação, construção ou ideias. Alencar (1971), narrando a sua caminhada pela cidade, anota:

Na rua de S. José, longa, tortuosa, os prédios, todos eles de um e dois andares, sucedem-se agarrados uns aos outros.
De repente, a um dos lados, um hiato.
Foi ali a casa de Tiradentes, que a justiça da Metrópole mandara arrasar.
Arrasou-se o prédio, salgou-se o terreno. [...]
Quem é que hoje, em verdade, desejaria ser Tiradentes, mesmo sem a força e mesmo sem a Rainha D. Maria?
Nem só pelas ruas encontra a gente intervalos... (ALENCAR, 1971, p. 82-83).

Mourão, enquanto construtor do destino das personagens, permite que o “fantasma” Tiradentes descreva o que foi feito com sua moradia familiar:

[...] que a casa da sua habitação, confiscada aos proprietários, será arrasada e salgada, e naquele chão, onde não se edificará jamais outra moradia, se erguerá um padrão de infâmia; que seus descendentes, filha e netos, deserdados em benefício da Coroa e Câmara Real, trancarão as

suas bocas, tamparão os seus ouvidos e se dispersarão pelo território das lavras, buscarão refúgio onde não possa chegar a memória de tão abominável réu e delito. (MOURÃO, 1993. p. 212).

Retomando a teoria, o mesmo fato narrado nas duas ficções revela mais uma ocorrência de relação intertextual entre as mesmas. Ribeiro (2011) acrescenta pontos essenciais no romance histórico, além dos já citados, que as figuras históricas não devem ser protagonistas; a descrição do espaço e dos personagens deve ser detalhada para aumentar a semelhança com a história; o narrador deve expor informações para contextualizar os momentos históricos. Ratificando, a autora afirma:

[...] o romance histórico é um gênero híbrido por lidar com o fictício, ponto chave para o romance, e com o verídico, inerente ao discurso da história. Ele aborda o universal, mas não parte da realidade histórica para tanto. A descrição é permeada pela ficcionalização de aspectos específicos que, então, podem ser comparados e ligados a outras épocas. (RIBEIRO, 2011).

Ribeiro (2011) estabelece também que o narrador se passa por um historiador, relatando um fato extratextual. Esse gênero, romance histórico, detém riquezas de detalhes e de expressão, que proporcionam ao leitor de qualquer tempo conhecer dos costumes da época referenciada. Nele, há uma fusão entre as “linhas” da história e da literatura que se cruzam num misto de ficção e realidade, conforme nas obras analisadas. Não se pode, portanto, “ensinar” literatura, mas, sim, compartilhar leitura.

Outro exemplo de romance histórico nas obras **Boca de chafariz** (1993), e **Cidade do sonho e da melancolia** (1971) é a mudança da capital mineira. Desde o final do século XVIII, o metal escasseara, dando lugar ao gado e à agricultura. No ano de 1891, o estado mineiro, fundamentado nos ecos do capitalismo, necessitava de estabelecimentos fabris e transportes. Alongando-se a partir das montanhas auríferas, lá estavam as do “Quadrilátero Ferrífero”, repletas de minério de ferro prometendo um novo ciclo econômico para Minas no relativamente curto espaço de Ouro Preto à Serra de Curral Del Rei. Ouro Preto, portanto, com o ouro esgotado, não servia mais para capital.

Assim, a capital de Minas Gerais foi levada para Belo Horizonte, em 12 de dezembro de 1897, conforme Bohrer (2011), no governo de Crispim Jacques Bias Fortes³⁴. Mourão (1993) descreve o resultado dessa mudança, referindo-se, inclusive, ao clima, tão diferente, que ficou para trás:

[...] Transferida a capital para o Curral del Rei, produzindo o êxodo dos políticos, administradores, profissionais liberais e outros valiosos elementos da sociedade, aquelas ruas e praças sobraram com as casas na sua maioria abandonadas. O comércio falido de uma ou outra porta aberta. A bruma, o frio ventoso, enregelante, o quase completo despovoamento. (MOURÃO, 1993. p. 51-52).

Na voz de Alencar (1971), a referência ao fato está da mesma forma contundente, alçando os aspectos e as riquezas culturais, levadas, não de um momento para o outro, mas gradualmente, ao longo de muito tempo: “[...] lá atrás ficou Ouro Preto, abandonada por não mais ser uma vila rica. O abandono criminoso que sobre ela pesa não é agora. Vem de longe, vem desde quando mudaram de lá a capital” (ALENCAR, 1971, p. 12).

Bohrer (2011, p. 38) aponta que, com a mudança da capital para Belo Horizonte, “começava outra fase da velha cidade”. Maia ([1970?], p. 42) denuncia:

[...] Ouro Preto veria aplicado sobre si o maior golpe que se lhe poderia desfechar. Por um ato governamental, agora em pleno regime republicano, a sede da capital do Estado de Minas Gerais se transferia de Ouro Preto para Curral del Rei, hoje, [...] Belo Horizonte. Tal fato se deu a 12 de dezembro de 1897 (MAIA, [1970?], p. 42).

Ainda ratificando a teoria do romance histórico, Alencar (1971), escrevendo em 1926, longe do reconhecimento histórico, registra sobre o descaso das autoridades que seguiam, que passavam, que se sucediam indiferentes à destruição lenta, mas constante em Ouro Preto, antiga Vila Rica, ex-capital de Minas Gerais.

³⁴

Disponível em:
http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=44
 e
<http://www.geneaminas.com.br/genealogia-mineira/cidades/BeloHorizonte-MG-Brasil.asp?link=historia>
 Acesso em 17 out. 2012.

Substituída por Belo Horizonte, clama por um despertar para livrá-la da desintegração. Alencar (1971), então, ouve a própria cidade clamando por si em queixa angustiada, através do fragmento:

Não só o abandono. O abandono e a perseguição odiosa. Além de se ter deixado Vila Rica ao desamparo, ainda, de tempos a tempos, lhe vibram novos golpes, tirando-lhes os restos da passada opulência, tal se houvera o propósito deliberado de matá-la de todo. [...]

– Sou a cidade-única, a cidade-mater... E Minas, nadando na opulência e na prosperidade; Minas, em plena grandeza e em plena ventura, Minas condena-me ao mais injusto dos esquecimentos, abandona-me, não tem sequer um gesto para amparar, na velhice e na pobreza, aquela de cujos flancos de ouro ela surgiu para a vida, e de cujo sangue se criou, e de cujo trabalho se nutriu!

Diminuí o clamor singular, como se afogava, exausto, na obscuridade e no silêncio de onde havia irrompido. [...]

– Por quê? Por que assim hei de eu morrer, desaparecer tristemente na infinita amargura deste repúdio impiedoso, deste imenso desquerer? (ALENCAR, 1971, p. 12,96).

Finalizando o relato de sua visita de duas semanas, Alencar (1971, p. 93) descreve a visão que tem da cidade “maravilhosa que o Brasil abandonou” e descreve a tarde que leva consigo o dia e o grito vibrante da cidade que não quer morrer:

Lentamente, as sombras, muito nítidas, subiam do fundo dos vales apertados, acompanhando a luz fulgurante que fugia para os cimos dos montes, coroando-os de ouro. A luz fugia, fugia. Só os píncaros, agora, estavam iluminados. E, subitamente, caindo o sol por detrás da serra, toda a paisagem esmaeceu, num delíquio. [...]

O crepúsculo agonizava, lutando ainda com as sombras invasoras.

A voz que subia da cidade, e clamava, como que passou a ter vibração maior, mais enérgicos acentos. (ALENCAR, 1971, p. 94-95).

Alencar (1971) conclui a sua obra implorando por socorro a Ouro Preto para que a cidade não morra:

Foi assim que eu vi, a última vez, Vila Rica, e as suas montanhas, e o seu sossego, e a sua grandeza extinta, que extinta parece maior do que nunca.

E, escrevendo, por amor de Vila Rica, essas páginas sugeridas pela decadência da cidade sem igual no Brasil, tenho fé na sua ressurreição necessária.

Sinto que ela não deve, não pode morrer de todo. (ALENCAR, 1971, p. 96-97).

Diante do caos oriundo da tormenta que precipitou em Ouro Preto, Mourão (1993), sob um olhar diferente das decisões práticas advindas de autoridades como o Secretário da Educação e Cultura e o Presidente da República e com o vislumbre de consequências políticas no campo da cultura, salienta:

– Ouro Preto berço do civismo, Tiradentes, Aleijadinho, essa conversa toda, a imprensa e a televisão, indóceis, pondo a boca no mundo como vem fazendo... Vai ser uma gritaria de repercussão até fora do País. Não é hora para brincadeira não. Contrate quem tiver de ser contratado, gaste o dinheiro que precisar ser gasto. O caso é de salvação nacional. [...]

No aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte, o alto-falante avisou, pousava afinal o primeiro avião procedente do Rio de Janeiro. (MOURÃO, 1993, p. 24,33).

Em face das ameaças de escândalo internacional por falta de compreensão da cultura nacional, as providências passaram a ser tomadas. Mourão (1993) também termina sua obra reclamando do abandono sofrido por Ouro Preto. Essas posições, contudo, não significam aproximações entre os autores, antes, porém, um distanciamento em atitudes dinâmicas. Enquanto Alencar (1971) mostra-se passivo, aguardando providências emocionalmente imploradas, em Mourão (1993), as esperanças se renovam quando surge a notícia de que a cidade foi tombada pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade: “– É a eternidade que já começou. Só teve começo não terá fim” (MOURÃO, 1993, p. 241).

Pode-se considerar significativa a descrição que Mourão (1993) faz da enorme festa pela inauguração da placa comemorativa do tombamento pela UNESCO,

[...] Os Dragões da Inconfidência de repente, ao comando de uma voz, um choque: fuzis levantados em conjunto, fuzis sendo segurados com as duas mãos ao peito, canos junto ao rosto. O da gente negra foi descendo, caminhando lento pausado, à frente deles, querendo ao mesmo tempo ver

os soldados e o chão onde pisava. Quando terminou de passar e de olhar, a voz de comando outra vez de golpe: movimento conjunto brusco, armas para adiante, para a direita, para baixo em posição de descansar, coronha ao pé. (MOURÃO, 1993, p. 237).

Com o humilde Bené e suas esculturas dispostas de forma correta, reconstituindo praticamente o centro da cidade, como se estivesse afirmando: “Ouro Preto não vai morrer!”;

Bené não se fez de rogado. Pegou do instrumento, começou a tocar, a dançar. Como a repercussão junto a assistência continuava das mais simpáticas, tornou-se cada vez mais desenvolvido, exuberante. Entrou a cantar, revezando a sua voz grossa e a sua voz fina. Improvisou versos:

*Ouro Preto, povoado que tem sina,
Sobrevive mesmo depois da tempestade.
No passado teve ouro, poderio, nobreza;
hoje, tradição, beleza e celebridade.*

Palmas calorosas, entusiasmo. Tocando e dançando, [...] sufocado dentro do círculo formado pelo ajuntamento numeroso. (MOURÃO, 1993, p. 240).

O historiador Bohrer (2011, p. 35) cita que, em 1816, um naturalista francês (Auguste de Saint-Hilaire) “ficou impressionado com o aspecto sombrio, taciturno e triste da velha capital”, porém o autor afirma que “em 1897 a capital foi transferida para o antigo Curral del Rei (Belo Horizonte). [...] Houve, é certo, novo declínio, mas, como a lendária fênix, Ouro Preto foi novamente redescoberta e renasceu do ostracismo” (BOHRER, 2011, p. 38), e, em 2011, Ouro Preto tornou-se tricentenária.

Alencar (1971) e Mourão (1993) apresentaram em suas obras a visão do abandono de Ouro Preto, apesar do seu brilho real e do patriotismo dos seus heróis, o primeiro em linguagem clássica, culta, fina, erudita, de alto nível; o segundo, valendo-se do interesse político do tema, várias vezes, com palavras chulas e detalhes ousados de sensualidade de alguns de seus personagens, e, até nesse episódio, estão interligadas a História e as narrativas pesquisadas: **Boca de chafariz** (1993), de Rui Mourão, e **Cidade do sonho e da melancolia** (1971) de Gilberto de Alencar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho consistiu em investigar as analogias intertextuais e interdisciplinares, entre as obras **Cidade do sonho e da melancolia** (1971), 2ª edição, de Gilberto de Alencar, e **Boca de chafariz** (1993), 3ª edição, de Rui Mourão. Após o cotejo dos romances, foram identificados pontos convergentes e divergentes nos âmbitos literário e histórico.

As obras se aproximaram, embora produzidas com 65 anos de diferença, revelando intensa preocupação com a falta de preservação e a destruição da cidade de Ouro Preto. Ambas denunciaram o descaso governamental, fato que não é desconsideração recente, visto que Gilberto de Alencar publicou suas melancólicas preocupações ouro-pretanas em 1926, e Rui Mourão as confirmou em 1991.

Investigar o diálogo intertextual conduziu a pesquisa ao campo da averiguação interdisciplinar, visto que foi sinalizada a presença de intertextos históricos entre os romances e deles com a História da nação brasileira.

As obras apresentaram algumas divergências: uma delas que importa mencionar foi quanto ao uso da linguagem. Alencar narra em um tom mais clássico, enquanto Mourão narra de forma mais coloquial. Outra distinção se deu com a elaboração da personagem pai de Aleijadinho. Para Alencar, ele era um rude pedreiro e, para Mourão, um desenhista. Outro afastamento foi o lamento devido à extração desmedida do ouro: para Alencar, a terra lamentava por tê-lo cedido gentilmente e, mais tarde, haver sido abandonada enquanto que, para Mourão, forças ocultas cobraram o abandono, após a extração.

Ao final da análise textual, então, constatou-se que o enredo, em cada romance, emaranhou-se com fatos históricos não ficcionais e estes aos ficcionais, de maneira tão admirável, que não se interessou perceber, nesta teia, qual era o fio do real e qual era o fio do fictício. Fantasmas-personagens atuaram juntamente com personagens-históricos narrando, por exemplo, a mudança da capital do estado de Minas Gerais para Belo Horizonte, a Guerra dos Emboabas, a morte de Tiradentes, a prisão dos Inconfidentes e a sedição de Felipe dos Santos. Isso confirma a hipótese de que **Cidade do sonho e da melancolia** e **Boca de chafariz** transitaram entre si e as duas com a História de Ouro Preto.

Desenvolver este estudo permitiu, à pesquisadora, a agudeza do quanto é interessante ler uma produção datada e assinada em um tempo recente, no caso as ficções, ouvindo a voz distante do texto precursor, ou seja, o texto histórico.

Pôde-se comprovar, ainda, que os romances históricos aqui analisados, foram produtos do esforço de criação individual, de contextos culturais e sociais diferentes, de condições econômicas diversas, dos conflitos éticos distintos e das contradições políticas, que influenciaram o espaço em que cada obra foi gerada e publicada: o espaço de Gilberto de Alencar e o espaço de Rui Mourão. Sabe-se, porém, que as relações criadas entre literatura e história estão cada vez mais estreitas, mesmo tendo-se consciência de que delimitar a extensão do objeto de cada uma delas é uma tarefa extremamente presunçosa.

Muito há, ainda, para ser estudado, e o que ficou para trás merece investigações futuras, inclusive, em outras áreas, como a arquitetura, a geografia; e mesmo outras abordagens relativas à história e à literatura.

Finalizando as considerações, cabe ressaltar o reconhecimento de que o texto resultante da conversa entre textos ficcionais não é novo, pois a obra mais recente guarda valor sem depreciar aquela que a antecedeu, mesmo quando não se deve discutir a intenção dos autores. No presente caso, o texto de partida, a obra **Cidade do sonho e da melancolia** (1971) ganhou maior significado pelo fato de ter sido revisitada e ter-se prestado a um diálogo inspirador em **Boca de chafariz** (1993), que veio propagar a cidade ouro-pretana, mantendo-a viva e ampliando a visão sobre a História de Ouro Preto, consagrada como Patrimônio Cultural da Humanidade. Acredita-se, portanto, ter alcançado os objetivos e se almeja ter contribuído com os estudos acadêmicos de enfoque intertextual e interdisciplinar.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Gilberto de. **Cidade do sonho e da melancolia**. 2. ed. Juiz de Fora: Esdeva, 1971.

ALLEGRO, Alzira L. V. **Das relações entre literatura comparada e tradução literária: algumas considerações**. 2011. Disponível em: <http://www.unibero.edu.br/download/revistaeletronica/Mar04_Artigos/AlziraAllegro.pdf>. Acesso em: 10 out. 2011.

BARBOSA, Leila Maria Fonseca; RODRIGUES, Marisa Timponi Pereira. **Letras da Cidade**. Juiz de Fora: Funalfa, 2002.

BOHRER, Alex Fernandes. **Ouro Preto: um novo olhar**. São Paulo: Scortecci, 2011.

BRAIT, BETH. **A personagem**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.

BUENO, Silveira. **Dicionário: Brasil 500 anos**. São Paulo: Didática Paulista, 2000, p. 334.

CANDIDO, Antonio. **A educação pela noite: e outros ensaios**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

CARVALHAL, Tânia Franco. **Literatura comparada**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006.

CHAVES, Flávio L. **História e literatura**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRS, 1991.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **Europa dos pobres**. Juiz de Fora: UFJF, 1994.

COELHO, Haydée R. **Rui Mourão**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2004.

COSTA, Luís César Amad, e MELLO, Leonel Itaussu A. **História Geral e do Brasil**. São Paulo: Scipione, 2008.

DAIBERT, Bárbara Inês Ribeiro Simões e DAIBERT JUNIOR, Robert. Entre os restos e o vento: o anjo da história e outras narrativas possíveis. **Revista de artes e humanidade** - UFAMOURÃO, n. 09, nov11- abr12.

DUBY, Georges. O historiador, hoje. In:_____. **História e nova história**. Trad. Carlos da V. Ferreira, [S.l.]: Teorema, 1991. p. 7-19.

FIORIN, José L. ; SAVIOLI, Francisco P. **Para entender o texto: leitura e redação**. 14. ed. São Paulo: Ática, 1999.

GANCHÓ, Cândida Vilares. **Como analisar narrativas**, 7. ed. São Paulo: Ática, 2002.

JENNY, Laurent. A estratégia da forma. In:_____. **Intertextualidade**. Trad. Clara Crabbé Rocha. Coimbra: Almedina, 1979, p. 5-30.

MAIA. A. E. dos Santos. **Vila Rica, uma pequena história**. Belo Horizonte: Ed. Banco de Minas Gerais [1970?]. Meus cadernos de apontamentos. n. 2.

MENDONÇA, Carlos Vinícius Costa de, e ALVES, Gabriela Santos. **Os desafios teóricos da história e a literatura**. Revista História Hoje, v. 1, n. 2 (2003)

MOISÉS, Massaud. **Análise literária**. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1984. p. 84-116.

MOURÃO, Rui. **Boca de chafariz**. 3. ed. Belo Horizonte: Villa Rica, 1993.

MOURÃO, Rui. **As raízes**. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1956.

NITRINI, Sandra. **Literatura comparada: história, teoria e crítica**. São Paulo: EDUSP, 1997.

PAULA, Almênio José de; FERREIRA, Saturnino G. **Figuras notáveis de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Pioneiros e Expoentes, 1974.

PAULINO, Graça; WALTY, Ivete; CURY, Maria Zilda. **Intertextualidades: teoria e prática**. Belo Horizonte: LÊ, 1995.

PIMENTEL, Samarkandra P. dos S. **Considerações acerca do romance histórico**. 2010. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 2010. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/especulo/numero44/romanhis.html>>. Acesso em: 19 out. 2011.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. **Dicionário de narratologia**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2007.

RESENDE, Marcelo J. B. **Site oficial de turismo**. Revista Idas Brasil Ltda. Disponível em: <<http://www.ouropreto.org.br>>. Acesso em: 10 out. 2011.

RIBEIRO, Rejane de A. **Aspectos dos romances históricos tradicional e pós-moderno**. 2011. Scientia FAER, Olímpia - SP, Ano 1, Volume 1, 2º Semestre. 2009. Disponível em: <http://www.faer.edu.br/revistafaer/artigos/ediacao1/74-81__rejane_de_almeida_ribeiro%5B1%5D.pdf>. Acesso em: 10 out. 2011.

RUAS, Eponina. **Ouro Preto: sua história, seus templos e monumentos**. 3. ed. Minas Gerais: Santa Maria, 1964.

SANT'ANNA, Afonso. **Paródia, paráfrase e CIA**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

ANEXOS

ANEXO A

CORRESPONDÊNCIA³⁵ DE RENATO VIANNA A GILBERTO DE ALENCAR

14 de outubro

Rio, 1926.

Meu grande Gilberto.

Recebi o nosso livro hontem, à noite, quando cheguei à casa. Tinha-o ansiosamente esperado toda a manhan, pois a tua carta appareceu primeiro, avizando.

Agora mesmo recebo a segunda ___ e interrompo a leitura em meio para logo te mandar estas linhas de entusiasmo, respondendo ao mesmo tempo ao assumpto urgente das tuas cartas.

Toda a “cidade”, até a página 71, onde estou, vem sengo gizada pelo meu lápis de cor ___ pois que só na Côr eu encontrarei a expressão do encantamento que vou sentindo ao percorrer as páginas do teu livro, onde me suspende a mesma religiosa emoção que me trouxe ao caminhar, contigo, ao glorioso scenário da cidade que agoniza ___ e que “não morrerá” ___ e que não morrerá pelo menos para a Belleza da nossa sensibilidade.

Tu acabas de dar-lhe um sopro milagroso de immortalidade!

Vou escrever, já e já, um forte artigo sobre o teu livro, Gilberto. Outros e outros escreverão. Providenciarei nos jornais amigos pela necessária réclame ___ e hoje mesmo irei a Garnier.

Isto não é, de modo algum, a minha carta, a carta de resposta ao livro que me enviaste. Não. Essa carta, que vou escrever, será o meu artigo, que tu receberás logo que a publique.

Não imaginas quanto me engrandeceste a personalidade, collocando-me de joelho, para o futuro, em face daquellas Montanhas que foram o útero sagrado gerador do Brasil.

Obrigado, muito obrigado, Gilberto.

Tratarei desde já de nossa ida a Ouro Preto. Talvez haja necessidade de minha presença em outro local como mas [*ilegível*].

Nada está resolvido, porém.

Não me esquecerei do quanto me será agradável o nosso reencontro, agora em Villa Rica.

Aguarda novas cartas, artigos, jornais, notícias.

Recommenda-me a todos os teus, com effusivos parabéns por esta tua hora triumphal.

Dás o maior livro do momento ___ o mais sincero, o mais bello, o mais brasileiro, o mais útil.

Pensei em dar um pula ahi antes dos exames, ainda este fim de mez. Mas recuei.

Todo o andissimo coração.

Do teu, muito teu

Renato Vianna.

³⁵ Carta pertencente ao acervo da família Alencar, doado ao MAMM/UFJF. A transcrição deste Anexo respeita a grafia original, não atualizada segundo o Novo Acordo Ortográfico.

ANEXO B

DOCUMENTO DO ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE OURO PRETO

TECNOSOLO — ENGENHARIA E TECNOLOGIA DE SOLOS E MATERIAIS S. A.

RE.0802/79 (MG)
AJCN/HGB/prs.:

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1979.

CLIENTE: IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

SERVIÇO: Monumentos Históricos de Ouro Preto - MG.754/E

ASSUNTO: Relatório Preliminar de danos constatados e providências a adotar

RELATÓRIO

- 1 - Estamos apresentando nosso relatório preliminar sob os danos e ameaças de danos constatadas nos Monumentos Históricos de Ouro Preto, bem como as soluções propostas.
- 2 - Reunião no dia 12.02.79 (às 20 horas até 23 horas) na Prefeitura.

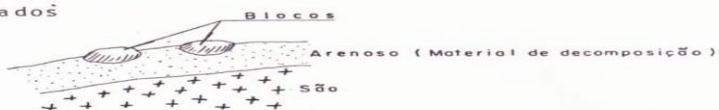
O Prefeito, Dr. Alberto Caran e outras autoridades locais estiveram presentes visando esclarecer de uma maneira geral o que está sendo providenciado e o que precisará ser feito para a recuperação de Ouro Preto.

Após breves palavras do Prefeito, o Dr. Francisco Antunes, procurou enumerar os acidentes mais graves ocorridos, focalizando que não são os Monumentos Históricos precisam de recuperação, mas também vias de acesso, e diversos outros locais onde o aparecimento de fissuras no terreno em encosta ou no calçamento de ruas, se fizeram notar.

Numa sequência, foram enumerados os seguintes locais pelo Dr. Francisco Antunes, Geólogo, morador da cidade e conhecedor dos problemas.

2. do RE.0802/79(MG) - MG.754/E .2.

- 1 - Morro da Piedade, da Queimada e de Santana - muito afetado pelas chuvas. Nestes morros foram destruídas e/ou evacuadas cerca de 400 casas.
- 2 - Rua Nova - apresenta fissura no calçamento, denotando a formação de cunha profunda de deslizamento.
- 3 - Santa Casa - problema de deslizamento na encosta a montante e jusante.
- 4 - Posto de Gasolina - ao lado da Santa Casa - Estrutura com rachaduras.
- 5 - Morro de São Sebastião - blocos de rocha de médio porte na encosta com aspecto instável. Pelos estudos feitos pelos Geólogos, acha-se que remotamente os blocos rolarão e chegarão à rua. Os movimentos são localizados



- 6 - Rodoviária - ocorreu pequeno deslizamento.
- 7 - Veloso - ocorreu deslizamento.
- 8 - Córrego do Passa Dez, Vila Pereira, rua paralela a estrada de ferro - com problemas no aterro.
- 9 - Barra - deslizamento parcial.
- 10 - Córrego Funil - onde há um estrangulamento. As águas sobem, segundo informações de ano para ano.
- 11 - Rua Xavier da Veiga até a Rua Paranã - Conjunto Histórico.

MOD. 1048-5.000-07/78

3. do RE.0802/79(MG) - MG.754/E .3.

- 12 - Rua Pacífico Gomes
- 13 - Igreja das Mercês de Cima - rachaduras nos muros.
- 14 - Igreja de São José - parte cemitério caiu, devido a deslizamento.
- 15 - Igreja São Francisco de Assis - deslizamento afetando o pátio.

Após a citação dos locais acidentados, o Geólogo Cezar Mendonça da Universidade de Ouro Preto, procurou de uma maneira resumida apresentar os problemas geológicos da região.

O solo local, produto da alteração de rocha, apresenta-se em espessuras variáveis, chegando em alguns locais, constatados por sondagens, até cerca de 200m.

Com o encharcamento deste solo, a camada superficial adquire grande fluidez, ocasionada pelas pressões neutras provocadas pela água intersticial.

Certas rochas, comuns na região, como por exemplo o filito, - dá como produto de decomposição um material chamado de "pssarra", muito erodível pelas águas, deixando com isto, que as águas das chuvas penetrem ainda mais para camadas profundas num processo sequencial. Este material é encontrado na Encosta da Igreja das Mercês de Cima, na região do Grande Hotel e também num local chamado de Buraco Quente.

Outra causa da instabilidade das encostas, também levantada pelo Dr. Cezar Mendonça, é a presença de grande quantidade de cavernas feita desde a muito tempo, para a extração de minérios, pedras preciosas. Da região do Morro da Queimada à Taquaral, foram catalogadas 380 entradas destas minas.

4. do RE.0802/79(MG) - MG.754/E .4.

A soma destes dois fatores, material constituinte das encostas e o nº de cavernas existentes, causam a instabilidade da encosta em vários pontos.

Nossa observação é que a construção de casas nas encostas, com os cortes nos taludes para a implantação de suas bases, e drenagem superficial inexistente, também são fatores decisivos na instabilidade dos taludes.

Outro ponto abordado foi que a passagem de veículos pesados nas ruas da cidade é prejudicial, pois as vibrações introduzidas tendem a acelerar o processo dos escorregamentos.

3 - Passaremos a apresentar nossa análise da situação dos prédios mais afetados.

3.1 - Igreja das Mercedes de Cima

3.1.1 - Observações

- a - Deslizamentos pouco profundos, com várias fendas no talude.
- b - Material muito encharcado.
- c - Muro do cemitério com rachaduras que evoluíram desde 5ª feira última.
- d - Os deslizamentos atingiram os pés dos muros de pedra seca.
- e - Drenagem superficial inexistente no pátio da Igreja.

5. do RE.0802/79(MG) - MG.754/E .5.

3.1.2 - Soluções

3.1.2.1 Contenção do muro da Igreja numa primeira fase, estendendo posteriormente pelo restante do muro que apresenta os mesmos problemas de deslizamentos de material próximo a sua base.

A solução seria em grelha, formada de vigas de concreto armado (na região do muro) com ancoragens e cortina também com ancoragens a ela solidaria na parte de solo abaixo da base do muro. Altura variável de 5 a 8m.

A grelha será revestida para adaptar-se à estrutura existente.

3.1.2.2 - Drenagem através de valas nos pátios da Igreja.

3.1.2.3 - Drenos profundos a serem instalados nos muros existentes e na cortina.

3.1.2.4 - Justificativa da solução em cortina:

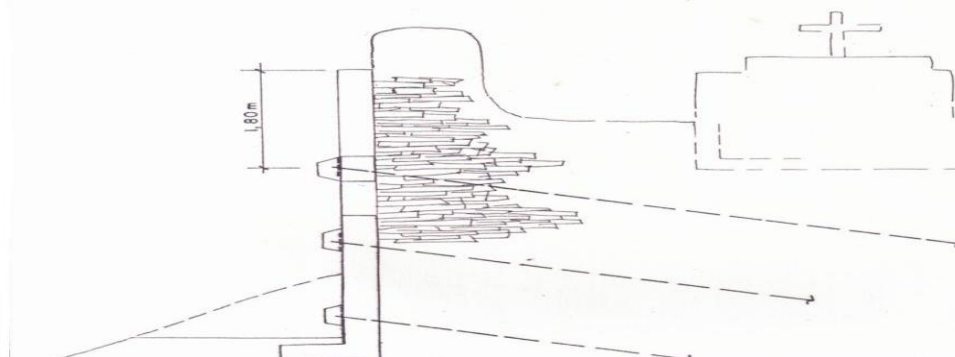
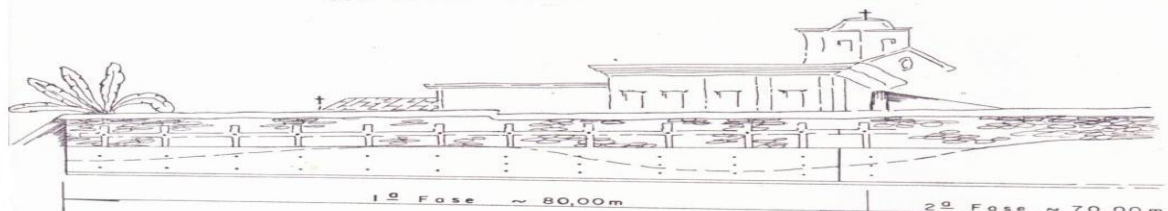
- A cortina de concreto armado, pela sua espessura delgada (20cm) e conseqüentemente seu peso menor, em comparação a muros tradicionais de concreto armado ou de peso, induz ao terreno cargas muito menores do que aquelas.
- Pelo processo construtivo utilizado, com a protensão das ancoragens logo após sua instalação nos furos, não permite relaxamento do terreno.

6. do RE.0802/79(MG)

- MG.754/E

.6.

- As ancoragens elevam os fatores de segurança de superfícies mais profundas de deslizamento.
- As cortinas, pelo seu processo de execução, evitam escavação excessiva e aterros, em comparação com muros tradicionais.



7. do RE.0802/79(MG)

- MG.754/E

.7.

4 - Encosta entre o Grupo Escolar (Rua Sen. Rocha Lagoa e a Igreja das Mercês de Cima

Neste local ocorreram vários deslizamentos superficiais apresentando várias fissuras no solo. Esta encosta necessita dos seguintes serviços:

- a - Remoção do material escorregado (muito encharcado e mole).
- b - Substituição por material argiloso.
- c - Drenagem superficial por meio de canaletas e caixas coletoras.
- d - Replante de árvores e vegetação.

Com as últimas chuvas houve um deslizamento nesta encosta que destruiu parte do muro de arrimo do Grupo Escolar pondo em risco o restante.

Achamos ser obras de caráter prioritário o reforço do muro, construindo-se numa fase imediata a estrutura de concreto armado da cortina, servindo o muro existente de contra-forma, deixando-se tubos plásticos de 4" para a entrada em seguida da perfuratriz e instalação da ancoragem (\varnothing 1" 1/4 aço CA-50) e a protensão. Atrás do muro existe um caminho para veículos obstruído pelo deslizamento.

Esta contenção de reforço teria toda a extensão do atual muro \approx 50m e altura constante de \sim 4,5m.

4.1 - Elementos do projeto

Para elaboração do projeto de drenagem precisamos de topografia da área entre o pátio do Grupo Escolar, Chafariz, pátio da Igreja Mercês de Cima e trecho da rua - Padre Rolino até a entrada da Igreja.

8. do RE.0802/79(MG) - MG.754/E .8.

Para aferição dos cálculos necessitamos de 5 sondagens mistas com - 15m cada.

Coleta de amostras para ensaios.

5 - Igreja de São José

5.1 - Observações

- a - Deslizamento do talude com a queda do muro e de várias sepulturas.
- b - Houve afundamento na parte central do cemitério, - em local de aterro.
- c - O entulho obstruiu a rua abaixo.

Dr. Francisco Antunes manifestou que a Igreja de São - José tem se movimentado e está assente numa região com movimento. O fato nada tem a ver com o deslizamento - agora ocorrido, no entanto como medida de estudo e preservação futura do patrimônio, achamos conveniente a instalação de pinos e controle de recalques.

5.2 - Solução

- 5.2.1 - Remoção de entulho em grande quantidade.
- 5.2.2 - Confeção da cortina pelo método descendente.
- 5.2.3 - Drenagem com valetas no pátio e drenos profundos.
- 5.2.4 - A cortina deverá recompor o existente tendo - sua base ao nível da rua embaixo. Extensão - 30m, altura variável de 3 a 7m.

9. do RE.0802/79(MG) - MG.754/E .9.

5.3 - Elementos para projeto

- 5.3.1 - Topografia
- 5.3.2 - 4 sondagens mistas
- 5.3.3 - Um Bench Mark e pinos de controle
- 5.3.4 - Coleta de amostras e ensaio
- 5.3.5 - Instalação de 4 piezômetros

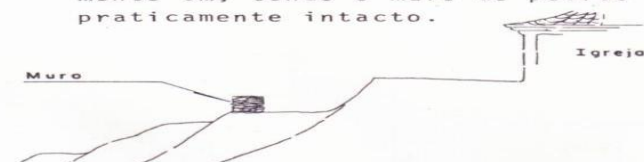
5.4 - Medidas imediatas

Cobrir com lonas as fissuras no terreno, principalmente no topo dos taludes.

6 - Igreja São Francisco de Assis

6.1 - Observações

- 6.1.1 - Muitas fissuras no talude indicando roturas - progressivas.
- 6.1.2 - Houve uma rotura mais próxima dos monumentos - (Igreja e Cemitério) que ocasionou o abatimento do terreno do pátio da Igreja em aproximadamente 3m, tendo o muro de pedras secas descido praticamente intacto.



10. do RE.0802/79(MG) - MG.754/E .10.

6.1.3 - Muitas árvores de porte, da encosta, tiveram movimentos indicando roturas superficiais e profundas.

6.1.4 - Encosta de difícil acesso com terreno muito encharcado e mole na superfície.

6.1.5 - Comprimento do acidente: 100m.

Temos informação do Dr. Francisco Antunes que nessa região o solo mais resistente estaria a 7m de profundidade.

6.2 - Solução

Definida após estudo geotécnico da área.

A drenagem com valas no pátio da Igreja poderá ser feita de imediato.

6.3 - Elementos para projeto

6.3.1 - Topografia da área.

6.3.2 - Sondagens mistas em número de 4.

6.4 - Medidas imediatas

Cobrir com lonas as fissuras na área em que houve o abatimento e parte do pátio da Igreja.

7 - Rua Padre Rolin das Mercês - Em frente a Santa Casa

7.1 - Observações

7.1.1 - Dois problemas são constatados. O primeiro na encosta à montante da Santa Casa. A encosta é

11. do RE.0802/79(MG) - MG.754/E .11.

de grande altura e ocorreram deslizamentos nos pontos altos. A encosta está relativamente afastada da Santa Casa.

O segundo problema, na Rua Padre Rolin que dá acesso a Santa Casa, a rua cedeu, tendo inclusive, rompido o asfalto.

Como a Santa Casa é o único Hospital do local, é considerada também obra de urgência.

A encosta, de difícil acesso, apresenta muitas fissuras no que se pode ver, pois a vegetação encobre bastante.

A rua Padre Rolin é arrimada por muro de pedra seca e por contrafortes também com esta construção. A extensão do local que inclui a área do acidente e o restante do muro sujeito ao mesmo problema é de 130m, tendo os muros aproximadamente 5m de altura.

Nesta encosta também observa-se um córrego que está erodindo a rocha local. É necessário, aproveitando os seus desníveis naturais, canalizá-lo.

7.2 - Solução

7.2.1 - Colocação de 3 ancoragens $\varnothing 1" 1/4$ em cada contraforte, reagindo através de viga de concreto armado.

7.2.2 - Limpeza da vegetação na base do muro e dos contrafortes.

7.2.3 - Com a limpeza projetar grelha ancorada ou cortina.

12. do RE.0802/79(MG) - MG.754/E .12.

7.2.4 - Uso de drenos profundos instalados no muro.

7.3 - Elementos para projeto

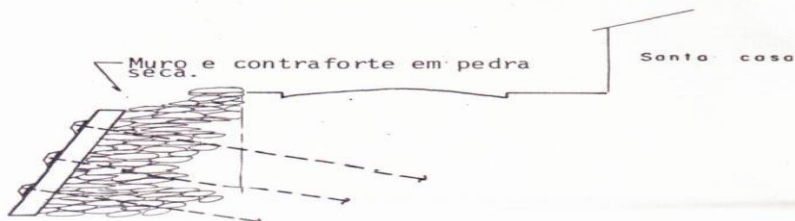
7.3.1 - Atrás da Santa Casa: 4 sondagens mistas. Na frente, na região do deslizamento: 4 sondagens na encosta à jusante a rua e inspeção por geólogo.

7.3.2 - Topografia

7.4 - Medidas imediatas

7.4.1 - Colocar lonas nas fendas para evitar infiltração das águas das chuvas.

7.4.2 - Posteriormente injetar cimento nas fendas (por gravidade).



13. do RE.0802/79(MG) - MG.754/E .13.

8 - Rua Vitorino Dias

8.1 - Observações

8.1.1 - A pista cedeu, estando o acesso interrompido a autos.

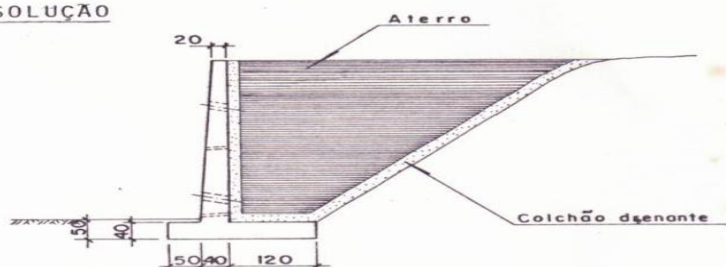
8.1.2 - Encosta a jusante suave.

8.2 - Solução

8.2.1 - Muro em concreto armado que poderá ser executado de imediato, deixando-se perfurações de 4" para reforço com ancoragens. Estima-se 2 ancoragens por colunas espaçadas de 2,5m. Extensão 27m e altura de 4,5m.

8.2.2 - Na execução do aterro por trás do muro, deverá ser feito colchão drenante.

ESQUEMA DE SOLUÇÃO



14. do RE.0802/79(MG) - MG.754/E .14.

9 - ANEXO

- Esquema da cidade com a locação dos acidentes.

Estamos às ordens para os esclarecimentos adicionais que forem úteis.

Atenciosamente

T E C N O S O L O S. A.